

TEXTOS
N E P O

46

CAMPINAS, SETEMBRO DE 2004.

**ASPECTOS
DEMOGRÁFICOS DA
CIRCULAÇÃO DE
CRIANÇAS NO BRASIL**

**AUTORA:
MÁRCIA MILENA
PIVATTO SERRA**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS



Reitor

Prof. Dr. Carlos Henrique Brito Cruz

Vice-Reitor

Prof. Dr. José Tadeu Jorge

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan

Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. Fernando Ferreira Costa

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. José Luis Boldrini

Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário

Prof. Dr. Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Prof. Dr. Rubens Maciel Filho

Coordenador de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa

Prof. Dr. Eduardo Guimarães

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO



Coordenador

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha

Vice-Coordenador

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo

FICHA CATALOGRÁFICA

Serra, Márcia Milena Pivatto

Aspectos demográficos da circulação de crianças no Brasil/Márcia Milena Pivatto Serra. - Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2004.106p.

(Aspectos demográficos da circulação de crianças no Brasil, TEXTOS NEPO 46).

1. Demografia. 2. Criança. I. Título. II. Série.

Índice para catálogo sistemático

1. Demografia - 301.32
2. Criança - 301.431 4

Editor dos TEXTOS NEPO

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo

Apoio Técnico

Centro de Documentação: Adriana Cristina Fernandes e Rodrigo Lizardi de Souza

Produção Editorial: Myrcia Rose Skaetta

e-mail:publica@nepo.unicamp.br

SÉRIE **TEXTOS NEPO**

T **EXTOS NEPO** - publicação seriada do Núcleo de Estudos de População da UNICAMP - foi criado em 1985 com a finalidade de divulgar pesquisas realizadas no âmbito deste Núcleo de Estudos. Apresentando uma vocação de cadernos de pesquisa, nesses seus vinte e dois anos de vida foram publicados quarenta e cinco números, relatando trabalhos situados nas áreas temáticas correspondentes às linhas de pesquisa do NEPO.

Os exemplares que compõem a série vêm sendo distribuídos para instituições especializadas na área de Demografia, ou mesmo dedicadas à áreas afins, no País e no exterior, além de ser objeto de constante consulta no próprio Centro de Documentação do NEPO. Essa distribuição é ampla, abrangendo organismos governamentais ou não governamentais - acadêmicos, técnicos e/ou prestadores de serviços.

José Marcos Pinto da Cunha
Núcleo de Estudos de População
Coordenador

Roberto Luiz do Carmo
Núcleo de Estudos de População
Coordenador Associado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS NO BRASIL	9
CAPÍTULO 1	
UM POUCO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS	13
1.1. <i>Motivação para a Circulação</i>	15
1.2. <i>Com quem as Crianças ficam e os Motivos pelos quais Circulam</i>	16
1.3. <i>Dinâmica Demográfica e Circulação de Crianças</i>	18
1.4. <i>Voltando ao Passado: Abandono e Acolhimento de Crianças no Brasil</i>	20
CAPÍTULO 2	
BASES DE DADOS UTILIZADAS	27
2.1. <i>Os Dados e suas fontes</i>	28
2.2. <i>Os Objetivos</i>	33
2.3. <i>As Variáveis Utilizadas</i>	35
CAPÍTULO 3	
RESULTADOS DAS PNAD	37
3.1. <i>PNAD 1985</i>	37
3.2. <i>As PNAD de 1996 a 1999</i>	42
CAPÍTULO 4	
RESULTADOS DAS DHS	47
4.1. <i>As DHS e a Análise das fichas de Domicílio</i>	47
4.2. <i>As DHS e a Análise dos Questionários Individuais</i>	53
4.3. <i>Os Modelos logísticos</i>	63
4.4. <i>Comparações entre os Resultados</i>	88
CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

RESUMO

A circulação de crianças é um fenômeno demográfico bastante estudado em alguns países, como os da África sub-sahariana, mas praticamente desconhecido da demografia brasileira. Encontramos no Brasil um esforço de alguns poucos pesquisadores em apreender o fenômeno sob a ótica das ciências sociais. O presente trabalho tem a pretensão de captar a circulação infantil da perspectiva da demografia. Para cumprir tal objetivo, o primeiro desafio deste trabalho foi o de encontrar, dentre as fontes de dados já existentes, as que, embora não construídas com esse propósito, tivessem o potencial de captar a circulação de crianças no Brasil e os fatores a ela relacionados. Após a escolha das fontes, o passo seguinte foi examinar e analisar as relações entre o fenômeno e as variáveis escolhidas, através de instrumentos descritivos e inferenciais, com a utilização de modelos logísticos multivariados. As análises dos resultados obtidos indicaram, parcial ou integralmente, relações entre a circulação e fatores sócio-demográficos. Embora reste muito a ser explorado, o trabalho revelou que é possível trabalhar com a circulação na infância do ponto de vista demográfico, utilizando fontes de dados existentes no país.

ABSTRACT

Children's circulation is a demographic phenomenon largely studied in some countries such as those in the Sub-Saharan Africa, but almost unknown by Brazilian demography. Indeed, there are authors concerned with such a phenomenon in Brazil, approaching it from the perspective of the social sciences. This dissertation intends to capture children's circulation from the demographic point of view. To achieve such an aim, the first challenge of this study was to find, among existing data sources, those that could be used to explore the issue in Brazil. The analysis uses descriptive as well as inferential techniques, specifically multivariate logistic models. The study reveals some of the socio-demographic factors relevant to understand the circulation of children in Brazil and shows that it is possible to explore further existing data sets to better understand the phenomenon.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS NO BRASIL

Márcia Milena Pivatto Serra*

INTRODUÇÃO

... acabei rotulando, segundo a convenção antropológica, de circulação de crianças, ou seja, o grande número de crianças que passam a maior parte da infância ou juventude em casas que não são a de seus genitores. Fonseca (1995: 14).

Este texto é uma reprodução parcial da minha tese de doutoramento apresentada no IFCH/UNICAMP em fevereiro de 2003¹. Aproveito esta introdução para agradecer ao NEPO e a todas as pessoas vinculadas a este Núcleo, que tornaram viável a realização deste trabalho. Agradeço também a minha orientadora Maria Coleta por, principalmente, acreditar, desde o começo, nos frutos deste trabalho. Esta é a primeira publicação resultante deste trabalho, e considero bastante oportuno que seja em uma publicação do NEPO.

Foram muitas as dificuldades no desenvolvimento do tema, algumas pessoais, outras relacionadas ao próprio ineditismo do tema. Entretanto, foi extremamente gratificante trabalhar com o tema, fazendo-me embrenhar em uma das facetas da Demografia da Infância. Vários aspectos relacionados a infância acabaram me intrigando, uma delas é a questão do abandono. Hoje acredito que “abandono” não seja uma palavra adequada para ser usada em muitas situações, uma mãe não abandona um filho, na maioria das vezes, o deixa para ser criado por outras pessoas, quando num momento de crise está impossibilitada de fazê-lo.

Várias motivações pessoais me levaram a escolha do tema, os meus três filhos² nascidos durante o período de doutoramento foram a principal delas. Durante este período dividi a responsabilidade de criação dessas crianças com minha mãe³. As outras motivações estão associadas à constatação de que várias pessoas de meu cotidiano haviam passado pela experiência da circulação de crianças.

* Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO). Universidade Estadual de Campinas.

¹ Serra (2003).

² Vinícius, Sophia e Elisa.

³ Erminda.

O que observo ser o motivo de maior espanto, principalmente pela mídia⁴ é o grande volume e proporção de crianças em circulação. Segundo minhas estimativas cerca de 3,3 milhões de crianças (7,1 % da população infantil de 0 a 14 anos) não moravam com suas mães em 1999 (dados da PNAD). Outro motivo de espanto é o constatar que a grande maioria vive com parentes, principalmente avós.

A circulação de crianças pode ser também descrita como um fenômeno migratório, já que implica em um movimento de um lar para outro. Podemos dizer que ao circularem, as crianças “migram” de uma família para outra.

O objetivo principal deste trabalho é trabalhar a circulação de crianças sob a ótica dos fenômenos demográficos e tentar responder a algumas perguntas, tais como: quantas, como e por que tais crianças circulam no Brasil. Para tratar destas questões, o trabalho foi estruturado conforme descrito a seguir.

O **Capítulo 1** pretende discutir a circulação de crianças de um ponto de vista demográfico, através de uma revisão dos trabalhos existentes sobre o assunto. É importante salientar que praticamente inexistem trabalhos brasileiros que tratam o tema como fenômeno demográfico; o que encontramos são alguns poucos trabalhos na área de Ciências Sociais, com enfoque principalmente antropológico. Muito embora não se possa comparar o fenômeno da circulação de crianças no Brasil com aquele existente nos países africanos – que apresentam volume, maneiras e motivos bastante diferenciados –, não podemos ignorar os trabalhos existentes sobre o assunto nesses países, principalmente os que tratam a circulação como fenômeno demográfico. Assim, nossas hipóteses ou perguntas iniciais serão inspiradas nos trabalhos antropológicos brasileiros e em trabalhos africanos.

Este capítulo conta ainda um pouco da história do abandono infantil no Brasil, passando por seus aspectos legais e institucionais. Essa história facilita a compreensão da circulação de crianças, que tem no abandono só mais uma de suas facetas. A assistência às crianças abandonadas teve sempre duas formas básicas de realização: a formal e a informal. A formal, delegada em tempos passados às Casas de Expostos, Rodas e Recolhimentos⁵, é hoje desempenhada por instituições diversas, dentre as quais a FEBEM. A informal é representada pelo sistema de “criação” de crianças, que perdura até os dias de hoje.

Marcílio (1998: 135) afirma que a criação de crianças é o sistema “mais universal e o mais abrangente, aquele que se estendeu por toda a história do Brasil, do século XVI aos nossos dias. Famílias ou indivíduos recolhiam recém-nascidos deixados nas portas de suas casas ou de igrejas, ou em outros locais e, por diversas razões, decidiam criá-los. Havia pessoas que iam às “rodas de expostos” tomar uma criança para criar e até mesmo perfilhar ou “adotar”. São os chamados *filhos de criação...*”. Mas a autora nota que, embora importante, pouca coisa se pode saber sobre esse fenômeno nos séculos passados, devido à escassa documentação existente. Neste caso, é possível retratar, com maior detalhamento, a criança institucionalizada, recolhida nas rodas de expostos. “Infelizmente, pouca coisa

⁴ Jornal da UNICAMP (Nascimento, 2003); Site oficial do Estado de São Paulo (Nascimento, 2003); Diário de São Paulo (Chastinet, 2003); Tribuna de Santos (Cordella, 2003); Correio Brasiliense (Duarte, 2003); Correio Popular (Faria, 2003); Diário do Grande ABC (Moraes, 2003)

⁵ Ver no Capítulo 1 maiores esclarecimentos sobre tais termos.

podemos saber sobre os filhos de criação. Rara é a documentação que registra a existência dessas crianças. O que podemos afirmar, a partir de evidências variadas, é que essa foi a forma mais difundida de assistência aos sem-família, em todas as épocas e em todo o País” (Marcílio, 1998: 139).

Muito embora a preocupação oficial da sociedade brasileira com a infância pobre e abandonada se inicie no século XVIII, as primeiras iniciativas de pesquisa social para investigar a questão surgem em meados dos anos 1970. A passagem da década de 70 para 80 é marcada por uma vasta produção acadêmica, principalmente no âmbito das Ciências Sociais. Nela, alguns mitos são derrubados, como o de que os menores carentes não têm família e de que constituem uma minoria da população (Rizzini e Rizzini, 1996). Constatou-se então que o termo “meninos de rua” não era suficiente para descrever todas as crianças que passam parte do dia nas ruas, vindo o termo a designar a parte desse grupo que tem família e não perdeu totalmente os vínculos com ela.

Vale observar, porém, que muitas das hipóteses derivadas da bibliografia consultada não poderão ser discutidas de modo conclusivo neste trabalho, face à limitação das bases de dados existentes no Brasil, criadas para outras finalidades. Porém, é possível explorar algumas dimensões que dizem respeito às relações entre a circulação de crianças, a fecundidade e a migração. É possível imaginar que a circulação de crianças poderia constituir um modo de alguns grupos das camadas populares manterem uma fecundidade alta, pois que a criação dos filhos seria transferida para outras pessoas e/ou instituições. Da mesma forma, a migração adulta pode fazer com que algumas crianças circulem, passando a viver com outras pessoas face à migração de seus pais.

Outras relações podem ser, ainda, investigadas, como o fato de a criação de meninas em outras famílias estar eventualmente mascarando o trabalho doméstico infantil, sem a devida remuneração. A circulação diferencial de meninos e meninas pode ser examinada à luz dessa questão. Ainda, uma nova união pode fazer com que mães sejam levadas a deixar filhos de uniões anteriores morando com os avós. O rompimento de uma união, o trabalho doméstico feminino e a pobreza são aspectos do fenômeno a investigar. Outras questões relativas à distribuição espacial do fenômeno também serão exploradas, permitindo identificar as regiões brasileiras com maior índice de circulação.

A perspectiva de análise adotada neste trabalho é de tipo quantitativa, muito embora perspectivas aliando técnicas quantitativas e qualitativas já tenham sido testadas com sucesso por vários autores⁶. Mas tal escolha implicaria a necessidade de produção de novos dados, o que era inviável nas condições de elaboração deste trabalho.

Partiu-se, assim, para a busca de fontes de dados secundárias, lançando mão de bases de dados já existentes. Para isso foi necessária uma avaliação das principais fontes de dados disponíveis no Brasil, verificando quais teriam maior potencial para “captar” a circulação de crianças. Uma das funções do **Capítulo 2** é a de justificar, brevemente, a escolha dos bancos de dados e pontuar as variáveis envolvidas na análise. Os dados captam

⁶ Ver: Oliveira (1983); Oliveira e Madeira (1986); Berquó, Oliveira e Camargo (1977); Merrick e Berquó (1983); Madeira e Torres (1996).

a circulação de crianças no Brasil nos anos de 1986, 1996, 1997, 1998, 1999 e apenas na região Nordeste em 1991.

Muito embora o título possa sugerir a mãe como objeto do trabalho, nossa atenção recai sobre a criança. Crianças em circulação são crianças de muitas mães, protagonistas de uma face pouco conhecida da infância no Brasil. Claro está, porém, que a escolha deste prisma não significa a perda da dimensão familiar. Muitos estudos e intervenções motivados pela existência de crianças em situação de rua equivocaram-se ao minimizar a força dos laços familiares no Brasil. Como assegura Campos (1991: 118), “grande parte dessas crianças aparentemente soltas no mundo possuem famílias, mantêm laços com elas e contribuem para seu sustento”.

Não podemos considerar que toda criança em circulação é uma criança abandonada, porque a circulação de crianças é um fenômeno muito mais abrangente que o abandono, já que nela estão incluídos os chamados filhos de criação, as crianças adotadas, as crianças de e na rua e as crianças institucionalizadas.

A circulação pode se dar em um momento de crise familiar, num contexto de estratégia de sobrevivência da criança, ou ainda ser considerada um arranjo do tipo *child care*⁷, onde a criança é colocada em um lar de criação para que tenha acesso a melhores condições de estudo, trabalho etc.

Os **Capítulos 3 e 4** têm por objetivo apresentar como as fontes de dados escolhidas podem produzir revelações sobre o fenômeno. Para tanto, utilizaram-se técnicas descritivas e técnicas estatísticas mais elaboradas. É importante salientar que muitas variáveis, embora importantes, não puderam ser incluídas nos modelos utilizados devido à falta de mensuração das mesmas nas fontes de dados analisadas.

O que observamos ao final deste trabalho é que o fenômeno da circulação de crianças no Brasil, embora não tão prevalente quanto nos países africanos, não é desprezível, tendo aparentemente aumentado no período considerado. O estudo mostrou ainda que nossas hipóteses iniciais não eram inconsistentes, nem mesmo improváveis, apesar das dificuldades encontradas no trabalho com bases de dados não criadas com o objetivo de se medir o fenômeno da circulação de crianças. Consideramos, entretanto, que apesar de nossos esforços, temos muito que avançar em relação aos estudos demográficos sobre a circulação de crianças no Brasil, seja no aspecto das investigações com bases de dados já existentes, seja em relação à elaboração de bases específicas para o estudo desse fenômeno.

⁷ Marteleto (1998: 2633) afirma que o termo *child care* significa cuidado da criança, e que na literatura econômica, sociológica e demográfica, arranjos de *child care* são considerados instituições ou pessoas cuja função, em algum momento, é o cuidado da criança, incluindo-se aí pré-escolas, creches, babás, empregadas domésticas, ou mesmo avós, irmãos ou outros parentes.

1. UM POUCO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS

Para designar toda transação pela qual a responsabilidade de uma criança é transferida de um adulto para outro, os etnólogos tendem atualmente a utilizar a expressão circulação de crianças. Fonseca (1995: 116)

O fenômeno da assim chamada circulação de crianças, tal como acima definido, inclui diversas situações, abarcando as crianças em situação de rua, as institucionalizadas, os chamados “filhos de criação”, as crianças formalmente adotadas e até mesmo os chamados arranjos de *child care*. Fonseca, no entanto, adota uma concepção mais restritiva, considerando a circulação de crianças como “o grande número de crianças que passa a maior parte da infância ou juventude em casas que não a de seus genitores” (1995: 14). Dessa maneira, elege como crianças em circulação aquelas que se encontram em instituições, aquelas em situação de rua e os chamados “filhos de criação”. Gregori (2000: 77) adota definição semelhante: considera em circulação as “crianças e adolescentes que viveram parte considerável, se não integral, de suas infâncias longe de seus genitores”. Porém, inclui no grupo as crianças adotadas.

Não é por acaso que boa parte dos trabalhos sobre o assunto dizem respeito às sociedades do continente africano. Lá, os sistemas de parentesco e de família envolvem uma considerável “transferência” da responsabilidade pela criança. A maioria dos trabalhos africanos adota o termo *fosterage* (da língua inglesa) para identificar o fenômeno da adoção por tempo limitado, porém, até mesmo legal⁸. Alguns textos utilizam o termo *long-term fostering* para designar a adoção tradicional, não legal, praticada tanto por famílias estáveis quanto não estáveis, por mães unidas e não unidas, por famílias abastadas ou não, motivada pela doença dos pais ou não, bastante comum em alguns países do Oeste da África, Oceania, Índia Ocidental e no Haiti. Tais trabalhos consideram como *foster children* as crianças que não moram com suas mães biológicas⁹, argumentando que o pai, na maioria das vezes, participa apenas indiretamente do cuidado com a criança. No caso da transferência da responsabilidade da mãe biológica para a madrasta e/ou pai, temos uma transação na qual a responsabilidade por uma criança está sendo transferida de um adulto para outro, o que se enquadra nas condições da primeira definição de crianças em circulação.

⁸ Nos Estados Unidos é bastante comum uma criança ficar (legalmente) poucos dias ou semanas (ou até mesmo dois ou três anos) com pais adotivos, enquanto seus pais resolvem seus problemas familiares. Vários textos são encontrados na literatura americana sobre o tema, estudando reflexos (principalmente os emocionais) do *fosterage* para a criança (Simms and Bolden, 1991; Lewis, 1994 e outros).

⁹ Podemos citar os trabalhos de Bledsoe et alli. (1988) e Vandermeersch (1998), que explicitam mais claramente essas situações.

Em muitos países africanos a criança é vista como uma propriedade conjunta ou comum da linhagem. Quando uma família tem alguma limitação que impeça o desenvolvimento pleno da criança, ou mesmo para preencher ou ressaltar o laço consanguíneo, a criança pode ser delegada a um membro do grupo de parentesco (Isiugo-Abanihe, 1994).

Para se ter uma idéia da diversidade de termos usados para descrever a circulação de crianças, Isiugo-Abanihe (1994: 163) menciona que em inglês podemos encontrar expressões como *child fostering*, *fosterage*, *child lending*, *child circulation*, *child migration*, *child relocation*, *warship*, *child rearing delegation*, *non-maternal residence* etc., referindo-se cada qual a contextos específicos.

Na tradição ocidental, o cuidado dos filhos é responsabilidade fundamentalmente feminina, atribuída sempre que possível à mãe da criança (Furstenberg e Cherlim, 1991; Juarez, 1991; Marteleto, 1998). No Brasil, a criança é vista como uma responsabilidade da família ou mais explicitamente da mãe, que é a responsável pelo bem-estar da criança. Isso não implica, entretanto, que ela deva “criá-la”, podendo delegar essa responsabilidade a outras pessoas ou instituições (Fonseca, 1995). Em um grupo de baixa renda no Rio Grande do Sul, Fonseca verificou que o costume de batizar a criança várias vezes (em casa, na igreja, no terreiro de umbanda ou candomblé) é uma maneira de “coletivizar” a responsabilidade em relação à criança, embora a circulação se dê principalmente no interior do grupo consanguíneo. Nos séculos passados, no Brasil, o “compadrio” podia ser visto como uma maneira de integrar a criança a uma família adotiva (Venâncio, 1999).

Para este trabalho, partindo da definição mais abrangente e levando em conta que no Brasil algumas crianças nem sempre passam toda a sua infância junto aos seus genitores, vivendo por algum tempo (senão todo o tempo) junto com outras pessoas e/ou instituições, consideramos em circulação as crianças que não moram com suas mães. Tal definição compreende as crianças formalmente adotadas, institucionalizadas, aquelas em situação de rua, os chamados “filhos de criação”, excluindo os chamados arranjos do tipo *child care*. Entretanto, nos próximos capítulos, a utilização de bases de dados específicas pode levar a outras restrições a essa definição, que serão discutidas no momento da apresentação dos dados.

Este capítulo tem como objetivo examinar o tema da circulação de crianças no Brasil tal como tratado pela literatura, bem como explorar as relações do fenômeno da circulação com a Demografia, voltando um pouco na história para mostrar a relevância do fenômeno em nosso meio desde os tempos coloniais.

1.1. MOTIVAÇÕES PARA A CIRCULAÇÃO

Na literatura sobre circulação encontramos menção a cinco tipos e/ou motivações para a circulação, classificados como circulação por parentesco, por crise, por aliança ou aprendizado, além da circulação doméstica e aquela por razões educacionais.

Na circulação por parentesco, crianças são levadas a morar com parentes: as avós são, provavelmente, as principais receptoras de crianças, muito embora tios e outros parentes mais distantes possam também acolher crianças de sua rede de parentesco. Fonseca (1995: 81) chama a atenção para o fato de que “a circulação voluntária de crianças, ocorrendo normalmente no interior do grupo consangüíneo, tende a repartir o peso financeiro do sustento de crianças entre os membros mais abastados do grupo, ao mesmo tempo que consolidada os laços da consangüinidade”. Desse modo, a transferência de responsabilidade na criação se insere no sistema de trocas da rede de parentesco.

Crianças podem circular em razão da dissolução da família de origem devido a divórcio, separação ou morte de um dos cônjuges, enquadrando-se naquilo que a literatura chama de circulação por crise. Na situação em que a mulher “encontra-se subitamente sem o marido, origina uma situação de crise cuja dificuldade central, tal como é percebida pela comunidade, é a sobrevivência dos filhos. A colocação destes em outros lares surge, neste momento, como uma solução *evidente*” (Fonseca, 1995: 91).

A circulação pode também ser utilizada para estabelecer alianças sociais, políticas e econômicas. “Não é incomum, no interior do Brasil, que as famílias mais pobres estabeleçam uma relação clientelista com seus senhorios ou simplesmente com conhecidos mais prósperos, mandando uma criança em idade escolar para trabalhar como babá ou empregada doméstica em troca de casa, comida e algum tipo de instrução” (Fonseca, 1995: 79). Desse modo, a circulação de crianças no Brasil, como sugere a autora, além de funcionar como uma estratégia de sobrevivência para a criança, pode ser usada como elemento de troca para consolidar redes relacionais já existentes, dentro ou fora do grupo de parentesco.

Pequenos serviços domésticos podem ser feitos por crianças em circulação. “Na situação rural não há ambigüidades em torno do *status* da criança. Ela é recebida temporariamente já na idade de ser útil nos afazeres domésticos, e muitas vezes passa a ser criada das outras crianças da casa” (Fonseca, 1995: 79). Venâncio (1999) sustenta que, nos séculos passados no Brasil, a sociedade já suportava mal a ociosidade de enjeitados e enjeitadas, vistos como potenciais vadios ou prostitutas. Uma das soluções encontradas para “proteger” as crianças do ócio era enviá-las para serem pajens temporários em domicílios particulares, ou para abrigo em instituições religiosas. O envio de meninas para o trabalho em domicílios particulares era muito comum: ser uma pequena trabalhadora era o destino das recolhidas de origem humilde. O autor considera que tais práticas eram comuns também em várias sociedades européias, sobrevivendo no Brasil até nossos dias.

Filhos também podem ser enviados a outras famílias para obter uma educação formal. Fonseca (1995) aponta que este tipo de circulação ocorre principalmente em grupos rurais, meio no qual as oportunidades de educação formal tendem a ser mais reduzidas do que nas cidades. A utilização da rede de parentesco é comum nestes casos, não constituindo, porém, a única alternativa mobilizada nessas situações.

1.2. COM QUEM AS CRIANÇAS FICAM E OS MOTIVOS PELOS QUAIS CIRCULAM

Com base em suas pesquisas de campo, Fonseca (1995) sustenta que a expectativa – e mesmo crença – corrente é a de que, mesmo sob o cuidado de outrem, a criança permanecerá fiel à mãe, já que o laço predominante em nossa cultura seria o de sangue. Desse modo, redes são formadas ou acionadas tendo por objetivo a sobrevivência da criança. Em algumas situações a criança pode ser usada pela família para consolidar redes de parentesco ou amizade já existentes. Quando, por um motivo ou outro, a criança não consegue ser colocada na rede de parentesco, a alternativa de abrigá-la em casa de não-parentes ou mesmo em instituições, temporariamente ou não, pode ser acionada. Sua pesquisa realizada com um grupo urbano de baixa renda no Rio Grande do Sul revelou que um terço das crianças em circulação foi para a FEBEM, e dois terços foram distribuídos ente parentes, comadres e conhecidos.

Fonseca (1995) observa que podem ser encontrados no Brasil três tipos de “pais” adotivos: avós e parentes, pessoas fora do grupo consangüíneo e instituições. Como observou a autora, parentes seriam os primeiros candidatos para a realocação das crianças. Neste caso, os laços entre o lar de origem e o lar adotivo seriam amigáveis, as mães considerariam que os parentes se sentiriam na obrigação de ajudá-la criando seu filho, e a mãe adotiva seria provavelmente solidária com a mãe biológica.

Em situações de crise, como na separação conjugal ou penúria econômica, não havendo a possibilidade de realocar sua prole dentro da rede de parentesco consangüínea, a mãe sabe que um lar adotivo terá de ser encontrado entre amigos, vizinhos, conhecidos ou padrinhos. A colocação de crianças em lares não-consangüíneos não constitui uma alternativa preferencial, pois não pertencendo a mãe adotiva à rede de parentesco, pode tender a desestimular ou mesmo cercear os laços entre a mãe biológica e seu filho. Paire, além disso, a possibilidade de a mãe adotiva vir a reivindicar, no futuro, o reconhecimento do “filho de criação”, por exemplo, na forma de amparo na velhice, em detrimento da mãe biológica.

A relação entre as instituições de amparo infantil e o fenômeno da circulação é bastante comum no Brasil, e tem paralelo com o sistema das rodas e Santas Casas dos séculos passados¹⁰. Em seu estudo de uma vila de invasão em Porto Alegre, Fonseca (1995)

¹⁰ Maiores detalhes sobre esse sistema podem ser obtidos em Kertzer (1993), Marcílio (1998) e Venâncio (1999).

observou que 20% das 70 famílias entrevistadas tinham pelo menos um dos membros da família que havia sido internado na FEBEM. Entretanto, tal alternativa para a recolocação da criança não é preferencial. Da primeira vez que a mãe entrega seu filho para as autoridades, ela normalmente o faz sob coação¹¹. Depois do primeiro contato, a mãe adquire experiências e conhecimentos que tendem a diminuir a imagem negativa do orfanato, sendo capaz de internar o filho voluntariamente algum tempo depois¹². Assim, a familiaridade com o sistema de acolhimento e o menor risco de perder o filho para outrem (uma vez que crianças mais velhas têm menor chance de serem adotadas legalmente), aliadas às dificuldades de colocar a criança na rede de parentesco, podem levar algumas mulheres a colocar filhos em orfanatos.

Uma pesquisa realizada em Recife, em 1988, com crianças freqüentadoras de seis estabelecimentos de atendimento a crianças em situação de rua e suas mães, na área urbana, mostrou que, em 47,8% das vezes, a decisão de internação foi tomada pelas mães. Em 30,5% dos casos as próprias crianças o fizeram, e em 21,6% coube a outros parentes (pais ou avós) a iniciativa. O principal motivo alegado diz respeito às condições econômicas da família e, neste caso, o retorno das crianças ao convívio familiar parece ser maior. Condições familiares¹³ (não especificadas no estudo) parecem resultar em separação de caráter definitivo¹⁴, permanecendo a criança mais tempo na instituição. No grupo investigado, as mães tomam a decisão principalmente por razões econômicas; o pai ou os avós igualmente por motivos familiares e econômicos, e as próprias crianças, basicamente por motivos familiares. No estudo pernambucano, o principal destino das crianças, ao deixarem a convivência com a mãe, é o interior da própria família (69,6%), enquanto que fora da família moram 30,4% das crianças, segundo Juarez (1996).

¹¹ O Juizado recolhe a criança por vadiagem, ou então uma vizinha (mãe substituta), farta de suas responsabilidades e não conseguindo encontrar a genitora, entrega a criança para o Estado (Fonseca, 1995).

¹² Quando os agentes da FEBEM não concordam com o internamento "voluntário", a mãe alega, por exemplo, maus tratos do padrasto para com a criança (Fonseca, 1995).

¹³ O questionário só oferecia três opções de motivos: econômico, familiar e outro.

¹⁴ Entre o nascimento e o momento da entrevista, o conjunto de crianças estudado apresentou três diferentes tipos de trajetórias residenciais: sempre morou com a mãe (84,9%), alguma vez deixou de morar com a mãe (15,1%) e não retornou à moradia materna (7,2%).

1.3. DINÂMICA DEMOGRÁFICA E CIRCULAÇÃO DAS CRIANÇAS

No Brasil, a circulação de crianças é uma questão pouco estudada, para não dizer desconhecida na Demografia. A reduzida bibliografia encontrada sobre o tema restringe-se principalmente a trabalhos antropológicos, como o de Cláudia Fonseca, aqui tantas vezes mencionado. Esta mesma autora revela em seu livro sua perplexidade frente à falta de qualquer menção sobre a prática na literatura das Ciências Sociais, Fonseca (1995: 14). Autores estrangeiros vêm estudando as relações entre circulação e Demografia, destacando-se entre eles Isiugo-Abanihe (1984) e Vandermeersch (1998), que focalizam o contexto africano. A circulação tratada como um fenômeno demográfico, sob uma perspectiva familiar, pode ser um caminho para o entendimento de alguns comportamentos demográficos ainda não completamente explicados. Como afirma Isiugo-Abanihe (1985: 53), “a colocação de crianças é um fenômeno demográfico com relação potencial com muitos aspectos do comportamento familiar”.

A incidência da circulação varia de acordo com determinantes étnicos e geográficos. Isiugo-Abanihe (1985) revela que, em Gana, 20% das crianças com menos de 10 anos circulam, e cerca de 33% das mães entre 15 e 34 anos têm algum filho circulando. O mesmo autor mostra que em 1974, o censo liberiano revelou que perto de 40% das mães entre 15 e 34 anos tinham algum filho circulando.

Isiugo-Abanihe (1994) classifica a incidência da circulação de crianças em três níveis: considera “baixa incidência” quando a proporção de crianças com menos de 15 anos que não vivem com suas mães é menor que 10%, citando como exemplos locais como o Sudão, Norte da Nigéria e Oeste do Quênia; “incidência moderada”, quando essa proporção varia entre 10 e 20%, como no Quênia, Camarões, no restante da Nigéria e ao Norte de Gana. A incidência é considerada alta quando essa proporção é superior a 20%, e o autor cita como exemplos dessa situação a Libéria e Serra Leoa.

No Brasil, até o momento, pouco se sabe sobre o volume exato dessa circulação. Relatório preliminar da BEMFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil) sobre a PNDS (DHS) de 1996 mostra que cerca de 11% das crianças brasileiras de 0 a 17 anos não vivem com suas mães. A menor taxa encontrada foi de 6,7%, na região de São Paulo, e a maior, de 15,2%, na região Norte. Já os dados da PNAD 1985 revelam que, nas regiões metropolitanas, as proporções de crianças entre 0 e 17 anos que não vivem com suas mães variam de 3,1% (Região Metropolitana de Curitiba) a 6,7% (Região Metropolitana de Belém).

Alguns pesquisadores têm estudado a relação entre a fecundidade e a circulação de crianças. No caso da África sub-sahariana, onde a taxa de fecundidade total é superior a seis crianças por mulher, em muitos países a prática da circulação de crianças “é uma das várias instituições culturais que ajudam a sustentar esta alta fecundidade” (Isiugo-Abanihe, 1994: 167). O autor afirma que a circulação é, mesmo para mulheres que trabalham em setores produtivos mais modernos, uma maneira de manter altas taxas de fecundidade, sendo utilizada com uma forma de cuidado com a criança (*child care*).

No caso do Brasil, estudos quantitativos inexistem. Porém, a hipótese de circulação como mecanismo de sustentação de fecundidades elevadas encontra evidências nos estudos de Fonseca. Segundo ela, caso as crianças “não tivessem circulado facilmente entre vários adultos, é difícil imaginar como esta população teria se reproduzido” (Fonseca, 1995: 32). E, ainda, “a colocação destes [filhos] em lares substitutos seria uma prática complementar para assegurar a sobrevivência da prole numerosa durante os anos pré-produtivos” (1995: 127).

Alguns autores têm também explorado as relações entre a circulação de crianças e a mortalidade e a morbidade. Estudos sobre aspectos nutricionais sugerem que a estrutura familiar pode afetar o risco de mortalidade e morbidade. Blendsoe, Ewbank e Isiugo-Abanihe (1988) encontraram em seu trabalho sobre Serra Leoa, que crianças que circulam, principalmente as mais jovens, têm maior risco de mortalidade e morbidade do que aquelas que moram com suas mães. Os autores acreditam que a alta taxa de circulação de crianças naquele país pode ser uma das razões para a elevada taxa de mortalidade infantil, uma das mais altas do mundo.

No caso do Brasil, não existem estudos que busquem a relação entre a mortalidade ou morbidade e a circulação de crianças. E esta relação não é muito facilmente verificável, pois são necessários dados adequados que captem a mortalidade e a morbidade das crianças em circulação e daquelas que não circulam. Seria importante saber se as ‘crianças em circulação’ têm ou não maior risco de adoecer ou mesmo de morrer do que as crianças que vivem com suas genitoras. Para verificar tal possibilidade, Blendsoe, Ewbank e Isiugo-Abanihe (1988) utilizaram dados de pacientes com idade entre 0 e 12 anos, admitidos no Hospital de Sebaru em Serra Leoa entre 1979 e 1985, levando em conta o responsável pela internação da criança. Uma das dificuldades encontradas pelos autores residia no fato de que, muitas vezes, quando adoeciam, as crianças retornavam aos pais verdadeiros, responsáveis então pela internação, levando a um registro distorcido das crianças em circulação.

As fontes de dados mais conhecidas no Brasil não nos possibilitam a verificação dessa relação. Citando as mais conhecidas, para o caso da mortalidade teríamos os dados do Registro Civil e, para a morbidade, os bancos de dados do SUS (Sistema Único de Saúde). Tanto em uma quanto em outra não existem informações sobre quem estava criando a criança quando a mesma adoeceu ou morreu.

A migração é um aspecto evidente na circulação de crianças em pelo menos duas situações: a própria circulação é um tipo de migração, porque a criança se desloca de um domicílio a outro. Por outro lado, pode ser uma consequência da própria migração dos genitores. Não é difícil encontramos pais que, ao migrarem (nacionalmente ou internacionalmente) deixaram seus filhos para serem criados por outros parentes (Isiugo-Abanihe, 1984). Na literatura brasileira, Fonseca (1995) menciona que, no grupo estudado em Porto Alegre, não era incomum duas famílias não aparentadas dividirem a mesma moradia, acontecendo algumas vezes de a mulher ou casal “de visita” ir embora, deixando um filho com a família anfitriã.

1.4. VOLTANDO AO PASSADO: ABANDANO E ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS NO BRASIL

Para contarmos um pouco desta história, teremos que voltar no tempo e rever o que se costuma chamar de abandono de crianças. Tal história se mescla à da legislação sobre o amparo à criança e a institucionalização infantil. O abandono infantil pode ser considerado uma das facetas da circulação de crianças. Bacellar (1996: 1731) afirma que “o fenômeno de abandono de crianças no passado vem sendo alvo de um número cada vez maior de estudos, provavelmente enquanto fruto de uma preocupação em melhor compreender a grave continuidade dessa prática no presente.”

A infância é tratada de formas distintas ao longo de nossa história. Termos ou denominações como “menor” carregam conotações por vezes pejorativas, que associam a criança pobre ao desamparo, à delinquência ou à marginalidade. Ao longo do tempo podemos observar como se alteram denominações como “menor”, “criança” e “adolescente”. No início do século, a infância pobre é tratada com termos que revelam as perspectivas ideológicas das abordagens adotadas. Expressões como “santa infância”, “expostos”, “órfãos”, “infância desvalida”, “petizes”, “peraltas”, “menores viciosos”, “infância em perigo moral”, “pobrezinhos sacrificados”, “vadios”, “capoeiras” foram usadas para designar a infância pobre. Expressões como “infância abandonada” eram raramente utilizadas há dois séculos, sendo mais comuns termos como “enjeitados” e “expostos”. Em décadas mais recentes, o termo “abandono” passa a ser mais utilizado, remetendo à figura de uma mãe cruel e desprovida de caráter que “doa” ou “abandona” seus filhos. É interessante nesse sentido o trabalho de autores como Motta (2001), que observa o “abandono” pela ótica da mãe “abandonada”.

Com o Código Civil de 1916, a denominação dominante passa a ser “menor”, com variantes como “menor abandonado”, “menor delinqüente”, “menor de conduta anti-social”, “menor em perigo moral”, “menor carente”, “menor em situação de risco” e “menor institucionalizado”, sempre com uma conotação de infância pobre e desviada. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 passa a utilizar os termos “criança” e “adolescente” com conotações mais amplas e supostamente neutras, aplicadas a todos sem distinção, abolindo o uso do termo “menor” por conta de seu sentido negativo.

A partir de meados da década de 80 difunde-se uma nova forma de designar as crianças e jovens que se encontravam nas ruas, os chamados “meninos de rua”, passando o fenômeno a ser explorado por muitos pesquisadores. Mas no final da década de 80 estabelece-se uma distinção clara entre dois grupos de crianças, os que moram nas ruas e os que passam os dias perambulando pela cidade, passando a serem denominados, respectivamente, por “meninos(as) **de** rua” e “meninos(as) **na** rua”. Essa distinção é resultado do conhecimento adquirido nos anos anteriores, de que a maioria das crianças e jovens que se encontram nas ruas retornam às suas casas no final do dia. Com uma conotação mais abrangente convencionou-se utilizar o termo crianças “em situação de rua”. Campos (1991) ressalta a dificuldade de quantificar o número de “crianças de rua” ou “em situação de rua”, que se deve tanto à falta de precisão na definição do grupo considerado,

como também às próprias condições de permanência ou passagem pelas ruas desses meninos e meninas, bastante instáveis no tempo e no espaço.

Um pouco sobre o abandono

“Abandonar” crianças no Ocidente, principalmente bebês, é um fenômeno bastante antigo, variando o tempo, as motivações, as circunstâncias, as causas, a intensidade e as atitudes em relação ao fato. Essa história é contada, em relação ao Brasil, e com bastante propriedade, por autores como Marcílio (1998) e Venâncio (1999), que a retomam, através da demografia histórica, desde o período colonial.

Em meados do século XVIII instituiu-se no país o “sistema da roda” nos asilos para menores abandonados. A “roda” era um dispositivo de madeira de forma cilíndrica, com uma divisória no meio, que era fixado no muro ou na janela da instituição. A criança a ser “enfeitada” era colocada no tabuleiro inferior da parte externa da roda, a pessoa girava a “roda” e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante (ou rodeira) que um bebê acabara de ser abandonado, e retirava-se furtivamente do local, sem ser reconhecida. Não se pode negar a importância de tal sistema, que perdurou por quase dois séculos, muito embora não tenha atingido no Brasil as mesmas proporções que na Europa. Podemos atribuir parte dessas diferenças ao fato de prevalecer no Brasil um sistema informal de adoção, a “criação” de crianças, que possivelmente absorvia boa parte daquelas que, por distintas razões, não teriam possibilidades de ser criadas por seus genitores.

Segundo Marcílio (1998), podemos distinguir três fases na evolução da assistência à infância “abandonada” no Brasil. A primeira é a chamada fase caritativa, que vigorou desde o período colonial até meados do século XIX. A segunda fase é a filantrópica, que se estende até a década de 1960, mantendo alguns aspectos caritativos. Nas últimas décadas do século XX, inicia-se a terceira fase, a do “Estado do bem-estar social” (*welfare state*), marcada pela intervenção do estado na assistência e proteção à infância desvalida. Passetti (1987) considera ainda uma quarta fase, a chamada nova filantropia, que se inicia no final do século XX.

O assistencialismo, marcado pelo sentimento de fraternidade e sem nenhuma pretensão de promover mudanças sociais, é a principal marca da fase caritativa. Sua atuação se caracteriza pelo imediatismo, privilegiando a caridade e a beneficência, pelos quais os mais ricos e poderosos tentavam minimizar o sofrimento dos mais desvalidos, com o objetivo de salvar suas almas. O sistema de assistencialismo apresentava três formas básicas de proteção. As duas primeiras eram formais e delegadas às Câmaras Municipais e às confrarias das Santas Casas de Misericórdia, que acabaram por estabelecer as “rodas”, as Casas de Expostos e os Recolhimentos. O terceiro sistema é informal, o da “criação” de crianças, que perdura até os dias de hoje, e sobre a qual a Demografia Histórica pouco pode contribuir (Marcílio, 1998).

As Câmaras Municipais, durante a fase caritativa, foram quase sempre omissas ou parciais quanto à responsabilidade em relação às crianças sem família, não as assistindo em

sua totalidade. As crianças que não eram criadas por amas-de-leite, especialmente pagas para o serviço, ou nas Casas de Misericórdia, dependiam da caridade de famílias que as abrigassem gratuitamente, ou seu destino era morrer precocemente ou perambular pelas ruas (Marcílio, 1998).

As primeiras instituições de proteção à infância foram as Rodas de Expostos e os Recolhimentos, e só surgiram no século XVIII. Um dos objetivos primordiais das Rodas de Expostos era o de não deixar os bebês sem o sacramento do batismo, e se justificavam como meio eficaz de combate ao infanticídio e ao aborto. Marcílio (1998) localizou quinze “rodas dos enjeitados” no Brasil: Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Desterro, Campos (RJ), Cuiabá, Vitória, Cachoeira (BA), Olinda, São João Del Rei e São Luís. A roda de São Paulo foi a última a ser extinta no Brasil, em 1951 .

A mortalidade infantil era extremamente alta nas rodas, e a responsabilidade era atribuída, no final do século XIX e início do século XX, ao sistema de amas de leite mercenárias, a julgar pelas avaliações da medicina filantrópica da época. Por essa razão, o sistema acabou por extinguir-se. Com a descoberta da pasteurização, o sistema de amamentação artificial passa a ser utilizado na amamentação das crianças pobres, sendo criados alguns programas como o das “Gotas de Leite”¹⁵ e as creches¹⁶ para mães trabalhadoras (Marcílio, 1998). A assistência à infância transita então para o sistema de Casas de Expostos com admissão aberta. As crianças deixadas, a partir de então, nos Asilos de Expostos, são mais velhas, e os asilos passam a ter um caráter temporário, funcionando analogamente às creches.

Aos poucos, a sociedade brasileira vai rompendo com a velha ordem oligárquica e implementando uma nova ordem social burguesa, a par da ordem econômica e industrial capitalista. Entra-se na fase filantrópica de assistência à criança, marcada por mudanças como a abolição da escravatura, a queda da Monarquia, a separação da Igreja e do Estado, a quebra do monopólio religioso na assistência social e outras transformações relacionadas às políticas públicas sociais voltadas à infância desvalida. A filantropia dá continuidade à obra de caridade, mas com uma nova concepção de assistência, voltada para a reintegração social dos “desajustados”. É a fase da intervenção da Medicina e das Ciências Jurídicas. Influenciadas pelo Iluminismo, as autoridades passam a acreditar que não adianta salvar apenas a alma; é preciso salvar o corpo da criança, dando-lhe assistência pública em bases científicas.

Começam a despontar os estabelecimentos especializados de reclusão e surgem os grandes estabelecimentos de internamento e de segregação da sociedade para crianças e adolescentes “carentes” e “sem família”. Supõe-se que a criança “abandonada” deveria ser preparada para o mundo do trabalho. Busca-se a valorização da família para prevenir a ociosidade, a prostituição, a mendicância, o crime, o abandono e a criança na rua. Na filantropia, o Estado deveria participar da assistência e da proteção à infância abandonada e transgressora, mas a ação maior deveria ser de iniciativa particular.

¹⁵ Crianças pobres cadastradas recebiam diariamente uma quantidade de leite esterilizado necessária para a sua alimentação. Além de receber o leite, as crianças eram pesadas e examinadas por médicos.

¹⁶ Construídas principalmente em bairros proletários, para “cuidar” de filhos de empregadas.

Até a década de 1960 as funções do Estado restringiam-se ao estudo, vigilância e controle da assistência ao menor, e à repressão aos desviantes. Em 1964 é criada pelos militares a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, Funabem, introduzindo o “estado interventor” ou estado do bem-estar (*welfare state*). Surgem as Febems e suas congêneres, presentes em vários estados e responsáveis por dar abrigo à infância desamparada e com desvios de conduta. A maior parte de tais instituições, entretanto, já existia e funcionava desde os fins do século XIX, tendo sido apenas repassadas para os governos estaduais, sob a supervisão das políticas gerais estabelecidas pela Funabem.

Já no final do século XX inicia-se a fase chamada por Passetti (1987) de “nova filantropia”. Esta fase reflete uma contenção de programas sociais do Estado e o estabelecimento de parcerias com instituições não governamentais. Perduram ainda, nesta fase, ações jurídico-policiais de encarceramento de infratores, como medida de prevenção geral contra a violência. A “nova filantropia” não é feita nos mesmos moldes da filantropia do século passado, que era custeada pela caridade religiosa ou pelo Estado. É principalmente o empresariado, que através das organizações não governamentais, custeia a “nova filantropia” e, normalmente, o faz graças ao que deixa de pagar ao Estado (Passetti, 1987).

A Legislação e o Estado

No Brasil do final do século XIX, já na fase filantrópica, a infância pobre passa a ser alvo da atenção de juristas. A velha assistência caritativa passa a ser criticada e tem início a ênfase na cientificidade da filantropia. A designação de infância também se altera: o termo “criança” passa a ser empregado para designar o filho de famílias bem postas, e o termo “menor” é usado na denominação da infância desfavorecida, delinqüente e abandonada. Em 1855 surge um primeiro programa nacional de políticas públicas voltado para a criança desvalida, no qual se incluíam o ensino elementar e o ensino profissionalizante. O Código Penal de 1890 incluía em seus artigos a necessidade de criar-se instituições preventivo-correcionais de grande porte para abrigar menores abandonados ou infratores. Neste Código, a minoridade penal foi diminuída para os nove anos de idade, pois o Código Criminal do Império, de 1830, a instituiu aos 14 anos incompletos (Marcílio, 1998).

Em 1899 é criado no Rio de Janeiro o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, com o objetivo de exercer a proteção das crianças pobres, doentes, moralmente abandonadas, difundir noções básicas de higiene infantil, regulamentar o trabalho da mulher e da criança na indústria e exercer tutela sobre meninos maltratados ou em perigo moral. Em 1906 é apresentado à Câmara Federal o primeiro projeto de criação de um Juizado de Menores, que foi rejeitado.

Em 1919 é criado o Departamento Nacional da Criança, com o objetivo de controlar todas as atividades no vasto campo da assistência à mãe. O Serviço de Assistência e de Proteção à Infância é criado em 1921, assim como o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, no Rio de Janeiro.

Após a primeira “Declaração dos Direitos da Criança”, ou “Declaração de Genebra” (1923), é criado no Brasil, em 1924, o Juízo Privativo de Menores Abandonados e Delinquentes, mas só em 1927 é criado o primeiro Código de Menores. Este Código (Decreto n. 17943-A) amplia para 18 anos a idade limite da inimputabilidade do menor, definido como a criança de um ou outro sexo, abandonada ou delinqüente. Dois artigos da Constituição de 1939 também foram dedicados à educação da infância e da juventude. Em 1941 é criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), antecessor direto da Funabem, criada pelos militares em 1964. Em 1979 é elaborado o Estatuto do Menor, oficializando a Funabem e determinando que as entidades de assistência e proteção ao menor seriam criadas pelo Poder Público.

A década de 80 é marcada por inovações importantes nas políticas de atenção à infância e à adolescência, tanto no que se refere à base jurídica como ao cenário institucional. Em 1990 é elaborado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Funabem é extinta, surgindo a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA). O ECA manteve-se fiel à Convenção Internacional dos Direitos da Criança e à nova Constituição de 1988.

As alterações decorrentes da nova legislação – a Constituição Federal, as Constituições Estaduais e o Estatuto da Criança e do Adolescente – abarcam três aspectos fundamentais: a definição dos direitos das crianças e jovens; a redefinição dos deveres do Estado e da sociedade civil; e a reorganização das atribuições e competências do poder público federal, estadual e municipal, em virtude da tendência à municipalização do atendimento. Com tais modificações, a criança deixa de ser um objeto e passa a ser um sujeito de Direito.

Apesar de todas as mudanças propostas pelo ECA, pouca coisa mudou com relação aos infratores. Ainda que o Estatuto recomende a educação do infrator para o exercício da futura cidadania, e o defina como inimputável, juizes e promotores continuam a atuar segundo a mentalidade do antigo Código de Menores. Segundo o Estatuto, no seu artigo 112, a internação deveria ser apenas um último recurso, depois de exauridas outras medidas socioeducativas. Entretanto, a internação continua sendo a medida preferida em 80% das sentenças proferidas (Passetti, 1987).

A abrangência da população alvo de tais dispositivos legais, políticas e programas é variável. O ECA passa a classificar a infância em duas categorias: a criança, entre 0 e 11 anos e o adolescente, entre 12 e 17 anos, sendo os procedimentos bastante diferenciados para essas duas categorias. Já para a Organização Mundial de Saúde (OMS), referência freqüente na definição de políticas sociais, um adolescente é uma pessoa que tem entre 10 e 19 anos de idade, e o termo mais abrangente “jovem” refere-se a uma pessoa que tem entre 15 e 24 anos de idade (Oliveira, 1990).

A Institucionalização

Como pudemos observar, a institucionalização vem sendo utilizada desde há muito tempo como estratégia auxiliar na garantia de sobrevivência de famílias brasileiras. As Rodas de Expostos, Casas de Expostos e a própria FEBEM têm cumprido a mesma função de lugar de socorro temporário para famílias pobres que não tinham e/ou não têm condições para criar seus filhos.

Nos séculos passados, abandonar a própria prole era considerado um desrespeito aos mandamentos cristãos, mas o infanticídio e o aborto eram gestos ainda mais condenáveis. O enjeitamento era visto como uma forma de salvaguardar a vida das crianças. A criação de abrigos para enjeitados cumpria uma dupla função cristã: evitava o infanticídio e o aborto, e possibilitava que os cristãos exercessem a caridade e o amor ao próximo. É claro que os pobres preocupavam-se com seus filhos e procuravam protegê-los, relutando em abandoná-los. Mas, em algumas situações de crise, o gesto não podia ser evitado. Ao longo do tempo, essa triste faceta da pobreza não se alterou e o internamento se mostra, algumas vezes, como a única saída para uma crise.

Durante o período colonial, as leis portuguesas mencionavam que os hospitais (em primeiro lugar) e o Senado da Câmara deveriam arcar com o socorro a meninos e meninas abandonados. Muito embora a entrega da criança à Casa da Roda não implicasse na perda do pátrio poder, o “abandono” implicava uma visível ruptura dos laços familiares. Toda criança pobre que fosse socorrida pelo hospital deveria ser registrada como enjeitada.

As casas das rodas não retinham as crianças por muito tempo. Estas eram entregues às “amas de fora” ou “amas de termo”, mulheres que residiam em domicílios particulares e que deveriam criar os expostos até os sete anos de idade. A Casa da Roda cumpria o papel de acolher não apenas os filhos ilegítimos, mas também aquelas cujos pais estavam momentaneamente impedidos de criá-los. O recurso à Casa da Roda foi, ao longo do tempo, incorporado às diversas estratégias de sobrevivência das camadas populares das antigas cidades brasileiras.

De maneira geral, os historiadores atribuem o recurso às instituições de assistência, nos séculos passados, à condenação social aos nascidos ilegítimos, à miséria, a uma forma extrema de controle da dimensão das famílias em períodos anteriores à difusão de práticas contraceptivas, à morte dos pais, às estratégias de sobrevivência familiares em períodos de proletarização e urbanização aceleradas (Venâncio, 1999). A morte, entretanto, era o inevitável destino da esmagadora maioria dos meninos e meninas enjeitados. Os raros sobreviventes deveriam enfrentar novos desafios, novos padecimentos, vinculando-se a uma família “criadeira” ou voltando, na juventude, a ingressar novamente no circuito do abandono. Os historiadores, entretanto, chamam a atenção para uma categoria prevalente de um sistema de socialização, em que crianças de todos os níveis sociais “circulavam” de família em família durante certas etapas da vida.

Ao longo da segunda metade do século XIX, as tradicionais formas de auxílio à infância entram em declínio. O surgimento de novas instituições, como clínicas pediátricas e orfanatos, oferecem novas oportunidades de enjeitamento às famílias pobres, restringindo o

número daqueles que eram impelidos a recorrer às rodas. No início do século XX as Casas da Roda voltaram a recuperar o seu prestígio, passando a funcionar como asilos de órfãos. As rodas, entretanto, demoraram a ser desativadas, sendo legalmente condenadas a partir de 1927.

Mas como afirma Venâncio (1999: 170), na essência, pouca coisa mudou deste então: “Durante o século XX, foi mantida a perversa tradição de estigmatizar os pobres e de excluir qualquer possibilidade de implantação de uma política assistencial voltada à família, seja ela nuclear ou monoparental. Da mesma forma que no período colonial, as famílias pobres de nossos dias só encontram uma saída para socorrer os filhos carentes: entregá-los a uma instituição mantida pelo Estado ou pela filantropia privada, abandonando-os assim à própria sorte”.

A FEBEM (Fundação do Bem-Estar do Menor) foi criada na década de 70, com o objetivo de prestar atendimento ao menor, através de medidas compatíveis com o regime político vigente (governo militar), marcado pela ideologia da Segurança Nacional.

A FEBEM era e ainda é considerada, por muitos, como um “termômetro social”: quanto pior a situação econômica e social do país, maior o número de crianças internadas em razão do abandono da família ou violação das leis. Em 1987, o total de menores atendidos foi de 39.221, sendo que cerca de 47% foram considerados menores abandonados, e o restante, autores de infrações (Kosminsky, 1991). Tais números reafirmam a interpretação da institucionalização como um recurso para o pobre em situação de crise.

As unidades pertencentes à FEBEM/SP são de três tipos: Recepção, Triagem e Educacional. O menor é recebido inicialmente na Unidade de Recepção e, após um breve diagnóstico, é encaminhado para as Unidades de Triagem para um diagnóstico mais aprofundado. Só depois é destinado aos locais onde permanecerá por mais tempo, as Unidades Educacionais da própria FEBEM ou instituições particulares conveniadas (Kosminsky, 1991).

Atualmente constata-se um aumento crescente do assim chamado “terceiro setor”, formado pelas organizações não governamentais, que vêm, paulatinamente, assumindo o papel do Estado em áreas de atendimento público. O que se observa no caso das políticas sociais para crianças e adolescentes é dispensa de funcionários especializados pelo Estado e o repasse de recursos para organizações não governamentais. Assim, a “nova filantropia” funciona como um meio para a contenção de custos do Estado e como geradora de empregos no âmbito privado (Passetti, 1987).

2. BASES DE DADOS UTILIZADAS

*...o dado demográfico tem aplicações práticas importantes para fins de planejamento, diagnóstico, de avaliação de programas e estudos socioeconômicos em geral .
Hakkert (1996)*

Não existem, no Brasil, levantamentos domiciliares de abrangência nacional com o objetivo de apurar dados sobre o fenômeno da circulação de crianças. No entanto, algumas pesquisas domiciliares, contêm elementos que permitem obter informações, ainda que parciais ou incompletas, sobre o fenômeno. Encontrar e avaliar o potencial de tais fontes de dados foi um trabalho de prospecção de diversas bases de dados, para que pudéssemos cercar da melhor maneira possível o fenômeno estudado.

A quantificação das crianças em circulação requer, antes de mais nada, que adotemos uma definição do que entendemos por circulação. Para este trabalho serão consideradas como crianças em circulação aquelas que, no momento da entrevista, não se encontravam vivendo com suas mães. Devemos lembrar, no entanto, que levantamentos transversais, como os que se encontram disponíveis, fornecem informações relativas ao período em que o levantamento foi realizado, oferecendo apenas uma “fotografia” do fenômeno em um determinado momento do tempo. Isso implica em desprezar, por falta de informação, crianças que, embora não estejam naquele momento em situação de circulação, já passaram pela experiência de viver com outras pessoas que não suas mães.

Que limite de idade adotar para a avaliação do fenômeno da circulação? O Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁷ (ECA) define como criança pessoas entre 0 e 11 anos, e como adolescentes as que têm entre 12 e 17 anos. Este grupo de 0 a 17, anteriormente denominado como “menores” pelo Código de Menores¹⁸, é o grupo contemplado pelo ECA. Em outros países, como nos estudos africanos sobre o tema, o grupo de interesse é freqüentemente o de 0 a 14 anos¹⁹, muito embora grupos de 0 a 12²⁰ anos, ou ainda de 0 a 19²¹ anos, tenham sido analisados.

Para efeito deste estudo serão consideradas como crianças as pessoas na faixa etária de 0 a 14 anos. De fato, o impacto dos limites de idade convencionados é grande, se pensarmos na precocidade relativa das uniões em diferentes contextos. Para se ter uma idéia desse impacto, é o bastante comparar o que ocorreria com a utilização do grupo de 0 a 17,

¹⁷ Lei 8.069 de 13/07/1990.

¹⁸ Lei 6.697 de 10/10/1979.

¹⁹ Isiugo-Abanihe, 1994, 1985, 1984; Vandermeersch, 1998.

²⁰ Bledsoe et all. 1988.

²¹ Guillaume, 1994.

em relação ao grupo de 0 a 14 anos. Nas *Demography Health Survey* (DHS) realizadas no Brasil, encontramos, no grupo de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos para o Nordeste, em 1991²², 0,58% de não celibatários, enquanto que no grupo de 0 a 14 anos esta proporção cai para 0,05%. Se considerarmos apenas as meninas, tais proporções seriam de 1,08% e 0,10%, respectivamente, enquanto que para os meninos teríamos 0,10% e 0,01%, respectivamente. Para o Brasil, em 1996²³, os resultados são similares, com aproximadamente 0,51% e 0,06% de não celibatários para os grupos de 0 a 17 e 0 a 14 anos, respectivamente. Entre as meninas tais porcentagens seriam de 0,86% e 0,09%, e para os meninos, de 0,16% e 0,03%, respectivamente.

Esses dados nos mostram que, embora possamos encontrar, na faixa de 15 a 17 anos, crianças ou adolescentes dependentes e, eventualmente, em circulação, a extensão do limite de idade acarretaria a inclusão equivocada de indivíduos já em união e, portanto, com alta probabilidade de não residirem com seus genitores. Por esta razão definimos como objeto o grupo de 0 a 14 anos.

Também tendo em vista essas ponderações e as restrições que os dados nos impõem, consideramos como crianças em circulação, para efeitos deste estudo, aquelas de 0 a 14 anos que não vivem com a mãe.

No que diz respeito à avaliação das bases de dados disponíveis no Brasil e passíveis da exploração pretendida nesse estudo, foi considerado imprescindível que fosse possível comparar crianças em circulação com aquelas que não se encontram nessa condição, ou seja, que vivem com suas mães, assim como a possibilidade de associar algumas variáveis relacionadas à criança e sua mãe. Só assim julgou-se possível examinar os fatores eventualmente associados com o fenômeno da circulação de crianças no Brasil.

2.1. OS DADOS E SUAS FONTES

Com base nas considerações levantadas anteriormente, buscou-se nas bases de dados disponíveis no Brasil, informações que pudessem responder às indagações do estudo proposto. À luz dos critérios definidos, foram avaliadas as possibilidades de utilização dos Censos Demográficos, das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) e das Pesquisas Nacionais de Demografia e Saúde (DHS), em suas várias rodadas²⁴.

Com relação aos Censos Demográficos, o principal obstáculo encontrado diz respeito à dificuldade em se obter, com precisão, os dois grupos de crianças, isto é, as que se encontram em circulação e as que não se encontram nessa condição. Nos Censos Demográficos tais grupos poderiam ser obtidos somente através da informação acerca das

²² Dados da PSFNe-1991 ("Ficha de Domicílio") considerando como não celibatários os que eram (em relação ao chefe de domicílio) chefe, esposo(a) ou sogro(a).

²³ Dados da PNSF-1996 ("Ficha de Domicílio") considerando como não celibatários os que eram (em relação ao chefe de domicílio) chefe ou esposo(a) a categoria sogro(a) estava ausente na pesquisa.

²⁴ Em Serra (2003) podemos encontrar algumas informações adicionais sobre as DHS e as PNAD no Brasil.

relações com o chefe do domicílio. Mas, nem sempre a informação sobre a relação do morador com o chefe do domicílio, tal como aparece nos Censos, é suficiente para determinar qual criança se encontra em circulação ou não. Se, por exemplo, uma filha do chefe reporta ter tido dois filhos (isto é, dois netos do chefe), mas existem quatro netos no domicílio, dois deles estão em circulação. O problema está em saber quais dos quatro netos do chefe são filhos dessa filha e quais não o são.

Especialistas no assunto aceitaram correr os riscos de tais incertezas. No estudo da circulação de crianças em Ghana, Isiugo-Abanihe (1984) utilizou dados do Censo Demográfico de 1970 daquele país, examinando o volume e algumas características demográficas da circulação de crianças. Para alocar as crianças em uma ou outra categoria, ou seja, em circulação ou não, o autor utilizou as relações entre a criança e o chefe do domicílio. Inicialmente as crianças foram classificadas em três categorias: em circulação, não em circulação e “ambígua”. Em alguns casos, através da relação com o chefe, a criança era facilmente alocada em uma das duas primeiras classificações; caso contrário era classificada como “ambígua”. Para a reclassificação das crianças da categoria “ambígua” em uma das duas primeiras categorias, foi necessária a associação de informações da mãe, como o número de filhos vivos, idade ao ter o primeiro filho, idade ao ter o último filho e a comparação com a idade da criança; em outros casos, o pesquisador lançou mão de relações probabilísticas (usando a taxa de fecundidade específica para a faixa de idade da mulher em questão). Através desse “arquivo de crianças”, o autor estimou a proporção em circulação ou não, e investigou algumas características dos dois grupos, como idade “atual”, sexo, diferenças urbano-rural, relações com o “parente” adotivo e a escolarização.

Como, para as crianças em circulação, não era possível atrelar informações sobre suas mães, para avaliar os fatores maternos associados à circulação o autor trabalhou com um arquivo de mães. Utilizou uma regressão múltipla onde a variável dependente era um índice de crianças em circulação (número atual de crianças morando fora dividido pelo número esperado de crianças morando fora), e as variáveis independentes eram a idade, o número de crianças vivas, o grau de escolaridade, o estado civil, o lugar de residência, a religião, o grupo étnico, o trabalho da mulher e a razão pessoas por cômodo, sendo toda essa informação ponderada pelo número de crianças sobreviventes.

Muito embora não descartemos em definitivo a utilização dos censos para o caso brasileiro, não os usamos neste trabalho pois teríamos que enfrentar as mesmas dificuldades técnicas encontradas por Isiugo-Abanihe. Os censos forneceriam, principalmente, estimativas sobre o volume e a proporção de crianças em circulação. Como este trabalho se propõe a objetivos mais amplos, a utilização de outras fontes é mais adequada.

Do conjunto das PNAD, selecionamos aquelas realizadas nos anos 1985, 1996, 1997, 1998 e 1999. O questionário suplementar da PNAD de 1985 contém quesitos sobre a situação de crianças de 0 a 17 anos, sendo conhecida como a “PNAD do Menor”. Segundo Campos (1991: 124), com os dados do “Suplemento do Menor da PNAD-85, é possível examinar, em maior detalhe, até que ponto a realidade dessas crianças pode ser captada nas estatísticas oficiais”. Muito embora tal suplemento se restrinja às regiões metropolitanas²⁵, e

²⁵ Na realidade, às nove regiões metropolitanas oficiais, mais o aglomerado urbano de Brasília.

não tenhamos como obter o grupo de crianças que não circulam²⁶, o questionário traz informações sobre as crianças que circulam que não podemos obter com nenhuma outra fonte, como a idade em que deixaram de residir com a mãe e o motivo pelo qual isso ocorreu, inexistentes em outros levantamentos.

Entretanto, desde 1995, as PNAD apresentam, em seu “Questionário Básico”, duas perguntas para cada morador do domicílio – se mãe está viva e se a mãe mora no domicílio – que permitem identificar as crianças, filhas de mães vivas, que moram ou não com suas mães. Como as DHS contemplam os anos de 1986, 1991 e 1996, as outras PNAD’s escolhidas (além da de 1985) foram as de 1996, 1997, 1998 e 1999. Tal procedimento teve por objetivo proporcionar o conhecimento da evolução das estimativas da circulação de crianças no período de 1996 a 1999, além de uma comparação com as estimativas obtidas através da “Ficha de Domicílio” da PNDS (DHS) de 1996.

As informações sobre as crianças em circulação na PNAD de 1985 são dadas por suas mães, podendo incluir crianças institucionalizadas e em situação de rua, mas diferem das apresentadas pelas PNAD de 1996, 1997, 1998 e 1999, que foram obtidas diretamente do domicílio, implicando na exclusão dos dois grupos de crianças citados, ou seja, as crianças institucionalizadas e aquelas em situação de rua.

As Pesquisas sobre Demografia e Saúde, aplicadas no Brasil em três rodadas (PNSMIPF de 1986, PSFNe de 1991 e PNDS de 1996), oferecem um conjunto de informações pertinentes à exploração do fenômeno da circulação de crianças, segundo as exigências pretendidas neste trabalho. Apesar das diferenças de cobertura (conjunto do país nos levantamentos de 1986 e 1996 e apenas região Nordeste em 1991) e de amostragem nas três rodadas, e a despeito de variações nos instrumentos de coleta de dados utilizados, essas pesquisas são as que oferecem o maior conjunto de informações, ao longo do tempo, passíveis de serem utilizadas para os propósitos desse estudo.

Esses levantamentos, daqui por diante referidos pelo nome pelo qual são amplamente conhecidas, as DHS²⁷, contém basicamente dois questionários. O primeiro, a “Ficha de Domicílio”, levanta informações gerais do domicílio e sobre as pessoas ali residentes (idade e sexo). Em 1991 e 1996, foram também levantadas informações adicionais acerca dos moradores (relação com o chefe do domicílio, grau de escolaridade e informações sobre os pais naturais: se estão vivos e se moram no domicílio) que permitem separar as crianças que circulam das que não circulam. Na DHS de 1986, tais informações, necessárias para a composição dos dois grupos de crianças, não estão presentes. O segundo questionário, o “Questionário Individual”²⁸, preenchido por todas as mulheres em idade fértil residentes no domicílio selecionado para a amostragem, contém informações sobre a vida reprodutiva das mulheres, e também permitem, em todas as DHS, obter o grupo das crianças em circulação e as que não estão em circulação. Assim, com exceção da DHS de

²⁶ A rigor, o grupo de crianças que não circulam também poderia ser obtido através de relações com o chefe do domicílio, mas isso implicaria em problemas semelhantes aos encontrados nos Censos Demográficos.

²⁷ Serra (2003) fornece maior detalhamento sobre tais levantamentos.

²⁸ Para a PSFNe de 1991, foi elaborado também um questionário individual para maridos, e na PNDS de 1996, um questionário individual para homens.

1986²⁹ (PNSMIPF), podemos obter as crianças em circulação e aquelas não em circulação de duas maneiras: através da “Ficha de Domicílio” e através do “Questionário Individual”.

Vale ressaltar que os grupos de crianças formados pelas informações da “Ficha de Domicílio”³⁰ são diferentes daqueles resultantes das informações do “Questionário Individual”.

Os grupos de crianças obtidos através da “Ficha de Domicílio” contemplam somente aquelas que moram em domicílios e cujas mães podem estar vivas ou mortas (embora só tenhamos trabalhado com as crianças filhas de mães vivas) e excluem crianças em situação de rua, ou seja, as que moram a maior parte do tempo na rua, bem como as institucionalizadas. Além disso, esses dados não nos permitem a associação de informações sobre as mães das crianças quando estas não moram no domicílio. Mas permitem inferir sobre o número de crianças celibatárias, além de oferecerem informações sobre a composição (através da relação com o chefe) do domicílio onde a criança mora, embora esses aspectos não sejam o objetivo deste trabalho. A comparação temporal só é possível entre as DHS 91 e 96, comparando-se, portanto, apenas a região Nordeste.

O “Questionário Individual” contém informações sobre todos os filhos cujas mães estão vivas (exceto os que a mãe não informou), tais como: idade atual, sexo, se está vivo ou não, se reside ou não com a mãe e, se morreu, com que idade morreu. Essas informações são comuns para as três rodadas da DHS e são importantes na medida em que tentamos relacionar variáveis relativas à mãe da criança com o fenômeno estudado. A DHS 1991 fornece, ainda, a informação acerca de com quem a criança mora, quando não reside com a mãe. A comparação temporal é ampliada, sendo possível em dois momentos (1986 e 1996) para o Brasil e em três momentos (1986, 1991 e 1996) para o Nordeste. Tais fontes estão sujeitas ao chamado “erro de memória”, muito comum quando temos informações obtidas das mães das crianças: não seria improvável que uma mãe se “esquecesse” de um filho que já há muito tempo não mora com ela.

As pesquisas DHS apresentam outras vantagens, como a comparabilidade internacional com outros levantamentos do mesmo tipo realizados em vários países, uma vez que os questionários aplicados em todos eles têm um mesmo núcleo comum. Isiugo-Abanihe (1994: 165) salienta a vantagem da utilização desse tipo de pesquisa para estudos sobre a circulação de crianças: “Dados de estudos grandes e comparáveis, tais como os da Demographic and Health Surveys (DHS), podem ser úteis no estudo da frequência e motivação da circulação de crianças em diferentes países e sub-regiões.”³¹

Uma restrição, porém, teve de ser feita para informações obtidas através da mãe da criança e, neste caso, referimo-nos tanto às informações obtidas pelo “Questionário Individual” da DHS quando às obtidas pela PNAD 1985. Como temos que garantir a comparabilidade dos dados, principalmente no que diz respeito às pesquisas do tipo DHS, é preciso ter em mente a faixa etária das mulheres incluídas nas amostras. As informações

²⁹ As informações da “Ficha de Domicílio” da DHS 1986 são pobres, não nos permitindo saber quais as crianças que moram ou não com suas mães e se as mesmas estão vivas, e não contemplam nem mesmo a relação de cada indivíduo com o chefe do domicílio.

³⁰ É importante lembrar que essa discussão vale apenas para o caso das DHS de 1991 e 1996.

³¹ Tradução da autora.

sobre as mães ou obtidas através delas pelas PNSMIPF de 1986, referem-se apenas às mulheres que têm entre 15 e 44 anos. Muito embora as outras duas pesquisas do tipo DHS no Brasil, assim como a PNAD 85, compreendam um universo maior de mulheres, restringiremos nosso trabalho aos grupos etários entre 15 e 44 anos. Vale salientar que como tal restrição diz respeito às informações obtidas pelo “Questionário Individual” das DHS, para a “Ficha de Domicílio” das DHS e “Questionário Principal” das PNAD 1996, 1997, 1998 e 1999, ela é impraticável, pois não temos informações sobre as mães das crianças que estão “em circulação”. Portanto, estarão incluídas, no caso das informações da “Ficha de Domicílio”, crianças com mães mais velhas.

O impacto de tal restrição ao grupo de crianças com mães com idade entre 15 e 44 anos para a PSFNe (DHS) de 1991, foi uma redução de 4,9% para as crianças em circulação, 8,3% para as que não estão em circulação e 8,1 % para o total de crianças, sempre comparados com o grupo de crianças com mães com idades entre 15 e 49 anos. Na PNDS (DHS) de 1996, a redução em relação ao grupo de crianças em circulação com mães entre 15 e 49 anos, foi de 4,8%, de 6,2% para as crianças que não estão em circulação e de 6,1% para o total de crianças. Na PNAD de 1985, isso implicou uma redução de 4,7% de crianças em circulação, comparado com crianças com mães com idades entre 15 e 63 anos. Para se ter uma idéia de tal restrição por faixas etárias da criança, na PSFNe (DHS) de 1991, não tivemos nenhuma redução no grupo de crianças em circulação entre 0 e 4 anos; para as crianças entre 5 e 14 anos, as reduções foram crescendo progressivamente entre os valores de 1,4% (5 anos) a 8,1% (14 anos); para as crianças que “não circularam”, os valores estavam entre 0,4% (0 anos) e 19,6% (14 anos). Para o total de crianças encontramos valores entre 0,4% (0 anos) e 18,2% (14 anos). Na PNDS (DHS) de 1996, o grupo de crianças em circulação com até 6 anos não teve nenhuma redução; já entre aqueles de 7 a 14 anos, as reduções cresceram entre 1,7% (7 anos) e 13,4% (14 anos); para as crianças que não circularam os valores variaram entre 0,2% (0 anos) e 17,9% (14 anos), e para o total de crianças, as proporções variaram entre 0,2% (0 anos) e 17,6% (14 anos).

Levando em conta tais valores, vemos que o critério restritivo adotado não deve ser olhado somente sob a ótica da diminuição do volume de crianças estudadas, uma vez que o impacto ocorre principalmente no grupo de crianças mais velhas. E é exatamente nesse grupo que tendemos a encontrar um maior volume de crianças não celibatárias, que poderiam estar inflacionando o grupo de crianças em circulação.

Assim, a partir deste capítulo, para os dados obtidos através do “Questionário Individual” das DHS e da PNAD 1985, o grupo de crianças estudado se refere às que, na data de referência da aplicação do questionário, tinham entre 0 e 14 anos e eram filhas de mães entre 15 e 44 anos.

2.2. OS OBJETIVOS

Antes de descrever as variáveis utilizadas neste trabalho, é importante salientar o objetivo principal e explicitar os objetivos secundários.

O objetivo deste trabalho é estudar a circulação de crianças sob a ótica dos fenômenos demográficos e tentar responder a questões como:

- Qual a proporção de crianças que circulam e como se distribuem segundo as regiões brasileiras?

É intuitivo esperar que a circulação não se dê da mesma maneira em todas as regiões do extenso território nacional.

- Com quem as crianças ficam ao circularem?

Fonseca (1995) observou, em seu estudo, que a maioria das mulheres prefere colocar seus filhos em casa de parentes consanguíneos, pois com os não aparentados existiria a probabilidade de surgimento de conflitos, na medida em que a genitora tenderia a reivindicar seus direitos de mãe “verdadeira”³². Nos estudos africanos os resultados são semelhantes, tendendo a maioria das crianças a ficar com parentes, principalmente avós.

- Quais os principais motivos dessa circulação?

A separação ou a viuvez, levando à impossibilidade financeira da mãe para criar seus filhos, quando ela, muitas vezes, não consegue apoio financeiro em sua rede de parentesco, pode culminar na circulação (Fonseca, 1995).

- Qual a distribuição por sexo, cor, idade atual e idade ao sair de casa destas crianças que circulam?

É importante conhecer a distribuição por sexo, cor, idade atual e idade ao sair das crianças em circulação, para compreendermos melhor algumas situações.

Crianças mais velhas, ao chegarem na família de criação, tendem a assumir uma posição subalterna, usufruindo muitas vezes um status um tanto ambíguo, entre filho e serviçal. Quando se trata de bebês, a situação é bastante semelhante à encontrada quando da adoção, com um certo embaralhamento entre os direitos e obrigações entre os dois com os pais, os que “criam” e os genitores (Fonseca, 1995). Assim, a circulação de crianças mais velhas implicaria uma relação de desigualdade em relação aos filhos “verdadeiros”.

- A criança que circula tem menor grau de escolaridade do que as que não circulam?

Fonseca (1995) observou que os filhos de “criação” não eram matriculados nas escolas com a mesma presteza que as crianças “legítimas” da família.

- As crianças que circulam são principalmente filhas de mães que as tiveram mais jovens ou cujas mães começaram sua vida reprodutiva mais cedo?

³²Fonseca (1995) faz uma interessante discussão sobre a mística dos laços de sangue.

Segundo Fonseca (1995) muitas meninas começam sua vida reprodutiva muito cedo, ainda morando na casa de seus pais, e, quando mais tarde se mudam, para morar com um novo marido, não é raro que o filho fique com os avós.

- Existe alguma relação entre a circulação de crianças e o tipo e/ou número de uniões de suas mães?

Um novo casamento pode representar uma ameaça à unidade mãe-filho; nesses casos, os filhos tendem a ser redistribuídos principalmente quando do nascimento dos meio-irmãos (Fonseca, 1995).

- Poderia a religião ser considerada um fator de restrição à circulação de crianças?

Isiugo-Abanihe (1984) observou, em suas análises, que mulheres de religiões tradicionais africanas tinham menor chance de ter filhos em circulação.

- As crianças cujas mães trabalham tenderiam a circular mais do que aquelas cujas mães não trabalham?

A análise dos dados de Serra Leoa (Isiugo-Abanihe, 1984) sugere que a circulação de crianças pode estar relacionada com a participação da mulher na força de trabalho: filhos de mulheres que trabalham tendem a circular mais que os das que não trabalham.

- No Brasil, a circulação de crianças tende a se dar principalmente em grupos de baixa renda?

A circulação de crianças é uma prática bastante antiga e amplamente difundida, mas Fonseca (1995) acredita que, na última geração, as crianças da classe média pararam de circular, e considera a circulação um recurso básico da organização de parentesco em grupos de baixa renda.

As relações entre a fecundidade, migração e mortalidade/morbidade, foram mencionadas no **Capítulo 1**. Vale lembrar que a mortalidade/morbidade diferencial não poderia ser avaliada com o tipo de base de dados tratada nesse trabalho.

Com relação à fecundidade e a migração, investigamos se:

- As crianças que circulam são principalmente filhas de mães com maior fecundidade que as mães daqueles que não circulam?
- A migração da mãe pode ser considerada um fator desencadeador da circulação de crianças?

2.3. AS VARIÁVEIS UTILIZADAS

As variáveis relacionadas nos Quadros 2.3.1 e 2.3.2 foram selecionadas com o objetivo de responder às questões levantadas, assim como verificar seus possíveis inter-relacionamentos, através de simples análises descritivas ou modelos multivariados. Assim, além de investigarmos onde estão e qual é a proporção de crianças em circulação, tentaremos conhecer quais os fatores relacionados com esta prática. As variáveis escolhidas visam caracterizar as mães e as crianças, conhecer o *status* socioeconômico do domicílio, e variáveis sócio-demográficas relativas à migração, à inserção da mulher mercado de trabalho e à fecundidade³³.

Com relação ao *status* socioeconômico do domicílio de residência da mãe, as variáveis foram selecionadas com o objetivo de construir dois indicadores: o de necessidades básicas insatisfeitas e o indicador de estratificação social com base nos critérios de classificação ABA/ABIPEME³⁴. O primeiro é, segundo Feres e Mancero (2001), um indicador de pobreza, e o segundo, um critério de classificação socioeconômica bastante utilizado nas pesquisas de mercado. A opção pelos indicadores citados tem em vista a possibilidade de utilização das informações disponíveis, com a condição de que trabalhassem com o maior número de informações relacionadas a bens e necessidades de um domicílio, contidas nos questionários utilizados no trabalho, uma vez que, nestes, as informações sobre a renda, além de pouco confiáveis, contêm muitos “*missing values*”³⁵.

Quadro 2.3.1 (próxima página)

QUADRO 2.3.2

VARIÁVEIS ESTUDADAS ATRAVÉS DA “FICHA DE DOMICÍLIO” DAS DHS E NO QUESTIONÁRIO PRINCIPAL DAS PNAD 1996-1999.

PSFNe 1991	PNDS 1996	PNAD 1996, 1997, 1998 e 1999
Nordeste	Brasil	Brasil
CRIANÇA	CRIANÇA	CRIANÇA
Sexo	Sexo	Sexo
Idade “atual”	Idade “atual”	Idade “atual”
Grau de escolaridade	Grau de escolaridade	Cor
Relação chefe domicílio	Relação chefe domicílio	

³³ Em Serra (2003) podemos encontrar algumas estatísticas e cruzamentos das variáveis avaliadas neste trabalho.

³⁴ Um maior detalhamento dos critérios adotados pode ser encontrados em Serra (2003), incluindo a construção com a utilização das variáveis dos questionários.

³⁵ Valores ausentes ou faltantes.

QUADRO 2.3.1

Variáveis Escolhidas Para Estudo do "Questionário Individual" das DHS E do Questionário Suplementar da PNAD-1985 (Situação Do Menor).

PNSMIPF- 1986	PSFNe 1991	PNDS- 1996	PNAD 1985*
Brasil	Nordeste	Brasil	Reg. Metropolitanas
CRIANÇA	CRIANÇA	CRIANÇA	CRIANÇA
Sexo	Sexo	Sexo	Sexo
Grau de Escolaridade	Grau de Escolaridade	Grau de Escolaridade	Grau de Escolaridade
Idade "atual"	Idade "atual"	Idade "atual"	Idade "atual"
	Com quem vive		Com quem vive
			Motivo para sair
			Idade ao sair
			Cor
MÃE	MÃE	MÃE	
Idade "atual"	Idade "atual"	Idade "atual"	
Cor	Cor	Cor	
Grau de escolaridade	Grau de escolaridade	Grau de escolaridade	
Trabalho	Trabalho	Trabalho	
Religião	Religião	Religião	
Frequência aos cultos	Frequência aos cultos	Frequência aos cultos	
Filhos nascidos vivos	Filhos nascidos vivos	Filhos nascidos vivos	
Filhos mortos	Filhos mortos	Filhos mortos	
Idade ao ter o 1º filho	Idade ao ter o 1º filho	Idade ao ter o 1º filho	
Idade ao ter o filho	Idade ao ter o filho	Idade ao ter o filho	
Tempo de residência	Tempo de residência	Tempo de residência	
Residência anterior	Residência anterior	Residência anterior	
Residência "atual"	Residência "atual"	Residência "atual"	
Estado civil	Estado civil	Estado civil	
Número de uniões	Número de uniões	Número de uniões	
DOMICÍLIO**	DOMICÍLIO**	DOMICÍLIO**	
Proveniência da água usada na casa	Fonte de abastecimento de água geral	Fonte de abastecimento de água	
Destino dos dejetos humanos	Fonte de abastecimento para beber	Fonte de abastecimento para beber	
Número de aparelhos de TV	Tipo de sanitário	Tipo de sanitário	
Número de rádios	Destino dos dejetos humanos	Destino dos dejetos humanos	
Número de banheiros	Material da parede da casa	Material das paredes	
Número de automóveis	Material do piso da sala	Material do piso	
Número de empregadas	Número de cômodos (dormir)	Material da cobertura/telhado	
Se tem aspirador de pó	Se tem eletricidade	Número de cômodos (dormir)	
Se tem máquina de lavar roupa	Se tem rádio	Número de rádios	
	Se tem TV	Número de TVs em cores	
	Se tem geladeira	Número de banheiros	
	Se tem bicicleta	Número de carros	
	Se tem motocicleta	Número de empregados	
	Se tem carro	Se tem aspirador de pó	
		Se tem máquina de lavar	
		Se tem geladeira	
		Se tem videocassete	

* Dados existentes apenas para crianças que não vivem com suas mães.

** Dados utilizados para o cálculo de NBI/NBS e critério. ABA/ABIPEME.

3. RESULTADOS DAS PNAD

Foram encontradas em 1985, segundo dados da PNAD, 671.251 crianças e adolescentes que moravam longe de suas mães nas regiões metropolitanas brasileiras. Campos (1991)

Este capítulo tem por objetivo investigar, através das PNAD de 1985, 1996, 1997, 1998 e 1999, a relação de algumas variáveis com o fenômeno da circulação de crianças. A PNAD de 1985 permite trabalhar com variáveis que não são encontradas em nenhuma outra fonte, como a idade com que a criança começou a circular e o motivo pelo qual deixou de morar com sua mãe. As PNAD de 1996, 1997, 1998 e 1999 são as fontes de dados mais recentes e serão utilizadas para estimar a proporção e o volume de crianças em circulação. Neste capítulo será realizado um estudo de caráter descritivo e exploratório, e para isso serão utilizados gráficos e tabulações simples, que permitirão conhecer alguns aspectos da circulação de crianças no Brasil.

3.1. PNAD 1985

Como já foi salientado, a dificuldade principal do banco de dados da PNAD 1985 é a limitação de trabalhar exclusivamente com as crianças que não estão morando com suas mães, portanto, em circulação, não sendo possíveis comparações com o grupo das crianças que vivem com suas genitoras. A presença de variáveis importantes não encontradas em outras fontes é o que justifica a sua utilização neste trabalho. As informações utilizadas neste tópico foram obtidas através do Questionário Suplementar da PNAD 1985 e correspondem às respostas dadas pelas mães das crianças.

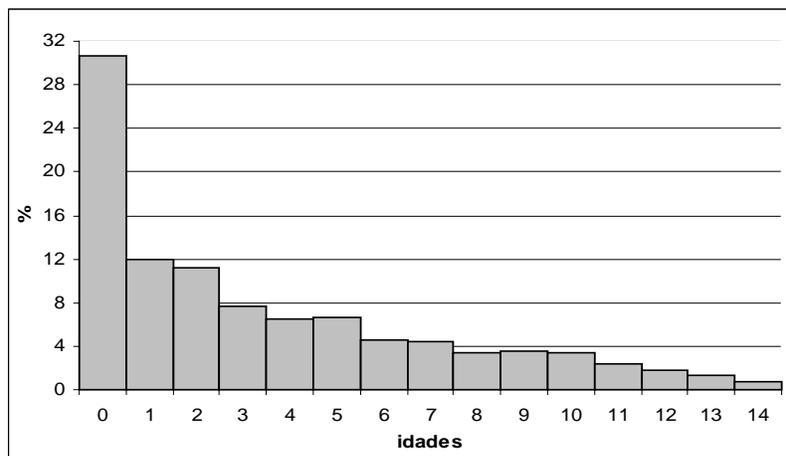
Idade em que a criança deixou de morar com a sua Mãe

A idade em que a criança deixa de morar com sua mãe é um dos aspectos que desperta maior interesse na caracterização da circulação infantil. Podemos observar, nas regiões metropolitanas brasileiras, que a maioria das crianças começou a circular com menos de um ano de idade (Figura 3.1.1). Apesar de tal recorte temporal e espacial, não temos motivos para suspeitar que encontraríamos comportamentos diferenciados em outras regiões do país. Ao avaliarmos a idade da criança no momento da entrevista, no entanto, observamos que existe maior porcentagem de crianças mais velhas (Figura 3.1.2). Podemos observar em tais figuras que os comportamentos das distribuições é oposto. A distribuição

das idades com que a criança começou a circular pela primeira vez tem um comportamento decrescente, já o das idades “atuais” da criança que circula é crescente.

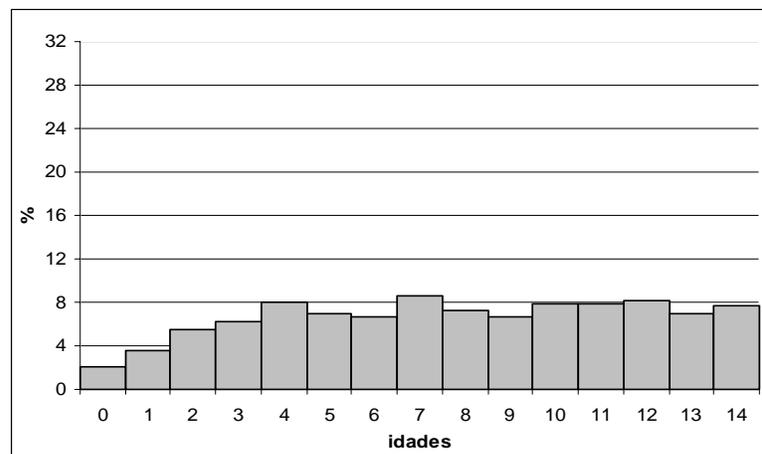
Tal constatação pode estar indicando, além do fator acumulativo (de crianças de coortes anteriores), que, apesar de terem deixado de morar com suas mães ainda muito jovens as crianças tendem a continuar circulando. É necessário lembrar, no entanto, que o fato de a criança ter começado a circular ainda muito jovem e estar em circulação no momento da entrevista, não significa que, em algum momento, ela não tenha voltado a morar com sua mãe, ou que não possa vir a fazê-lo no futuro.

FIGURA 3.1.1
Distribuição das Idades das Crianças Ao Sair de Casa,
Segundo Declaração da Mãe.
Regiões Metropolitanas, Brasil, 1985 (Dados Ponderados).



Fonte: PNAD - 1985, IBGE, Suplemento sobre a Situação do Menor.

FIGURA 3.1.2
Distribuição Das Idades “Atuais” Das Crianças Que Circulam,
Segundo Declaração Da Mãe. Regiões Metropolitanas, Brasil, 1985.
(Dados Ponderados).



Fonte: PNAD - 1985, IBGE, Suplemento sobre a Situação do Menor.

Com quem a criança reside no momento da entrevista

Observamos na Tabela 3.1.1 que são outros parentes que acolhem a maioria das crianças quando deixam a companhia de suas mães. Esta característica é comum a ambos os sexos, mas as meninas tendem a morar mais com não-parentes do que os meninos; os meninos, a ficar mais com os outros familiares que as meninas; e os meninos mais com o pai que as meninas³⁶. Com relação à idade “atual” das crianças, observamos que os mais velhos tendem a ficar mais com o pai que os mais novos, e os mais novos, a ficar mais com não-parentes e parentes do que os mais velhos³⁷.

Quando comparamos as proporções obtidas pelo cruzamento de sexo e idade, podemos constatar que, dentre os meninos, os pais tendem a acolher os mais velhos, e outros parentes, os mais novos³⁸. Já na comparação entre as crianças mais velhas (7 a 14 anos), observamos que os meninos tendem a ficar mais com o pai ou com outros parentes, e as meninas tendem a ficar mais com outros parentes do que os meninos. Tais resultados podem ser um indicativo da dificuldade do pai em criar meninas e/ou crianças mais novas sem a ajuda de uma mulher?

Vale destacar que as meninas tendem a ficar com outras pessoas mais que os meninos³⁹. Esta última constatação parece ser bastante coerente com práticas correntes no Brasil, de tomar crianças para “criar”, atribuindo-lhes todo tipo de trabalho doméstico, tornando-se as chamadas “crias da casa”. Tais meninas são assim referidas por Rizzini (1999), chamando a atenção para o fato de que costumam trabalhar em casas de melhor situação financeira que a de suas famílias, em troca de abrigo ou de pagamento ínfimo⁴⁰. Assim, tal proporção pode estar indicando um tipo de trabalho doméstico infantil feminino, não remunerado, no qual a menina não teria nem o status de filha nem o de empregada doméstica, pois não seria remunerada como tal.

³⁶ Testes de comparação entre proporções (unicaudal), significativo a 5% na PNAD-85 para pai e a 10% para outros parentes.

³⁷ Testes significativos para a PNAD-85, a 5% para o pai e a 10% para outros parentes e não-parentes. Para a PSFNe-91, todos os resultados foram não significativos.

³⁸ Testes significativos para a PNAD-85, a 1% para o pai e outros parentes.

³⁹ Testes de comparação entre proporções (unicaudal), significativos a 1% para pai e outros parentes, na PNAD-85.

⁴⁰ Cervini e Burger (1991) discutem a importância do trabalho doméstico no contexto do trabalho infantil.

TABELA 3. 1.1

Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por grau de parentesco com a pessoa ou pessoas com quem residem atualmente, regiões metropolitanas, Brasil, 1985, por faixa etária e sexo, segundo informações da mãe (dados ponderados).

Com quem residem	n	TOTAL			Masculino			Feminino		
		Total	0-6	7-14	Total	0-6	7-14	Total	0-6	7-14
Com o pai	662	24,5	19,7	27,7	27,7	20,5	32,5	21,2	18,8	22,6
Outros parentes	1711	62,0	64,2	60,6	60,5	65,1	57,4	63,7	63,2	64,0
Não parentes	329	10,9	13,6	9,1	9,3	12,1	7,5	12,5	15,3	10,8
Cônjuge	8	0,3	0,2	0,3	0,1	0,3	0,0	0,4	0,0	0,6
Instituição	18	0,7	0,9	0,6	0,7	0,6	0,8	0,7	1,4	0,3
Outros*	51	1,6	1,4	1,7	1,7	1,4	1,8	1,6	1,3	1,7
Total		100,0								
n		2.779	1.107	1.672	1.443	584	859	1.336	523	813

Fonte: PNAD-1985, FIBGE, Suplemento sobre a Situação do Menor.

* Incluídos não respondeu e não sabe.

Motivo pelo qual a criança deixou de residir com sua Mãe

No que diz respeito ao motivo por que a criança deixou de residir com a mãe (Tabela 3.1.2), observamos que são alegadas principalmente razões financeiras e relativas à separação dos pais. Quanto às diferenças encontradas quando desagregamos os dados por sexo e grupos etários, observamos que a proporção de crianças cuja circulação foi motivada por razões financeiras é superior no grupo das mais jovens à época da entrevista. Já quando o motivo é a separação dos pais, tal relação se inverte⁴¹. Além disso, os dados revelam que a proporção de meninos cuja circulação foi motivada por razões financeiras é superior à de meninas⁴².

Quando observamos somente o grupo de meninos, verificamos que os mais jovens à época da entrevista são em maior proporção entre aqueles cujo motivo de separação da mãe foi financeiro. Quando o motivo alegado é a separação dos pais, a relação é inversa⁴³, ou seja, a maior proporção é a de mais velhos à época da entrevista. Para as meninas, a relação encontrada é exatamente a mesma citada anteriormente⁴⁴.

⁴¹ Testes significativos a 1%.

⁴² Teste significativo a 10%.

⁴³ Testes significativos a 1%.

⁴⁴ Testes significativos a 1% e 5%.

Dentro do mesmo grupo etário, observamos que, no grupo das mais velhas à época da entrevista, a separação tem maior proporção para os meninos⁴⁵.

Acreditamos, no entanto, que o motivo pelo qual a criança deixa de residir com a mãe está mais relacionado à idade que a criança tinha ao sair de casa do que com a idade no momento da entrevista. A Tabela 3.1.3, bastante similar à anterior, oferece algumas informações interessantes a esse respeito. Observamos que, para as crianças que saíram da companhia das mães com menos de 1 ano, os principais motivos alegados são os de ordem financeira⁴⁶. A separação dos pais é o principal motivo para os grupos de crianças de 1 a 6 anos e de 7 a 14 anos⁴⁷. O mesmo padrão se repete ao controlarmos o sexo das crianças.

Ou seja, os dados sugerem que, quando a família enfrenta dificuldades econômicas, desde muito cedo recorre ao expediente de colocar seus filhos em circulação. Esse recurso também poderá ser mobilizado mais tarde, com a separação dos pais, afetando crianças mais velhas.

TABELA 3.1.2

Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por motivo pelo qual deixou de residir, regiões metropolitanas, Brasil, 1985, por faixa etária "atual", segundo informações da mãe (dados ponderados).

Motivo pelo qual deixou de residir com a mãe	n	TOTAL			Masculino			Feminino		
		Total	0-6	7-14	Total	0-6	7-14	Total	0-6	7-14
Financeiro	1.170	41,1	50,8	34,9	39,5	50,1	32,6	42,8	51,6	37,4
Decisão judicial	40	1,5	1,3	1,7	2,0	1,7	2,2	1,0	0,9	1,1
Separação	874	31,8	24,7	36,3	33,9	25,6	39,4	29,5	23,6	33,1
Estudo/Trabalho/Casamento	222	7,1	6,3	7,7	6,1	5,9	6,3	8,2	6,8	9,1
Fugiu de casa	5	0,2	0,1	0,4	0,4	0	0,6	0,1	0,1	0,1
Outros	468	18,2	16,9	19,1	18,1	16,7	19,0	18,4	17,0	19,2
Total		100,0								
N		2.779	1.107	1.672	1.443	584	859	1.336	523	813

Fonte: PNAD-1985, FIBGE, Suplemento sobre a Situação do Menor.

⁴⁵ Teste significativo a 5%.

⁴⁶ Teste significativo a 1% com relação aos grupos 1-6 e 7-14 anos.

⁴⁷ Teste significativo a 1% ao comparar o grupo de 1-6 anos com o 7-14 anos, o que mostra que a diferença entre as proporções do grupo 7-14 anos é superior à do grupo 1-6 anos.

TABELA 3.1.3

Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por motivo pelo qual deixou de residir, regiões metropolitanas, Brasil, 1985, por faixa etária com que o filho deixou de morar com a mãe, segundo informações da mãe (dados ponderados).

Motivo pelo qual deixou de residir com a mãe	n	TOTAL				Masculino				Feminino			
		Total	0	1-6	7-14	Total	0	1-6	7-14	Total	0	1-6	7-14
Financeiro	1.170	41,1	60,9	35,4	25,4	39,5	60,0	35,3	20,4	42,8	61,8	35,6	30,6
Decisão judicial	40	1,5	0,8	2,3	0,8	2,0	1,4	2,9	0,9	1,0	0,2	1,7	0,7
Separação	874	31,8	16,5	36,7	42,5	33,9	18,3	37,4	47,9	29,4	14,8	36,0	36,9
Estudo/Trabalho/Casamento	222	7,1	4,2	6,6	12,8	6,1	3,3	5,5	11,8	8,2	5,0	7,8	13,9
Fugiu de casa	5	0,2	0,0	0,2	0,6	0,4	0,0	0,4	0,9	0,1	0,0	0,1	0,3
Outros	468	18,2	17,6	18,7	17,9	18,1	17,1	18,6	18,2	18,4	18,2	18,9	17,6
Total		100,0											
n		2.779	913	1321	545	1.443	460	706	277	1.336	453	615	268

Fonte: PNAD-1985, FIBGE, Suplemento sobre a Situação do Menor.

3.2. AS PNAD DE 1996 A 1999

Através das informações individuais de cada morador do domicílio nos “Questionários Principais” das PNAD de 1996, 1997, 1998 e 1999, é possível saber quais as crianças que moram e não moram com suas mães, o que permite estimar a proporção e o volume de crianças que não moram com suas mães por região, e também em relação ao sexo, idade e raça/etnia das crianças (Tabelas 3.2.1 e 3.2.2).

As regiões com maior proporção de crianças em circulação são as regiões Norte e Nordeste, sendo que a região Norte compreende principalmente a população das zonas urbanas. O maior volume ocorre, entretanto na região Nordeste, seguida da região Sudeste, embora em termos percentuais esta última esteja praticamente em igualdade de condição com a região Sul. Os dados revelam também um aumento percentual e do volume da circulação de crianças entre 1996 e 1999. Embora o aumento percentual entre os anos de 1997 e 1999 tenha sido pequeno, a diferença entre 1996 e 1999 foi de 6 %. Tais resultados mostram que a circulação de crianças parece estar aumentando em termos percentuais e de volume.

Os dados das PNAD revelam que o volume de crianças em circulação no Brasil na década de 1990 não é desprezível. Na segunda metade da década, este volume esteve sempre acima de três milhões de crianças de ambos os sexos, metade das quais encontra-se na região Nordeste, seguida da região Sudeste. Estes volumes impressionam, fazendo aumentar o interesse em se conhecer quem são essas crianças, em que condições vivem e

em que mediada encontram-se em posição de vantagem ou desvantagem em relação às crianças que vivem com suas mães.

Os resultados obtidos permitem observar que não parece existir uma tendência clara de meninos circularem mais que meninas ou vice-versa. A circulação parece afetar indiferentemente os dois sexos, podendo as diferenças entre os dois grupos serem atribuídas principalmente a erros amostrais⁴⁸. Entretanto, podemos verificar maior tendência de crianças mais velhas morarem longe de suas mães do que crianças mais novas⁴⁹. Essa tendência já havia sido observada nos dados da PNAD 1985.

A relação da circulação de crianças com raça/etnia no Brasil é uma característica importante, indicativa dos fatores sociais associados à condição das famílias. Observamos que as crianças negras (pretas e pardas) parecem circular mais que as brancas⁵⁰. Essa associação sugere que famílias em condições socioeconômicas mais precárias seriam mais suscetíveis de experimentar o afastamento entre a mãe e seus filhos. Não é possível, além disso, descartar a possibilidade de diferenças sócio-culturais entre famílias negras e brancas no que diz respeito à possibilidade de lançar mão de uma rede de parentesco para a criação de seus filhos. Devemos tomar muito cuidado, no entanto, ao interpretar a categoria “outros”, pois embora os valores expandidos sejam altos, correspondem, na realidade, a valores absolutos muito pequenos. Assim, como os valores percentuais obtidos estão distorcidos por essa baixa frequência, tentar explicar tais percentuais e/ou volumes seria leviano e inconseqüente.

⁴⁸ As diferenças entre o grupo de crianças do sexo feminino e o do sexo masculino são significativas em 1996, para o Norte (10%), Nordeste (5%) e Sul (10%); em 1998, para o Nordeste (10%) e Brasil (10%); em 1999, para o Centro-Oeste (1%).

⁴⁹ As diferenças entre proporções de crianças entre 0 e 6 anos em relação ao grupo entre 7 e 14 anos são significativas para todas as regiões e anos.

⁵⁰ As diferenças entre proporções de crianças negras e brancas só não são significativas para a região Norte em 1996.

Tabela 3.2.1

Número E Porcentagem de Crianças De 0 -14 Anos que não Residem em Companhia da Mãe (Filhos de Mães Vivas de Qualquer Faixa Etária), Segundo Sexo e Idade, Por Regiões, 1996 a 1999 (Dados Expandidos).

Ano	Regiões	SEXO				IDADE				BRASIL	
		Masculino		Feminino		0 a 6 anos		7 a 14 anos		N	%
		N	%	N	%	N	%	N	%		
1996	Norte*	127.522	9,2	141.199	10,6	90.594	7,4	178.127	11,8	268.721	9,9
	Nordeste	689.714	8,6	724.310	9,1	464.032	6,6	949.992	10,6	1.414.024	8,8
	Sudeste	439.131	4,7	429.156	4,6	249.117	3,1	619.170	5,8	868.287	4,7
	Sul	174.863	5,1	158.814	4,6	116.642	3,8	217.035	5,7	333.677	4,9
	Centro-Oeste	112.755	6,6	104.652	6,4	67.914	4,6	149.493	8,1	217.407	6,5
	BRASIL	1.543.985	6,5	1.558.131	6,6	988.299	4,8	2.113.817	7,9	3.102.116	6,5
1997	Norte*	138.387	10,0	145.808	10,7	98.615	7,7	185.580	12,5	284.195	10,3
	Nordeste	744.929	9,4	743.805	9,6	503.563	7,3	985.171	11,2	1.488.734	9,5
	Sudeste	483.058	5,1	465.091	5,1	281.436	3,4	666.713	6,4	948.149	5,1
	Sul	170.694	4,8	174.353	5,0	111.398	3,4	233.649	6,2	345.047	4,9
	Centro-Oeste	113.107	6,6	112.271	6,8	76.334	5,1	149.044	7,9	225.378	6,7
	BRASIL	1.650.175	6,9	1.641.328	7,0	1.071.346	5,1	2.220.157	8,4	3.291.503	6,9
1998	Norte*	160.583	11,4	157.769	11,4	108.367	8,6	209.985	13,7	318.352	11,4
	Nordeste	722.863	9,2	748.818	9,7	512.737	7,3	958.944	11,3	1.471.681	9,5
	Sudeste	463.802	4,9	442.150	5,0	282.351	3,5	623.601	6,0	905.952	4,9
	Sul	170.640	4,9	152.768	4,6	109.384	3,5	214.024	5,8	323.408	4,7
	Centro-Oeste	126.930	7,6	135.066	8,2	87.851	5,9	174.145	9,6	261.996	7,9
	BRASIL	1.644.818	6,9	1.636.571	7,1	1.100.690	5,2	2.180.699	8,4	3.281.389	7,0
1999	Norte*	146.858	10,3	151.021	10,9	105.233	8,1	192.646	12,8	297.879	10,6
	Nordeste	779.682	10,0	777.374	10,3	537.546	8,0	1.019.510	11,9	1.557.056	10,2
	Sudeste	436.956	4,7	429.861	4,8	272.740	3,4	594.077	5,8	866.817	4,7
	Sul	174.933	5,0	161.054	4,8	116.112	3,6	219.875	5,9	335.987	4,9
	Centro-Oeste	139.492	8,1	106.948	6,6	76.482	4,9	169.958	9,5	246.440	7,4
	BRASIL	1.677.921	7,1	1.626.258	7,1	1.108.113	5,3	2.196.066	8,5	3.304.179	7,1

Fonte: PNAD 1996, 1997, 1998, 1999, FIBGE - Questionário Principal
*Contemplam principalmente domicílios da zona urbana.

TABELA 3.2.2

Número e porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe (filhos de mães vivas de qual quer faixa etária), segundo raça/etnia, por regiões. 1996 a 1999 (dados expandidos).

Ano	Regiões	RAÇA/ETNIA						BRASIL	
		Branca		Negra		Outras**		N	%
		N	%	N	%	N	%	N	%
1996	Norte*	70.870	9,7	194.386	9,8	3.465	17,7	268.721	9,9
	Nordeste	344.804	7,4	1.062.625	9,5	6.595	9,9	1.414.024	8,8
	Sudeste	453.551	3,9	411.558	6,0	3.178	4,2	868.287	4,7
	Sul	246.288	4,2	84.154	8,5	3.235	13,6	333.677	4,9
	Centro-Oeste	93.588	5,9	121.486	7,1	2.333	5,9	217.407	6,5
	BRASIL	1.209.101	4,9	1.874.209	8,2	18.806	8,4	3.102.116	6,5
	1997	Norte*	65.504	9,0	217.975	10,8	716	10,2	284.195
Nordeste		356.849	8,2	1.128.453	10,0	3.432	7,2	1.488.734	9,5
Sudeste		503.792	4,3	437.156	6,3	7.201	8,2	948.149	5,1
Sul		264.889	4,6	77.059	6,5	3.099	9,9	345.047	4,9
Centro-Oeste		90.605	5,6	128.786	7,5	5.987	20,2	225.378	6,7
BRASIL		1.281.639	5,3	1.989.429	8,6	20.435	10,1	3.291.503	6,9
1998		Norte*	73.744	9,2	241.746	12,3	2.862	18,8	318.352
	Nordeste	320.286	7,3	1.146.883	10,3	4.512	11,1	1.471.681	9,54
	Sudeste	474.458	4,2	428.181	6,1	3.313	2,3	905.952	4,9
	Sul	240.170	4,3	81.422	6,4	1.816	5,6	323.408	4,7
	Centro-Oeste	98.076	6,5	160.642	9,1	3.278	9,4	261.996	7,9
	BRASIL	1.206.734	5,1	2.058.874	8,9	15.781	5,8	3.281.389	7,0
1999	Norte*	73.245	9,5	221.527	11,0	3.107	12,5	297.879	10,6
	Nordeste	361.083	8,3	1.192.401	10,9	3.572	15,4	1.557.056	10,2
	Sudeste	443.734	4,0	420.949	6,1	2.134	2,5	866.817	4,7
	Sul	253.303	4,5	82.478	7,0	206	0,4	335.987	4,9
	Centro-Oeste	96.743	6,4	145.634	8,1	4.063	10,6	246.440	7,4
	BRASIL	1.228.108	5,2	2.062.989	9,0	13.082	6,0	3.304.179	7,1

Fonte: PNAD 1996, 1997, 1998, 1999 - Questionário Principal

* Contemplam principalmente domicílios da zona urbana.

** Índio, amarelo e "não respondeu".

4. RESULTADOS DAS DHS

Segundo Isiugo-Abanihe (1994), as DHS são fontes importantes para o estudo da circulação de crianças, em diferentes países e regiões.

A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (DHS) foi realizada no Brasil em três anos, cobrindo todo o país em 1986 (PNSMIPF) e 1996 (PNDS), e só a região Nordeste em 1991 (PSFNe). Tais pesquisas fornecem informações importantes para o estudo do fenômeno da circulação de crianças, embora não tenham sido construídas com tal objetivo. Como já observado essas pesquisas são constituídas basicamente de dois questionários: “Ficha de Domicílio” e “Questionário Individual” fazendo com que tenhamos, para os anos de 1991 e 1996⁵¹, dois tipos diferentes de informações.

Além da análise dos dados para o Brasil, este capítulo privilegiará a região Nordeste. A escolha da Região Nordeste não significa que outras regiões não merecessem tal tratamento, e nem mesmo que as descartamos para futuros estudos. Porém, o tempo e o limite físico de uma tese não permitem uma análise mais aprofundada para todas as regiões, e somos levados a fazer escolhas levando em conta alguns aspectos. O primeiro diz respeito à magnitude do fenômeno na região Nordeste. Como observamos com os dados das PNAD e poderemos observar com os dados das DHS, o Nordeste é uma das regiões com maior proporção e certamente aquela com maior volume de crianças em circulação. O outro aspecto diz respeito à comparabilidade de dados, que só é possível, para três pontos do tempo (1986, 1991 e 1996), para a região Nordeste⁵².

O tipo de dados disponíveis na DHS imprimem, além disso, outro caráter às análises realizadas. Um aspecto relevante deste capítulo é o seu caráter mais inferencial que exploratório, já que as informações se prestam à aplicação de modelos estatísticos do tipo logístico, como se verá adiante.

4.1. AS DHS E A ANÁLISE DAS FICHAS DE DOMICÍLIO

A “Ficha de Domicílio” será usada neste tópico com o objetivo de estimar a proporção de crianças em circulação por local de residência da criança. A informação do “Questionário Individual”, ao contrário, permite estimar tal proporção por local de

⁵¹ As informações da “Ficha de Domicílio” da DHS 1986 são pobres em relação às informações sobre a circulação de crianças, não sendo utilizadas neste capítulo.

⁵² A DHS 1991 cobre apenas a região Nordeste.

residência da mãe da criança, como já apontado. Devemos lembrar, também, que só temos informações para o Brasil e regiões em 1996, e somente para a região Nordeste em 1991.

Como podemos observar na Tabela 4.1.1 e na Figura 4.1.1, a região Norte e a região Nordeste concentravam as maiores proporções de crianças em circulação⁵⁵³ no ano de 1996. Devemos lembrar que tais informações dizem respeito apenas às crianças em domicílios particulares, deixando de fora as crianças em situação de rua e aquelas institucionalizadas, sem restrições às idades de suas mães⁵⁵⁴ (a restrição da idade da mãe não é possível neste tipo de dado, como já dito anteriormente, já que não se sabe a idade da mãe da criança que não mora no domicílio). Ou seja, são crianças cujas mães podem ter qualquer idade, diferentemente, como já apontado, dos dados provenientes dos “Questionários Individuais” das DHS ou da PNAD de 1985. É preciso lembrar, além disso, que tais dados não estão sujeitos aos chamados “erros de memória” da mãe, que ocorrem quando a mãe deixa de declarar alguns filhos, por exemplo, os que morreram ou os que deixaram de residir com ela há muitos anos.

Podemos observar que, para o Nordeste (Tabela 4.1.2), a porcentagem de crianças em circulação subiu em 3 pontos percentuais entre 1991 e 1996, passando de 10,1% para 13,1%. De um modo geral, os resultados não nos mostram uma tendência clara de diferenças por sexo. Em 1996 observa-se, tanto para o Brasil quanto para as regiões de São Paulo, Sul, Nordeste e Norte, uma maior porcentagem de meninas do que de meninos em circulação. Já nas regiões do Rio de Janeiro, Centro-Leste e Centro-Oeste, a predominância é de meninos⁵⁵. Para a região Nordeste, 1991, a maior proporção é claramente de meninas⁵⁶. Tais diferenças se mostram significativas apenas para as regiões Sul e Centro-Leste em 1996, e para a região Nordeste em 1991. Ou seja, haveria uma maior tendência de meninas circularem na região Sul em 1996 e Nordeste em 1991, enquanto que na região Centro-Oeste, em 1996, os meninos tenderiam a circular mais.

Tabela 4.1.1

Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por sexo e local de residência da criança. Brasil e regiões, 1996, por sexo, informação dos domicílios (dados ponderados).

Região de residência da criança	n	1996		
		Total	Masculino	Feminino
Rio de Janeiro	74	7,3	8,1	6,7
São Paulo	97	5,5	5,2	5,8
Sul	136	6,6	5,8	7,4
Centro-Leste	169	8,7	9,5	7,9
Nordeste	1.008	13,1	12,7	13,5
Norte	274	13,5	12,5	14,4
Centro-Oeste	171	9,1	9,3	8,8
Brasil		9,5	9,3	9,7
n		1.929	942	987

Fonte: PNDS-1996, BEMFAM, Ficha de Domicílio.

⁵³ Para não termos maiores divergências em relação aos dados do “Questionário Individual”, as crianças filhas de mães mortas não são consideradas como crianças em circulação.

⁵⁴ O “Questionário Individual” se restringe a crianças filhas de mães com idades entre 15 e 44 anos.

⁵⁵ Testes univariados de diferenças entre proporções significativos para as regiões Sul a 5% e Centro-Leste a 10%.

⁵⁶ Teste univariado de diferença entre proporções significativo a 1%.

Tabela 4.1.2

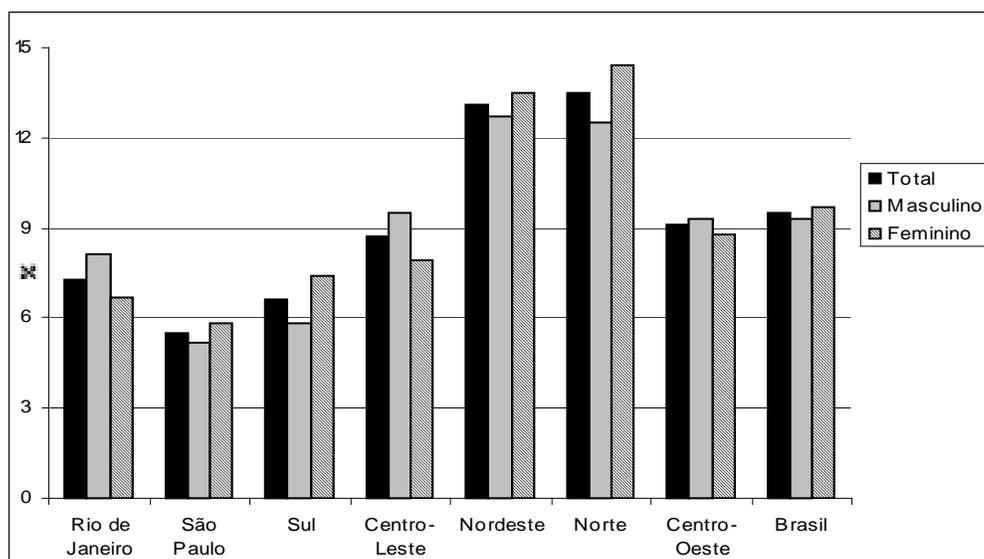
Porcentagem de Crianças De 0-14 Anos que não Residem em Companhia da Mãe, Região Nordeste, por Sexo, 1991 E 1996 (Dados Ponderados).

Ano	<i>n</i>	Total	Masculino	Feminino
1991	1.180	10,1	9,2	11,0
1996	1.008	13,1	12,7	13,5

Fonte: PSFNe-1991 e PNDS-1996, BEMFAM, Ficha de Domicílio.

Figura 4.1.1

Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por sexo e local de residência da criança. Brasil e regiões, 1996, segundo informação dos domicílios (dados ponderados).



Fonte: PNDS- 1996, BEMFAM, Ficha de Domicílio.

Em relação à situação urbano/rural, os dados sugerem, de um modo geral, que crianças de áreas urbanas tendem a circular mais do que aquelas em áreas rurais (Tabelas 4.1.3 e 4.1.4, e Figura 4.1.2). Isto é claro para o conjunto do Brasil em 1996, assim como para São Paulo, Sul, Centro-Leste, Nordeste e Centro-Oeste. Já nas outras regiões, a relação é oposta⁵⁷. Para a região Nordeste, em 1991, a relação é a mesma que em 1996⁵⁸. Tais

⁵⁷ Testes univariados de diferenças entre proporções significativos para as regiões Sul e Nordeste a 1%, e para a Centro-Leste a 10%.

⁵⁸ Teste univariado de diferenças entre proporções significativo a 1%.

diferenças entre proporções se mostram significativas para o Sul, Centro-Leste e Nordeste em 1996, e Nordeste em 1991. Ou seja, no total do Brasil, e nas regiões Centro-Leste e Sul em 1996, e Nordeste em 1996 e 1991, crianças residentes em áreas urbanas teriam maiores chances de circular que crianças residentes em áreas rurais. A região Nordeste revela que a proporção de crianças em circulação aumentou entre 1991 e 1996, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, mantendo-se, no entanto, a tendência de as crianças urbanas circularem mais do que as que vivem na zona rural.

Tabela 4.1.3

Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por sexo e local de residência da criança. Brasil e regiões, 1996, por zona urbana/rural, informação dos domicílios (dados ponderados).

Região de residência da criança	n	1996		
		Total	Urbano	Rural
Rio de Janeiro	74	7,3	7,2	8,6
São Paulo	97	5,5	5,6	4,4
Sul	136	6,6	7,2	4,8
Centro-Leste	169	8,7	9,1	7,2
Nordeste	1.008	13,1	14,0	11,7
Norte	274	13,5	13,4	14,3
Centro-Oeste	171	9,1	9,3	8,2
Brasil		9,5	9,6	9,3
n		1.929	1.459	470

Fonte: PNDS- 1996, BEMFAM, Ficha de Domicílio.

Tabela 4.1.4

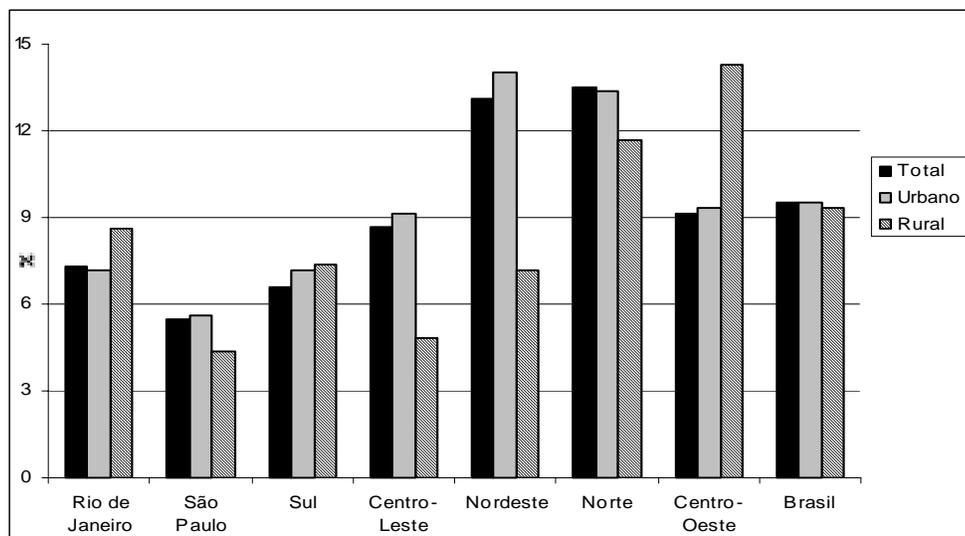
Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, região nordeste, por zona urbana/rural, 1991 e 1996 (dados ponderados).

Ano	N	Total	Urbano	Rural
1991	1.180	10,1	11,6	8,3
1996	1.008	13,1	14,0	11,7

Fonte: PSFNe-1991 e PNDS-1996, BEMFAM, Ficha de Domicílio.

Figura 4.1.2

Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por zona urbana/rural e local de residência da criança. Brasil e regiões, 1996, segundo informação dos domicílios (dados ponderados).



Tomando-se os resultados para a região Nordeste em 1991 (Tabela 4.1.5), crianças que circulam parecem apresentar diferenças do ponto de vista do desempenho educacional. Observamos que, no grupo das crianças que têm entre 7 e 10 anos de idade, e estão há menos de um ano na escola, a maior proporção é de crianças que circulam. Já para as crianças que estão no 1º Grau (atualmente, Ensino Fundamental), a maior proporção é de crianças que não circulam⁵⁹. Para as crianças entre 11 e 14 anos os achados são similares, isto é, as crianças que moram com suas mães são as mais escolarizadas⁶⁰. Para as crianças do sexo masculino entre 7 e 10 anos, as diferenças entre as proporções não foram significativas. Entretanto, para as do sexo feminino, observamos que as crianças que vivem com suas mães são as mais escolarizadas⁶¹. Para o grupo de crianças entre 11 e 14 anos, tanto do sexo masculino quanto do feminino, observamos, também, a mesma tendência já observada nos outros grupos⁶².

Analisando os dados para o conjunto do país em 1996 (Tabela 4.1.6), crianças que circulam e não circulam também apresentam diferenças do ponto de vista do desempenho educacional. Do mesmo modo que nos resultados para o Nordeste 1991, as crianças que estão em circulação parecem apresentar escolarização menor em relação às que

⁵⁹ Testes significativos a 10%.

⁶⁰ Testes significativos a 5% e 10%.

⁶¹ Testes significativos a 5%.

⁶² Testes significativos a 10%.

não circulam. Observamos que, na faixa etária de 7 a 10 anos, dentro do grupo das que não vivem com suas mães⁶³, temos maiores proporções de crianças que estão há menos de um ano na escola, e menores proporções de crianças que estão no 1º Grau. A mesma relação é observada tanto para as crianças do sexo masculino⁶⁴ quanto para as do sexo feminino⁶⁵. No grupo entre 11 e 14 anos, das crianças que moram com suas mães⁶⁶, considerando-se ambos os sexos como um todo e o sexo feminino, observamos maiores proporções tanto para as que estão há menos de um ano na escola, quanto para as que estão no 1º Grau. Em relação ao sexo masculino, repete-se a proporção encontrada no grupo de 7 a 10 anos.

Tabela 4.1.5

Porcentagem de filhos de 7-14 anos que não residem e residem em companhia da mãe, segundo o grau de escolaridade e sexo, Nordeste, 1991 (dados ponderados).

Grau de Escolaridade	Idade	n	TOTAL			Masculino			Feminino		
			Total	Vive	Não	Total	Vive	Não	Total	Vive	Não
Não Sabe*		377	12,4	12,4	12,4	13,4	13,3	14,8	11,4	11,4	10,1
Menos de 1 ano	7 a	1.333	43,9	43,4	47,6	47,2	47,0	46,0	40,6	39,7	49,2
Primeiro Grau	10	1.322	43,7	44,2	40,0	39,4	39,7	39,3	48,0	48,9	40,8
Segundo Grau	Anos	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
n			2.972	2.637	335	1.515	1.339	176	1.457	1.298	159
Não Sabe*		158	5,4	4,8	7,6	6,5	6,2	6,7	4,4	3,5	8,2
Menos de 1 ano	11 a	458	15,4	15,5	12,9	18,9	18,8	14,7	12,1	12,3	11,6
	14	2494	78,9	79,6	79,5	74,2	75,0	78,6	83,4	84,1	80,2
Segundo Grau	anos	4	0,1	0,1	0,0	0,1	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0
Total			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
n			3.023	2.625	398	1.480	1316	164	1.543	1309	234

Fonte: PSFNe-1991, BEMFAM, Ficha de Domicílio.

*Incluídos não respondeu.

⁶³ Testes significativos a 1%.

⁶⁴ Testes significativos a 5%.

⁶⁵ Testes significativos a 1%.

⁶⁶ Testes significativos a 1%.

Tabela 4.1.6

Porcentagem de filhos de 7-14 anos que não residem e residem em companhia da mãe, segundo o grau de escolaridade e sexo, Brasil, 1996 (dados ponderados).

Grau de Escolaridade	Idade	n	Total			Masculino			Feminino		
			Total	Vive	Não	Total	Vive	Não	Total	Vive	Não
Não Sabe*		24	0,5	0,5	0,3	0,5	0,6	0,2	0,4	0,4	0,4
Menos de 1 ano	7 a	1.835	31,7	30,8	38,6	32,9	32,0	38,3	30,6	29,5	39,0
Primeiro Grau	10	3.409	67,5	68,5	60,5	66,4	67,3	60,9	68,6	69,8	60,1
Segundo Grau	Anos	17	0,3	0,3	0,6	0,2	0,1	0,6	0,5	0,4	0,5
Total			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
n			5.212	4.637	575	2.611	2.328	283	2.601	2.309	292
Não Sabe*		18	0,3	0,3	0,4	0,3	0,4	0,0	0,3	0,2	0,8
Menos de 1 ano	11 a	372	5,8	5,2	10,3	6,9	6,3	11,9	4,7	4,1	9,0
Primeiro Grau	14	3.137	54,1	52,6	63,3	56,7	54,9	68,3	51,5	50,2	59,1
Segundo Grau	Anos	1.966	39,8	41,9	26,0	36,1	38,4	19,9	43,5	45,5	31,2
Total			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
n			5.374	4.638	736	2.676	2.342	334	2.698	2.296	402

Fonte: PNDS- 1996, BEMFAM, Ficha de Domicílio
*Incluídos " não respondeu".

4.2. AS DHS E A ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS INDIVIDUAIS

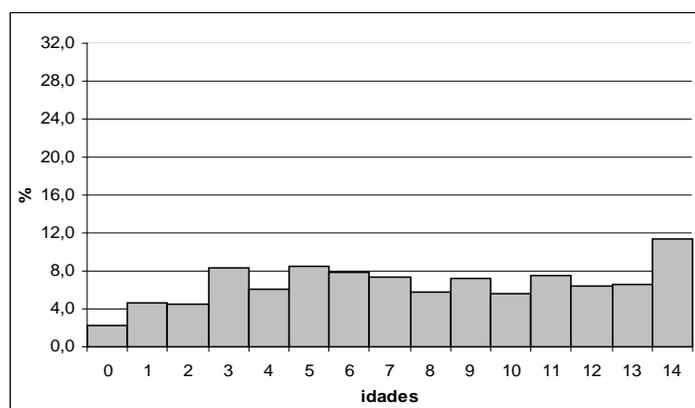
As informações do "Questionário Individual" serão o foco de análise deste tópico, sendo utilizadas para estimar a proporção de crianças em circulação e para elaborar as modelagens estatísticas. Devemos lembrar, mais uma vez, que tais informações refletem grupos de crianças distintos daqueles da "Ficha de Domicílio". O local de residência, para este tipo de dado, é o da mãe da criança e não o da criança. Além disso, as cifras incluem as crianças em situação de rua e as institucionalizadas, e restringem-se às crianças com mães entre 15 e 44 anos. Neste caso, pode ocorrer o chamado "erro de memória" da mãe, conforme já mencionado.

Ao avaliarmos a idade da criança no momento da entrevista, observamos que, para o Brasil, em 1986 e 1996, existe uma porcentagem maior de crianças mais velhas (Figuras 4.2.1 e 4.2.2). Vale salientar que os dados de 1996, para o conjunto do país, apresentam uma curva nitidamente crescente, o que não é tão claro em 1986. O mesmo

padrão é observado para o Nordeste em 1991, mesmo controlando o sexo da criança. Tal constatação pode indicar, além do fator acumulativo (reflexo de coortes anteriores)⁶⁷, que as crianças tendem a continuar circulando. Esses dados corroboram os resultados da PNAD 1985. Lembremos, no entanto, que a PNAD de 1985 revelou que as crianças tendiam a deixar de viver com sua mães muito cedo, podendo ou não, ao longo da vida, voltar a morar em sua companhia.

Figura 4.2.1

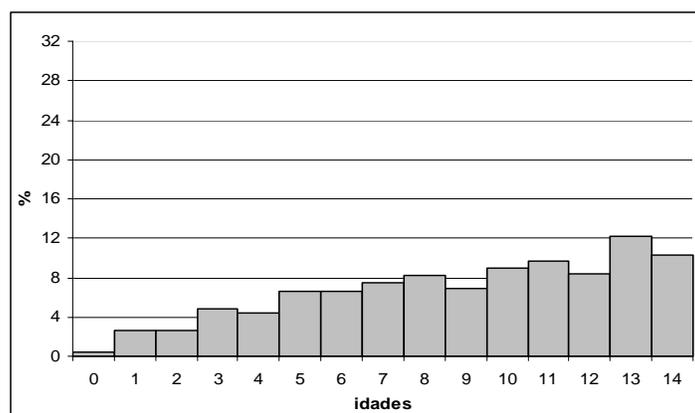
Distribuição das idades das crianças, segundo declaração da mãe. Brasil, 1986 (dados ponderados).



Fonte: PNSMIPF-1986, BEMFAM, Questionário Individual.

Figura 4.2.2

Distribuição das idades das crianças, segundo declaração da mãe. Brasil, 1996 (dados ponderados).



Fonte: PNDS-1996, BEMFAM, Questionário Individual

⁶⁷ Embora os dados indiquem que a circulação de crianças parece estar aumentando e não diminuindo.

No que diz respeito à proporção de crianças em circulação, às diferenças por sexo e regionais, e urbano/rural (Tabelas 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.3 e Figuras 4.2.3, 4.2.4, 4.2.5 e 4.2.6), observamos, que para o Brasil, a porcentagem de crianças que não viviam com suas mães passou de 3,9 % em 1986 para 5,5 % em 1996, e que para o Nordeste esta proporção também só aumentou, considerando os anos de 1986, 1991 e 1996. Devemos, entretanto, ter muito cuidado na avaliação de tais informações, uma vez que se trata da região de residência da mãe e não da criança.

As regiões Nordeste e o Rio de Janeiro são as que, em 1986, possuíam as maiores proporções de crianças em circulação, cujas mães residiam em tais regiões. Para 1996, as maiores proporções se concentram nas regiões Norte e Nordeste. O Rio de Janeiro e o Centro-Leste, em 1986, são as regiões que possuem maior incidência de filhos em circulação cujas mães moram na zona rural.

Os meninos parecem circular mais do que as meninas para o conjunto do Brasil, tanto em 1986 quanto em 1996, embora nem todas as diferenças entre proporções sejam estatisticamente significativas. Relatando apenas as diferenças entre proporções significativas, observamos maior tendência de meninos estarem mais em circulação do que meninas, quando suas mães moravam no Rio de Janeiro em 1986⁶⁸ e em 1996⁶⁹, e na Região Norte em 1996⁷⁰. Já na região Centro-Leste em 1986⁷¹, e na região Nordeste em 1991⁷² e 1996⁷³, a predominância era de meninas em circulação.

Em relação à zona de residência da mãe, e relatando apenas as diferenças entre proporções significativas, observamos que as crianças cujas mães residiam na zona urbana das regiões de São Paulo, Sul e Nordeste⁷⁴, em 1986, circulavam mais do que aquelas cujas mães residiam na zona rural. Já as crianças cujas mães residiam na zona rural do Rio de Janeiro em 1986 e 1996⁷⁵, Centro-Leste 1986⁷⁶, São Paulo 1996⁷⁷ e Nordeste 1996⁷⁸, circulavam mais do que aquelas cujas mães residiam na zona urbana.

⁶⁸ Teste significativo a 10%

⁶⁹ Teste significativo a 1%

⁷⁰ Teste significativo a 10%

⁷¹ Teste significativo a 10%.

⁷² Teste significativo a 1%

⁷³ Teste significativo a 10%

⁷⁴ Testes significativos a 5%, 5% e 10%, respectivamente.

⁷⁵ Testes significativos a 10% e 5%, respectivamente.

⁷⁶ Teste significativo a 10%.

⁷⁷ Teste significativo a 1%.

⁷⁸ Teste significativo a 10%.

Tabela 4.2.1

Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por sexo e local de residência da mãe, segundo declaração da mãe. Brasil e regiões, 1986 e 1996 (dados ponderados).

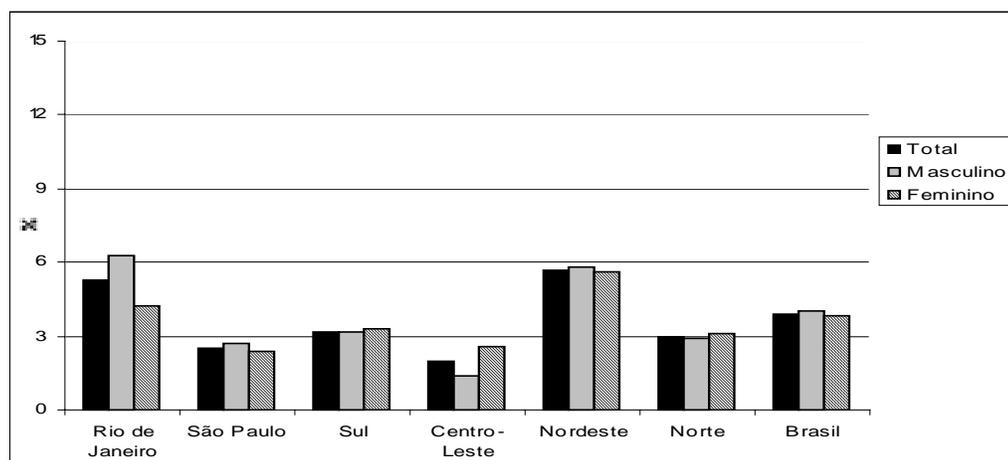
Região residência da mãe	1986				1996			
	<i>n</i>	Total	Masculino	Feminino	<i>n</i>	Total	Masculino	Feminino
Rio de Janeiro	46	5,3	6,3	4,2	34	4,9	7,7	2,3
São Paulo	24	2,5	2,7	2,4	68	5,0	5,3	4,7
Sul	35	3,2	3,2	3,3	50	3,3	3,7	2,8
Centro-Leste	29	2,0	1,4	2,6	61	4,0	4,2	3,8
Nordeste	185	5,7	5,8	5,6	411	7,1	6,4	7,8
Norte	33*	3,0*	2,9*	3,1*	129	7,7	9,2	6,3
Centro-Oeste					86	6,2	6,1	6,3
Brasil		3,9	4,0	3,8		5,5	5,7	5,3
N		352	180	172		839	433	406

Fonte: PNSMIPF- 1986 e PNDS- 1996, BEMFAM, Questionário Individual.

*Regiões Centro-Oeste e Norte juntas, só urbano.

Figura 4.2.3

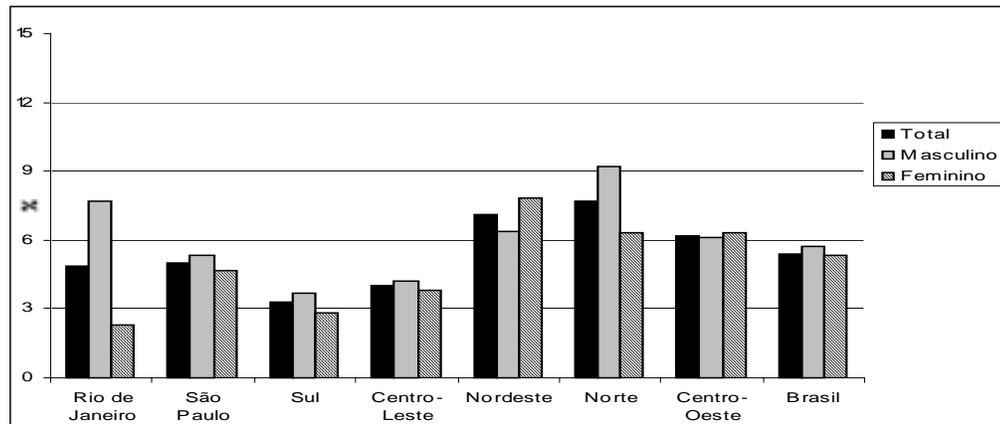
Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por sexo e local de residência da mãe, segundo declaração da mãe. Brasil e regiões, 1986 (dados ponderados).



Fonte: PNSMIPF- 1986 – Questionário Individual.

Figura 4.2.4

Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por sexo e local de residência da mãe, segundo declaração da mãe. Brasil e regiões, 1996 (dados ponderados).



Fonte: PNDS- 1996, BEMFAM, Questionário Individual.

Tabela 4.2.2

Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por urbano/rural e local de residência da mãe, segundo declaração da mãe. Brasil e regiões, 1986 e 1996 (dados ponderados).

Região residência da mãe	1986				1996			
	n	Total	Urbano	Rural	n	Total	Urbano	Rural
Rio de Janeiro	46	5,3	4,9	12,2	34	4,9	4,3	9,2
São Paulo	24	2,5	2,7	1,4	68	5,0	4,6	8,7
Sul	35	3,2	4,0	2,2	50	3,3	3,4	2,8
Centro-Leste	29	2,0	1,6	2,8	61	4,0	4,1	3,5
Nordeste	185	5,7	7,0	4,3	411	7,1	6,7	7,7
Norte	33*	3,0*	3,0*	-	129	7,7	7,6	8,8
Centro-Oeste					86	6,2	6,4	5,3
Brasil		3,9	4,1	3,1		5,5	5,2	6,5
N		352	252	100		839	604	235

Fonte: PNSMIPF- 1986 e PNDS- 1996, BEMFAM, Questionário Individual.

*Regiões Centro-Oeste e Norte juntas, só urbano.

Tabela 4.2.3

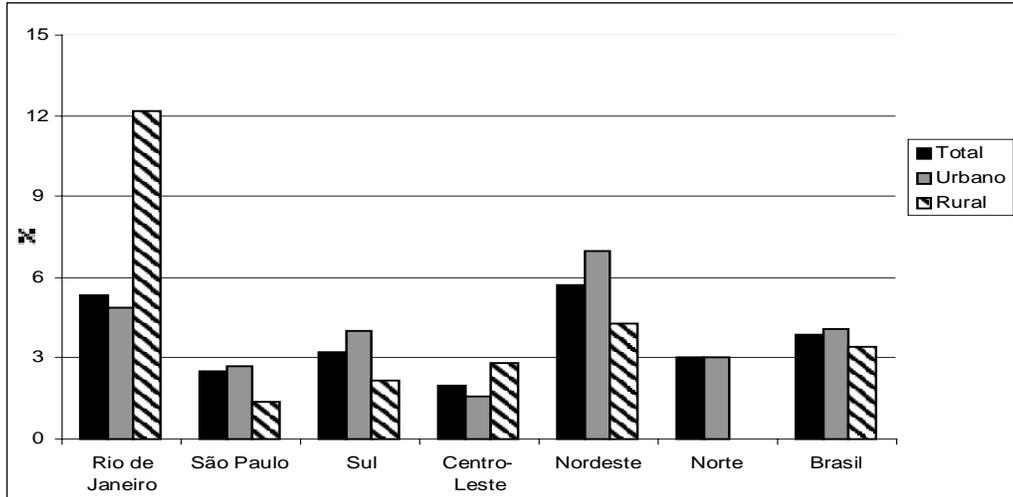
Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, região nordeste, 1986, 1991 e 1996, segundo declaração da mãe (dados ponderados).

Ano	<i>n</i>	Total	Masculino	Feminino	Urbano	Rural
1986	185	5,7	5,8	5,6	7,0	4,3
1991	586	6,7	5,8	7,6	6,6	6,8
1996	411	7,1	6,4	7,8	6,7	7,7

Fonte: PNSMIPF- 1986; PSFNe-1991 e PNDS-1996, BEMFAM, Questionário Individual.

Figura 4.2.5

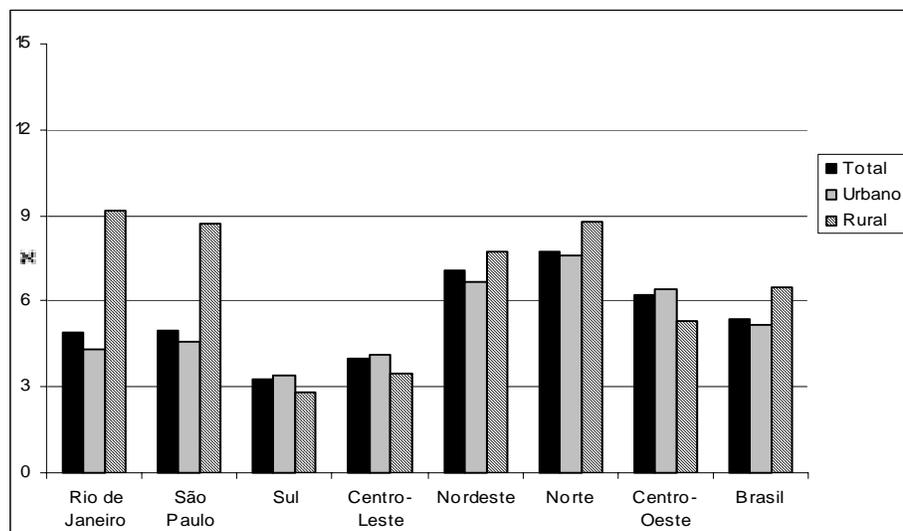
Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por urbano/rural e local de residência da mãe, segundo declaração da mãe. Brasil e regiões, 1986 (dados ponderados).



Fonte: PNSMIPF- 1986 – Questionário Individual.

Figura 4.2.6

Porcentagem de crianças de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por urbano/rural e local de residência da mãe, segundo declaração da mãe. Brasil e regiões, 1996 (dados ponderados).



Fonte: PNDS- 1996, BEMFAM, Questionário Individual.

Vale a pena avaliar as informações sobre com quem vivem as crianças que, segundo declaração de suas mães, não residem com elas, ainda que os dados restrinjam-se apenas ao Nordeste em 1991. Na Tabela 4.2.4 (PSFNe-1991, Nordeste), podemos observar que a maioria das crianças tende a ficar primeiramente com outros parentes, principalmente com os avós. Muito provavelmente, boa parte destas crianças residem com avós, já que as “Fichas de Domicílio” da PSNe-1991 revelam que mais da metade das crianças desacompanhadas de suas mães são netos do chefe do domicílio. Esta constatação é coerente com as observações de Fonseca (1995).

As meninas tendem a morar mais com não-parentes do que os meninos, os meninos mais com os outros familiares que as meninas, e os meninos mais com o pai que as meninas⁷⁹. Esta constatação corrobora com a da PNAD 1985 e pode estar associada a prática de tomar crianças para “criar”, atribuindo-lhes todo tipo de trabalho doméstico. Com relação à idade, observamos que os mais velhos tendem a ficar mais com o pai que os mais novos; os mais novos, mais com não parentes e parentes do que os mais velhos⁸⁰.

Podemos constatar, quando comparamos as proporções obtidas com o cruzamento sexo e idade, que, entre os meninos, o pai tende a ficar com os mais velhos, e os parentes, com os garotos mais novos⁸¹. Já na comparação entre as crianças mais velhas (7 a 14 anos), observamos que os meninos tendem a ficar mais com o pai ou com outros

⁷⁹ Testes de comparação entre proporções (unicidual) significativos a 5% na PSFNe-91, para outros parentes e não parentes.

⁸⁰ Para a PSFNe-91, todos os resultados foram não significativos.

⁸¹ Na PSFNe-91, todos os resultados foram não significativos.

parentes, enquanto as meninas tendem a ficar com outras pessoas mais que os meninos⁸². Em resumo, as crianças tendem a ficar principalmente com parentes, especialmente as mais novas. As mais velhas e do sexo masculino tendem a ficar principalmente com seus pais. As mais novas com parentes ou, no caso das meninas, com outras pessoas. Tais resultados são similares aos obtidos com a PNAD 1985, e corroboram a hipótese de que o pai teria maior dificuldade em criar meninas e/ou crianças mais novas sem a ajuda de uma mulher.

Tabela 4.2.4

Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por grau de parentesco com a pessoa ou pessoas com quem residem atualmente, região nordeste, 1991, por faixa etária e sexo, segundo informações da mãe (dados ponderados).

Com quem residem	n	TOTAL			Masculino			Feminino		
		Total	0-6	7-14	Total	0-6	7-14	Total	0-6	7-14
Com o pai	88	13,1	12,9	13,2	17,0	16,5	17,2	10,1	9,8	10,2
Outros parentes	390	60,9	61,2	60,8	66,0	60,4	68,7	57,0	61,9	55,0
Não parentes	105	25,7	25,1	25,9	16,7	22,3	14,0	32,7	27,6	34,8
Outros*	3	0,3	0,8	0,1	0,4	0,8	0,2	0,2	0,7	0,0
Total		100,0								
n		586	194	392	275	97	178	311	97	214

Fonte: PSFNe-1991, BEMFAM, Questionário Individual.

*Incluídos não respondeu e não sabe.

Os dados para o Nordeste 1991 permitem ainda uma desagregação por local de residência da mãe (urbano/rural) e por situação de migração da mãe, como pode ser visto nas Tabelas 4.2.5, 4.2.6 e 4.2.7.

Com relação ao lugar de residência da mãe, observamos que os filhos cujas mães moram na zona urbana tendem a ficar mais com outros familiares do que os que moram na zona rural. Já aqueles cujas mães moram na zona rural tendem a ficar mais com outras pessoas do que aqueles cujas mães moram na zona urbana⁸³. Esses resultados sugerem que a rede de parentesco funciona mais entre mães que residem na zona urbana do que entre aquelas que vivem em áreas rurais do Nordeste. Embora não possamos verificar essa informação, é possível que mães “rurais” com filhos em circulação os tiveram enquanto viviam em áreas urbanas, estando, portanto, possivelmente desconectados de sua rede de parentesco. Entre as crianças que circulam e cujas mães residem na zona rural, observamos que os pais tendem a ficar mais com os filhos mais velhos do que com os mais

⁸² Testes de comparação entre proporções (unicaudal) significativos a 5%, para outros parentes e não-parentes, na PSFNe-91.

⁸³ Testes significativos a 1%.

jovens, e na zona urbana, outros familiares tendem a ficar mais com as crianças mais velhas do que com as mais jovens⁸⁴.

Na Tabela 4.2.6 a desagregação é ampliada, incluindo o sexo da criança. Para as crianças do sexo masculino e feminino cujas mães residem na zona urbana, não existem diferenças significativas entre as proporções de crianças mais novas e mais velhas. Já para as crianças cujas mães residem na zona rural, observamos que as crianças do sexo masculino e mais velhas tendem a ficar mais com o pai do que as mais jovens; já as crianças do sexo masculino e mais jovens tendem a ficar mais com não-parentes do que as mais velhas. Para as crianças do sexo feminino cujas mães residem na zona rural, observamos que as mais jovens tendem a ficar mais com outros parentes do que as mais velhas, e as mais velhas ficam mais com não-parentes do que as mais jovens.

Esses resultados podem ser um indicativo da dificuldade dos pais, principalmente da zona rural, em criar seus filhos mais jovens. E, como para o caso da PNAD 1985, indicar que meninas, principalmente da zona rural (muito embora a zona seja a de residência da mãe e não da criança), são as mais sujeitas ao trabalho doméstico infantil não remunerado.

Tabela 4.2.5

Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por grau de parentesco com a pessoa ou pessoas com quem residem atualmente, região nordeste, 1991, por faixa etária e situação urbano/rural e migrante/não migrante da mãe, segundo informações da mãe (dados ponderados).

Com quem residem	n	Urbano			Rural			Migrante			Não Migrante		
		Total	0-6	7-14	Total	0-6	7-14	Total	0-6	7-14	Total	0-6	7-14
Com o pai	88	15,4	17,9	14,2	10,5	6,4	12,1	14,4	16,4	13,9	12,3	11,7	12,7
Outros	390	70,4	65,7	72,7	49,7	55,4	47,4	68,9	65,7	69,7	56,0	59,7	53,9
Não	105	13,8	15,1	13,1	39,7	38,2	40,3	16,8	18,0	16,5	31,2	24,6	33,3
Outros*	3	0,4	1,4	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,5	1,1	0,1
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
n		368	130	238	218	64	154	249	63	186	337	131	206

Fonte: PSFNe-1991, BEMFAM, questionário individual.

*Incluídos "não respondeu" e "não sabe".

⁸⁴ Comentando apenas as proporções significativas.

Tabela 4.2.6

Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por grau de parentesco com a pessoa ou pessoas com quem residem atualmente, região nordeste, 1991, por faixa etária e sexo e situação urbano/rural, segundo informações da mãe (dados ponderados).

Com quem residem	Situação	n	Masculino			Feminino			Total
			Total	0-6	7-14	Total	0-6	7-14	
Com o pai		59	19,8	24,0	17,8	11,1	11,8	10,7	15,4
Outros parentes	Urbano	250	68,8	64,9	70,7	72,0	66,5	74,6	70,4
Não parentes		57	11,0	9,8	11,6	16,5	20,3	14,7	13,8
Outros*		2	0,5	1,4	0,0	0,4	1,4	0,0	0,4
Total			100,0						
n			181	68	113	187	62	125	368
Com o pai		29	12,6	5,2	16,4	9,2	7,4	9,8	12,1
Outros parentes	Rural	140	61,5	53,8	65,4	42,7	56,6	37,8	47,4
Não parentes		48	25,6	41,1	17,7	48,1	36,0	52,4	40,3
Outros*		1	0,3	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,2
Total			100,0						
n			94	29	65	124	35	89	218

Fonte: PSFNe-1991, BEMFAM, Questionário Individual

*Incluídos "não respondeu" e "não sabe".

Com relação à migração, observamos que as crianças cujas mães são migrantes tendem a morar mais com outros familiares do que aquelas cujas mães são não migrantes. Já as que moram com não-parentes apresentam situação inversa⁸⁵ (Tabela 3.2.5).

A Tabela 3.2.7 apresenta uma desagregação por sexo, com algumas diferenças entre proporções que se revelaram significativas: as meninas mais novas cujas mães são não migrantes e que ficam com outros parentes são em proporção superior às mais velhas; a situação se inverte para as que moram com não-parentes⁸⁶.

Esses resultados podem ser um indicativo de que, no caso das meninas, a rede de parentesco de mães não migrantes tende a atender crianças mais jovens. Já as mais velhas tenderiam a ser absorvidas por não-parentes, provavelmente para o trabalho doméstico infantil não remunerado, como já discutido anteriormente.

⁸⁵ Testes significativos a 1% .

⁸⁶ Testes significativos a 10%.

Tabela 4.2.7

Porcentagem de filhos de 0-14 anos que não residem em companhia da mãe, por grau de parentesco com a pessoa ou pessoas com quem residem atualmente, região nordeste, 1991, por faixa etária e sexo e situação migrante/não migrante da mãe, segundo informações da mãe (dados ponderados).

Com quem residem	Situação	n	Masculino			Feminino			Total
			Total	0-6	7-14	Total	0-6	7-14	
Com o pai		41	21,4	28,9	19,3	8,5	5,3	9,4	14,4
Outros parentes	Migrante	164	69,2	63,0	70,9	68,6	68,1	68,7	68,9
Não parentes		44	9,4	8,1	9,8	22,9	26,7	22,0	16,8
Outros*		0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
n			117	30	87	132	33	99	249
Com o pai		47	14,1	12,1	15,4	11,0	11,3	10,9	12,7
Outros parentes	Não	226	63,8	59,5	66,7	50,2	59,8	45,2	53,9
Não parentes	Migrante	61	21,5	27,2	17,6	38,5	27,9	43,9	33,3
Outros*		3	0,6	1,1	0,3	0,3	1,0	0,0	0,1
Total			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N			158	67	91	179	64	115	337

Fonte: PSFNe-1991, BEMFAM, Questionário Individual

*Incluídos "não respondeu" e "não sabe".

4.3. OS MODELOS LOGÍSTICOS

Os modelos logísticos⁸⁷ foram utilizados neste capítulo com o objetivo de verificar quais das covariáveis estariam associadas com a circulação de crianças, ou seja, quais os fatores que implicam maior risco de a criança circular.

Os resultados dos modelos logísticos foram realizados para as bases de dados Brasil 1986 e 1996 e Nordeste 1986, 1991 e 1996. Para cada uma dessas possibilidades são apresentados os modelos logísticos univariados (Tabelas 4.3.1, 4.3.3, 4.3.5, 4.3.7 e 4.3.9) que estimam a razão de *odds* (*odds ratio*) para cada uma das variáveis independentemente, servindo apenas a título de ilustração (Tabelas 4.3.2, 4.3.4, 4.3.6, 4.3.8 e 4.3.10). Observamos, com essa comparação, que o fato de uma variável se mostrar significativa quando tomadas isoladamente não implica em sua significância nos modelos multivariados. Da mesma forma, a não significância dos resultados da análise univariada também não implica em não significância quando da análise multivariada.

⁸⁷ Foram também utilizados modelos de Poisson, mas os resultados obtidos não foram satisfatórios.

Os modelos multivariados apresentados são sempre em número de dois: o primeiro representa o modelo com todas as variáveis estudadas incluídas, já o segundo é o chamado modelo parcimonioso⁸⁸. Neste, o objetivo é encontrar uma alternativa que inclua poucas (co)variáveis para facilitar a interpretação, mas que, ao mesmo tempo contenha informações com poder de descrição dos dados, sem perdas substantivas na predição.

Para todos os modelos apresentados, foram calculadas a razão de *odds*, que mede o risco associado àquela categoria em relação à categoria de controle (*odds ratio*= 1,00), as estatísticas de Wald, que medem a significância do risco associado a cada nível da covariável; a estatística de Pearson (Teste χ^2) que é um teste de qualidade de ajuste do modelo; e a estatística R_L^2 , é um pseudo R^2 (coeficiente de determinação do ajuste), utilizado para comparar os ajustes dos modelos⁸⁹.

Brasil – DHS 1986

A Tabela 4.3.2 apresenta os resultados dos modelos logísticos multivariados para o Brasil em 1986, utilizando dados da DHS. Das variáveis estudadas, o sexo da criança, a escolaridade, o trabalho, a religião, a frequência ao culto e a idade ao ter o primeiro filho não são significativas. Os resultados com as demais variáveis são significantes, como veremos a seguir.

Crianças mais velhas (7-14 anos) têm cerca de 40% a mais de risco de estarem circulando do que as crianças mais jovens (0-6 anos). Por outro lado, crianças cujas mães são migrantes, mas residem há mais de 10 anos no local de moradia atual, têm em torno de 30% menos chances de circularem do que aquelas cujas mães não são migrantes.

Com relação à fecundidade, notamos que a circulação de crianças encontra-se associada à fecundidade mais elevada. Crianças cujas mães têm 4 ou mais filhos nascidos vivos têm em torno de 30% a mais chances de circularem que aquelas cujas mães têm 3 filhos ou menos. No que diz respeito à experiência de mortalidade, crianças cujas mães perderam por morte 4 ou mais filhos têm 2,5 vezes mais risco de circularem do que aquelas cujas mães não têm nenhum filho morto.

A associação de circulação de crianças com taxas de fecundidade mais elevadas desperta interesse, sugerindo que esquemas de circulação poderiam funcionar como acomodação ao nível de fecundidade ou ao tamanho da família. Esse mecanismo já foi mencionado para situações da África sub-sahariana, constituindo elemento a ser considerado mais seriamente na explicação das altas taxas de fecundidade, tradicionais no Brasil.

⁸⁸ Este modelo resulta da retirada (uma por vez) das variáveis não significativas do modelo completo.

⁸⁹ Mais detalhes sobre o modelo logístico e as estatísticas utilizadas podem ser encontrado em Hosmer Jr. and Lemeshow (1989) e Aidar (1992). Outras aplicações demográficas de modelos logísticos podem ser encontradas em Cavenaghi (1997).

A associação da circulação de crianças com a mortalidade poderia inserir-se neste mesmo contexto interpretativo. De um lado, camadas sociais de menor renda – que experimentam, no geral, condições de saúde mais precárias – poderiam ser as mesmas que tenderiam a apresentar níveis de fecundidade e de mortalidade mais elevados. De outro lado, mães com maior número de filhos teriam também, *coeteris paribus*, maiores chances de ter mais filhos que viessem a falecer.

Vale notar que quanto mais jovem a mãe quando teve o filho em questão, maior a chance desse mesmo filho circular. Filhos com mães que os tiveram com idade entre 10 e 19 anos apresentam risco de estarem em circulação 13 vezes superior ao daqueles cujas mães os tiveram com 30 anos ou mais. Já as crianças com mães que as tiveram entre 20 e 29 anos têm chance 5 vezes superior de estarem em circulação. Esses achados se somam a outros, relativos à história conjugal da mãe; em especial, o número de uniões parece interferir na probabilidade de o filho encontrar-se circulando. O mesmo ocorre quando a mãe é solteira. Observamos que crianças que têm mães nunca unidas (solteiras), unidas atualmente mas com mais de uma união, não-unidas mas com uma união anterior, e não-unidas e com mais de uma união anterior, apresentam risco pelo menos nove vezes superior de circularem do que uma criança cuja mãe está em sua primeira união.

Exploramos também possíveis associações entre a caracterização socioeconômica dos domicílios das mães com os resultados significativos obtidos do ponto de vista das circunstâncias sociais relacionadas à circulação de crianças.

Os domicílios em que atualmente residem as mães das crianças estudadas foram caracterizados a partir de dois critérios. Com base nas informações disponíveis na DHS, adaptou-se um primeiro indicador, denominado Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI) e Necessidades Básicas Satisfeitas (NBS). Esse indicador avalia em que medida os domicílios são afetados por condições de pobreza⁹⁰. Utilizamos também o indicador criado pela ABIPEME para classificação socioeconômica de famílias/domicílios⁹¹.

Os resultados revelam que crianças com mães em condições socioeconômicas piores têm maior chance de estarem em circulação. Crianças cujas mães residem em domicílios caracterizados por Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI) apresentam risco 30% maior de estarem em circulação do que aquelas cujos domicílios maternos foram classificados como Necessidades Básicas Satisfeitas (NBS). Da mesma forma, utilizando o critério ABA/ABIPEME, as crianças cujas mães pertencem às camadas D e E apresentam risco 90% superior de estarem circulando, comparativamente àquelas cujas mães enquadram-se nas camadas C, B e A.

Com base nesses achados, é pertinente considerar que a circulação de crianças no Brasil está associada à pobreza e é maior nas famílias pertencentes às camadas menos favorecidas da população. Essa constatação não surpreende, mas chama a atenção para uma condição oculta da infância, de há muito enfronhada na tradição social brasileira, em que parte da socialização infantil não é conduzida pelos genitores, mas deixada a cargo de parentes ou não-parentes que integram a rede social de relações das famílias.

⁹⁰ Ver Serra (2003) para a descrição do indicador NBI/NBS e sua utilização neste trabalho.

⁹¹ Ver Serra (2003) para a descrição do indicador ABA/ABIPEME.

Tabela 4.3.1

Modelos Logísticos univariados (*odds ratio*) para crianças que moram e não moram com suas mães (n=8.721). Brasil, 1986 (dados ponderados).

Variáveis	Odds Ratio (Wald)			Variáveis	Odds Ratio (Wald)		
<i>Sexo da criança</i>				<i>Filhos nascidos vivos</i>			
Masculino	1,04	(0,10)		1 a 3	1,00	(5,20)	
Feminino	1,00			4 ou mais	1,30		**
χ^2 de Pearson		0,10		χ^2 de Pearson		5,26	**
R_1^2		0,03		R_1^2		0,19	
<i>Idade da criança</i>				<i>Filhos mortos</i>			
0-6 anos	1000			Nenhum	1,00		
7-14 anos	1,60	(17,04)	***	1 a 3	1,17	1,44	
χ^2 de Pearson		17,29	*	4 ou mais	2,96	20,46	***
R_1^2		0,62		χ^2 de Pearson		16,57	***
<i>Residência atual</i>				R_1^2		0,59	
Rural	1,00			<i>Idade ao ter o 1º filho</i>			
Urbano	0,82	(2,57)		Menos de 20 anos	2,41	(57,04)	***
χ^2 de Pearson		2,64		20 ou mais	1,00		
R_1^2		0,09		χ^2 de Pearson		59,68	***
<i>Anos no local</i>				R_1^2		2,14	
Sempre morou	1,00			<i>Idade ao ter o filho</i>			
Menos de 10 anos	1,13	(0,95)		Menos de 20 anos	12,40	(99,02)	***
10 ou mais anos	0,64	(9,67)	***	20 a 29 anos	4,52	(39,04)	***
χ^2 de Pearson		16,73	***	30 ou mais	1,00		
R_1^2		0,60		χ^2 de Pearson		146,75	***
<i>Tem religião</i>				R_1^2		5,25	
Sim	1,00			<i>Estado civil</i>			
Não	1,60	(6,12)	**	Unida 1 vez	1,00		
χ^2 de Pearson		5,47	**	Unida + 1 vez	11,47	(295,95)	***
R_1^2		0,196		Não unida/1 vez	9,66	(198,91)	***
<i>Frequência culto</i>				Não unida/+1v.	17,27	(134,74)	***
Não freq./sem relig.	1,85	(29,22)	***	Nunca unida	9,77	(67,99)	***
Frequente	1,00			χ^2 de Pearson		424,35	***
χ^2 de Pearson		28,18	***	R_1^2		15,18	
R_1^2		1,01		<i>Necessidades básicas</i>			
<i>Escolaridade da mãe</i>				Satisfeitas	1,00		
Sem	2,71	(12,93)	***	Insatisfeitas	1,49	(7,01)	***
Primário	2,76	(16,99)	***	χ^2 de Pearson		6,46	***
Secundário ou +	1,00			R_1^2		0,23	
Não respondeu	3,82	(2,13)		<i>ABIPEME</i>			
χ^2 de Pearson		23,16	***	ABC	1,00		
R_1^2		0,83		DE	3,60	(46,36)	***

Continuação da Tabela 4.3.1						
Variáveis	Odds Ratio (Wald)		Variáveis	Odds Ratio (Wald)		
Mãe trabalha			χ^2 de Pearson		64,05	***
Sim	1,00		R_i^2		2,29	
Não	0,84	(2,33)				
χ^2 de Pearson		2,31				
R_i^2		0,08				

Fonte: PNSMIPF-1986, Questionário Individual.

Nível de significância: * 0,1, ** 0,05 e *** 0,01.

Tabela 4.3.2

Modelos Logísticos multivariados para crianças que moram e não moram com suas mães (n=8.721). Brasil, 1986 (dados ponderados).

	Variáveis	Odds Ratio (Wald Chi-Square)					
		Modelo 1			Modelo 2		
CRIANÇA	Sexo da criança						
	Masculino	1,01	(0,01)				
	Feminino	1,00					
	Idade da criança						
	0-6 anos	1,00			1,		
	7-14 anos	1,42	(6,72)	***	1,	(6,91)	**
MÃE	Residência atual						
	Rural	1,00					
	Urbano	1,02	(0,01)				
	Anos no local						
	Sempre morou	1,00			1,		
	Menos de 10 anos	1,24	(2,29)		1,	(2,27)	
	10 ou mais anos	0,69	(5,19)	**	0,	(5,95)	**
	Tem religião						
	Sim	1,00					
	Não	0,93	(0,09)				
	Frequência culto						
Não freq./sem religião	1,22	(2,27)					
Frequente	1,00						

Continuação da Tabela 4.3.2

	Variáveis	Odds Ratio (Wald Chi-Square)					
	<i>Escolaridade da mãe</i>	Modelo 1			Modelo 2		
MÃE	Sem	1,23	(0,3 6)				
	Primário	1,34	(1, 5)				
	Secundário ou +	1,00					
	Não respondeu	0,71	(0,12)				
	Mãe trabalha						
	Sim	1,00					
	Não	1,10	(0,49)				
	Filhos nascidos vivos						
	1 a 3	1,00			1,00		
	4 ou mais	1,36	(3,83)	**	1,32	(3,38)	**
	Filhos mortos						
	Nenhum	1,00			1,00		
	1 a 3	0,97	(0,05)		0,96	(0,06)	
	4 ou mais	2,52	(9,55)	***	2,49	(9,61)	***
	Idade ao ter o 1º filho						
	Menos de 20 anos	0,85	(1,09)				
	20 ou mais	1,00					
	Idade ao ter o filho						
	Menos de 20 anos	13,72	(78,70)	***	12	(88,16)	***
	20 a 29 anos	5,23	(42,90)	***	5,	(43,24)	***
	30 ou mais	1,00			1,		
	Estado civil						
	Unida 1 vez	1,00			1,00		
	Unida + 1 vez	10,14	(232,90)	***	10,20	(247,10)	***
	Não unida/1 vez	10,31	(170,37)	***	9,80	(185,88)	***
	Não unida/+1v.	15,41	((97,57)	***	14,87	(102,80)	***
	Nunca unida	9,46	(56,54)	***	9,35	(58,23)	***
DOMICÍLIO	Necessidades						
	Satisfeitas	1,00			1,00		
	Insatisfeitas	1,34	(2,80)	*	1,34	(3,02)	*
	ABIPEME						
	ABC	1,00			1,00		
DE	1,94	(9,09)	***	2,09	(13,29)	***	
	χ^2 de Pearson		630,36	***		624,51	***
	R _i ²		22,55			22,35	

Fonte: PNSMIPF-1986, Questionário Individual.

Nível de significância: * 0,1, ** 0,05 e *** 0,01.

Na Tabela 4.3.4 são encontrados os resultados dos modelos multivariados para o Brasil em 1996. Ao contrário do que ocorreu na análise da DHS 1986, as correlações, 10 anos mais tarde, apresentam-se mais claras e sugestivas. Observamos que os meninos têm 15% mais chances de estarem em circulação que as meninas. As crianças mais velhas (7 a 14 anos) têm duas vezes mais chances de circular que as mais jovens (0 a 6 anos). As crianças cujas mães moram na zona urbana têm cerca de 30% mais chances de circular do que as que moram na zona rural.

Com relação à migração, observamos que as crianças cujas mães residem há menos de 10 anos na localidade de residência atual têm cerca de 60% mais chances de circular do que aquelas cujas mães não são migrantes, o que difere dos resultados encontrados para o país em 1986: nessa ocasião, era um tempo mais longo de residência que encontrava-se inversamente associado à circulação.

Nos modelos, as crianças cujas mães não são brancas têm cerca de 20% a mais de chance de estarem em circulação do que aquelas cujas mães são brancas. Como os modelos contemplam variáveis socioeconômicas, temos uma associação ente a raça/etnia e a circulação de crianças, ou seja, as crianças cujas mães são não brancas tendem a estar mais em circulação do que aquelas cujas mães são brancas. A variável ter ou não alguma religião não se mostra significativa, mas as crianças cujas mães não têm religião, ou que têm, mas não freqüentam o culto pelo menos uma vez por semana, têm 20% a mais de risco de estarem em circulação do que aquelas cujas mães freqüentam o culto pelo menos uma vez por semana. Essa informação leva a uma pergunta: a integração a uma religião pode influenciar práticas ou ideologias familiares (ou mesmo criar essas práticas e ideologias) que “protegeriam” os filhos da circulação?

As crianças cujas mães não trabalham têm pelo menos 15% a menos de chance de estarem em circulação do que aquelas cujas mães trabalham.

Em relação ao número de filhos, novamente, em 1996, fecundidades mais elevadas encontram-se associadas à circulação de crianças. Aquelas crianças cujas mães têm 4 ou mais filhos nascidos vivos têm em torno de 70% mais chances de estarem em circulação que aquelas cujas mães têm 3 filhos ou menos nascidos vivos. Da mesma forma, a idade da mãe quando do nascimento do filho é fator que, mais uma vez, associa-se à circulação infantil. Quanto mais jovem a mãe ao ter o filho, maior a chance de este estar em circulação. Filhos cujas mães os tiveram com idade entre 10 e 19 anos apresentam risco pelo menos cinco vezes superior de estarem em circulação, em relação àqueles cujas mães os tiveram com 30 anos ou mais. Já as crianças nascidas de mães com idade entre 20 e 29 anos à época do nascimento têm um risco um pouco menor de circularem, mas, ainda assim, duas vezes superior ao daquelas nascidas de mães com 30 anos ou mais.

Corroborando ainda os achados de 1986 para o Brasil, a história conjugal da mãe afeta o risco de o filho estar em circulação. Crianças filhas de mães solteiras (nunca unidas), não-unidas, ou unidas pela segunda ou mais vezes, têm um risco pelo menos três

vezes superior de estar em circulação, que uma criança cuja mãe encontra-se na sua primeira união.

Esses achados indicam que não apenas a circulação é um mecanismo acionado para a acomodação de fecundidades elevadas, mas também na acomodação das conseqüências ou implicações de uma fecundidade precoce. Na mesma linha de reflexão, a circulação de crianças revela-se uma alternativa mobilizada em situações em que a mãe é sozinha ou passou a conviver com outro cônjuge que não é o pai da criança.

Acerca da associação entre a condição de circulação do filho e as condições socioeconômicas do domicílio materno, os resultados para o Brasil em 1996 revelam que crianças cujas mães pertencem às camadas D e E da população⁹² têm risco 40% superior de estarem em circulação, relativamente àquelas cujas mães pertencem às camadas C, B e A.

Tabela 4.3.3

Modelos Logísticos univariados (*odds ratio*) para crianças que moram e não moram com suas mães (n=14.366).
Brasil, 1996 (dados ponderados).

Variáveis	Odds Ratio (Wald)			Variáveis	Odds Ratio (Wald)		
Sexo da criança				Mãe trabalha			
Masculino	1,09	(1,22)		Sim	1,00	(15,66)	
Feminino	1,00			Não	0,73		***
χ^2 de Pearson		1,22		χ^2 de Pearson		16,07	***
R_1^2		0,02		R_1^2		0,27	
Idade da criança				Filhos nascidos vivos			
0-6 anos	1,00			1 a 3	1,00		
7-14 anos	2,35	(106,90)	***	4 ou mais	2,05	(91,77)	***
χ^2 de Pearson		117,10	***	χ^2 de Pearson		90,98	***
R_1^2		1,99		R_1^2		1,55	
Residência atual				Filhos mortos			
Rural	1,00			Nenhum	1,00		
Urbano	1,26	(7,87)	***	1 a 3	1,32	(8,47)	***
χ^2 de Pearson		7,63	***	4 ou mais	1,93	(2,02)	
R_1^2		0,13		χ^2 de Pearson		9,54	***
Anos no local				Idade ao ter o 1º filho			
Sempre morou	1,00			Menos de 20 anos	2,35	(119,47)	***
Menos de 10 anos	1,71	(36,29)	***	20 ou mais	1,00		
10 ou mais anos	0,99	(0,00)					

⁹² Ver Serra (2003) para os critérios de classificação socioeconômica (ABIPEME) utilizados.

Continuação da Tabela 4.3.3

Variáveis	Odds Ratio (Wald)			Variáveis	Odds Ratio (Wald)		
χ^2 de Pearson		46,70	***	χ^2 de Pearson		126,30	***
R_i^2		0,79		R_i^2		2,15	
Cor				Idade ao ter o filho			
χ^2 de Pearson		52,37	***	30 ou mais	1,00		
R_i^2		0,89		χ^2 de Pearson		171,75	***
Tem religião				R_i^2		2,92	
Sim	1,00			Estado civil			
Não	1,33	(3,36)	*	Unida 1 vez	1,00		
χ^2 de Pearson		3,13	*	Unida + 1 vez	8,28	(555,88)	***
R_i^2		0,05		Não unida/1 vez	3,70	(107,61)	***
Freqüência culto				Não unida/+ 1 vez	8,62	(204,21)	***
Não freq./sem relig.	1,49	(25,41)	***	Nunca unida	4,50	(78,91)	***
Freqüenta	1,00			χ^2 de Pearson		637,75	***
χ^2 de Pearson		24,56	***	R_i^2		10,84	
R_i^2		0,42		Necessidades Básicas			
Escolaridade da mãe				Satisfeitas	1,00		
Sem	1,90	(26,30)	***	Insatisfeitas	1,14	(2,08)	
Primário	1,51	(26,53)	***	χ^2 de Pearson		2,13	
Secundário ou +	1,00			R_i^2		0,04	
χ^2 de Pearson		(39,27)	***	ABIPEME			
R_i^2		0,67		ABC	1,00		
				DE	2,31	(69,08)	***
				χ^2 de Pearson		81,49	***
				R_i^2		1,38	

Fonte: PNDS-1996, Questionário Individual
 Nível de significância: * 0,1, ** 0,05 e *** 0,01

Tabela 4.3.4

Modelos Logísticos multivariados para crianças que moram e não moram com suas mães (n=14.366). Brasil, 1996 (dados ponderados).

	Variáveis	Odds Ratio (Wald Chi-Square)					
		Modelo1			Modelo 2		
CRIANÇA	Sexo da criança						
	Masculino	1,15	(2,94)	*	1,15	(3,13)	*
	Feminino	1,00			1,000		
	Idade da criança						
	0-6 anos	1,00	(77,33)		1,00		
	7-14 anos	2,26		***	2,25	(77,74)	***
	Residência atual						
	Rural	1,00			1,00		
	Urbano	1,30	(7,49)	***	1,28	(6,91)	***
	Anos no local						
Sempre morou	1,00			1,00			
Menos de 10 anos	1,60	(23,71)	***	1,59	(23,59)	***	
10 ou mais anos	1,04	(0,16)		1,04	(0,11)		
Cor							
Branca	1,00			1,00			
Não branca	1,23	(5,29)	**	1,22	(4,79)	**	
Tem religião							
Sim	1,00						
Não	1,03	(0,02)					
Frequência culto							
Não freq./sem religião	1,22		**	1,22	(5,56)	**	
Frequente	1,00	(5,04)		1,00			
Escolaridade da mãe							
Sem	0,94	(0,18)					
Primário	1,01	(0,02)					
Secundário ou +	1,00						
Mãe trabalha							
Sim	1,00			1,00			
Não	0,86	(3,01)	*	0,86	(3,26)	*	
Filhos nascidos vivos							
1 a 3	1,00			1,00			
4 ou mais	1,76	(32,31)	***	1,68	(33,02)	***	
Filhos mortos							
Nenhum	1,00						
1 a 3	0,84	(2,49)					
4 ou mais	0,95	(0,01)					
Idade ao ter o 1º filho							
Menos de 20 anos	1,02	(0,04)					

Continuação da Tabela 4.3.4

	Variáveis	Odds Ratio (Wald Chi-Square)					
	Modelo 1	Modelo 1			Modelo 2		
	20 ou mais	1,00					
	Idade ao ter o filho						
	Menos de 20 anos	5,13	(96,78)	***	5,23	(128,40)	***
	20 a 29 anos	2,07	(28,82)	***	2,10	(31,22)	***
	30 ou mais	1,00			1,00		
	Estado civil						
	Unida 1 vez	1,00			1,00		
	Unida + 1 vez	7,01	(418,39)	***	6,99	(421,25)	***
	Não unida/1 vez	3,73	(98,41)	***	3,71	(98,15)	***
	Não unida/+1v.	8,47	(174,29)	***	8,47	(176,37)	***
	Nunca unida	5,59	(90,44)	***	5,55	(89,99)	***
	Necessidades Básicas						
	Satisfeitas	1,00					
	Insatisfeitas	0,98	(0,03)				
	ABIPEME						
	ABC	1,00			1,00		
	DE	1,50	(11,59)	***	1,48	(11,91)	***
	χ^2 de Pearson		1048,28	***		1045,19	***
	R^2		17,82			17,76	

Fonte: PNDS-1996, Questionário Individual
 Nível de significância: * 0,1, ** 0,05 e *** 0,01

Nordeste – DHS 1986

Na Tabela 4.3.6 encontramos os resultados dos modelos logísticos multivariados para a Região Nordeste em 1986, que podem ser acrescidos aos achados para o Brasil em 1986 e 1996.

Com relação à migração, observamos que as crianças cujas mães residem há menos de 10 anos no local atual têm cerca de 50% mais chances de estarem em circulação do que aquelas cujas mães não são migrantes. Já as crianças cujas mães residem há mais de 10 anos no mesmo local têm cerca de 30% menos chances de estarem em circulação do que aquelas cujas mães não são migrantes. Um tempo mais longo de residência inversamente associado à circulação das crianças é também encontrado no Brasil 1986, e um menor tempo de residência diretamente associado à circulação de crianças também é encontrado no Brasil 1996.

Contrariamente aos resultados encontrados na base Brasil 1996, observamos aqui que o não trabalho da mulher é que implica em maior chance de a criança circular. Observamos que as crianças cujas mães não trabalham têm cerca de 40% mais chances de estarem em circulação do que aquelas cujas mães trabalham.

Assim como nos resultados obtidos para o conjunto do país em 1986 e 1996, observamos aqui uma associação entre a maior fecundidade da mãe e a circulação de crianças. Com relação à fecundidade/mortalidade notamos que as crianças cujas mães têm 4 ou mais filhos nascidos vivos apresentam em torno de duas vezes mais chances de estarem em circulação do que aquelas cujas mães têm 3 filhos ou menos; e aquelas cujas mães têm de 1 a 3 filhos mortos apresentam cerca de 30% menos chances de estarem em circulação do que aquelas cujas mães não têm nenhum filho morto; para o grupo cujas mães têm 4 ou mais filhos mortos, esta chance é 90% superior.

Quanto mais jovem a mãe quando teve o filho em questão, maior a chance de o mesmo circular: para os filhos com mães que os tiveram com idade entre 10 e 19 anos, este risco é pelo menos 10 vezes superior ao das crianças cujas mães os tiveram com 30 anos ou mais; já para as crianças com mães que os tiveram com entre 20 e 29 anos, a chance é três vezes superior. Tais resultados têm o mesmo sentido dos achados para o conjunto do país, tanto em 1986 quanto em 1996, ou seja, quanto mais precocemente ocorre o nascimento de uma criança, maior é o seu o risco de circular.

Com relação ao estado civil/número de uniões da mãe, observamos que as crianças cujas mães nunca se uniram (solteiras), não-unidas, ou unidas pela segunda ou mais vezes, apresentam um risco pelo menos nove vezes superior de circular que uma criança cuja mãe está na sua primeira união. Tais resultados vão ao encontro dos obtidos para o Brasil em 1986 e 1996, ou seja, o fato de a mãe da criança estar sozinha (solteira, separada, divorciada ou viúva) ou “recasada” aumenta a chance de a criança circular.

Tabela 4.3.5

Modelos Logísticos univariados (*odds ratio*) para crianças que moram e não moram com suas mães (n=3.268). nordeste, 1986 (dados ponderados).

Variáveis	Odds Ratio (Wald)			Variáveis	Odds Ratio (Wald)		
Sexo da criança				Filhos nascidos vivos			
Masculino	1,04	(0,06)		1 a 3	1,00		
Feminino	1,00			4 ou mais	1,12	(0,39)	
χ^2 de Pearson		0,06		χ^2 de Pearson		0,40	
R_L^2		0,01		R_L^2		0,032	
Idade da criança				Filhos mortos			
0-6 anos	1,00			Nenhum	1,00		
7-14 anos	1,51	(6,43)	***	1 a 3	0,76	(2,36)	
χ^2 de Pearson		6,46	**	4 ou mais	1,72	(4,00)	**
R_L^2		0,51		χ^2 de Pearson		7,62	**
Residência atual				R_L^2		0,606	
Rural	1,00			Idade ao ter o 1º filho			
Urbano	0,59	(9,79)	***	Menos de 20 anos	1,00		
χ^2 de Pearson		10,11	***	20 ou mais	8,22	(27,29)	***
R_L^2		0,80		χ^2 de Pearson		29,54	***
Anos no local				R_L^2		2,349	
Sempre morou	1,00			Idade ao ter o filho			
Menos de 10 anos	1,96	14,25	***	Menos de 20 anos	9,70	(54,27)	***
10 ou mais anos	0,57	5,43	**	20 a 29 anos	3,45	(18,52)	***
χ^2 de Pearson		28,36	***	30 ou mais	1,00		
R_L^2		2,255		χ^2 de Pearson		68,84	***
Tem religião				R_L^2		5,475	
Sim	1,00			Estado civil			
Não	1,67	(4,39)	**	Unida 1 vez	1,00		
χ^2 de Pearson		4,87	**	Unida + 1 vez	11,00	(130,3)	***
R_L^2		0,35		Não unida/1 vez	12,17	(112,0)	***
Freqüência culto				Não unida/+ 1v.	16,42	(63,84)	***
Não freq./sem rel.	1,58	(7,99)	***	Nunca unida	26,69	(69,02)	***
Freqüente	1,00			χ^2 de Pearson		227,25	***
χ^2 de Pearson		8,11	***	R_L^2		18,072	
R_L^2		0,633		Necessidades básicas			
Escolaridade da mãe				Satisfeitas	1,00	(0,45)	
Sem	1,76	(1,80)		Insatisfeitas	0,88		
Primário	2,17	(3,87)		χ^2 de Pearson		0,46	
Secundário ou +	1,00			R_L^2		0,037	

Continuação da Tabela 4.3.5

Variáveis	Odds Ratio (Wald)			Variáveis	Odds Ratio (Wald)		
χ^2 de Pearson		5,37	*	ABIPEME			
R_L^2		0,427		ABC	1,00		
Mãe trabalha				DE	2,91	7,52	***
Sim	1,00			χ^2 de Pearson		10,34	***
Não	0,94	(0,11)		R_L^2		0,822	
χ^2 de Pearson		0,11					
R_L^2		0,01					

Fonte: PNSMIPF-1986, Questionário Individual
Nível de significância: * 0,1, ** 0,05 e *** 0,01

Tabela 4.3.6

Modelos Logísticos Multivariados para crianças que moram e não moram com suas mães (n=3.268). Nordeste, 1986 (dados ponderados).

	Variáveis	Odds Ratio (Wald Chi-Square)					
		Modelo 1			Modelo 2		
CRIANÇA	Sexo da criança						
	Masculino	0,94	(0,10)				
	Feminino	1,00					
	Idade da criança						
	0-6 anos	1,00					
	7-14 anos	1,39	(2,56)				
	Residência atual						
	Rural	1,00					
	Urbano	0,95	(0,06)				
	Anos no local						
	Sempre morou	1,00			1,00		
	Menos de 10 anos	1,66	(5,63)	**	1,59	(5,14)	**
	10 ou mais anos	0,65	(2,69)	*	0,63	(3,15)	*
	Tem religião						
	Sim	1,00					
	Não	1,17	(0,27)				
	Frequência culto						
	Não freq./sem rel.	1,23	(1,04)				
	Freqüenta	1,00					

Continuação da Tabela 4.3.6

	Variáveis	Odds Ratio (Wald Chi-Square)					
		Modelo1		Modelo 2			
MÃE	Escolaridade da mãe						
	Sem	1,01	(0,00)				
	Primário	1,41	(0,51)				
	Secundário ou +	1,00					
	Mãe trabalha						
	Sim	1,00			1,00		
	Não	1,59	(4,86)	**	1,55	(4,57)	**
	Filhos nascidos vivos						
	1 a 3	1,00			1,00		
	4 ou mais	2,29	(9,88)	***	2,68	(17,24)	**
	Filhos mortos						
	Nenhum	1,00			1,00		
	1 a 3	0,64	(3,96)	**	0,64	(4,17)	**
	4 ou mais	1,94	(3,59)	*	1,92	(3,68)	*
	Idade ao ter 1º filho						
	Menos de 20 anos	1,00					
	20 ou mais	0,88	(0,33)				
	Idade ao ter o filho						
	Menos de 20 anos	8,98	(33,11)	***	10,23	(45,46)	**
	20 a 29 anos	3,42	(15,43)	***	3,77	(18,95)	**
	30 ou mais	1,00			1,00		
	Estado civil						
	Unida 1 vez	1,00			1,00		
	Unida + 1 vez	9,44	(92,90)	***	9,17	(100,35)	**
	Não unida/1 vez	17,52	(102,15)	***	17,33	(112,78)	**
	Não unida/+ 1v.	20,95	(57,36)	***	21,27	(61,32)	**
	Nunca unida	33,94	(56,24)	***	36,75	(64,00)	**
DOMI- CÍLIO	Necessidades básicas						
	Satisfeitas	1,00					
	Insatisfeitas	1,01	(0,00)				
	ABIPEME						
	ABC	1,00					
DE	1,63	(1,08)					
	χ^2 de Pearson		332,453	***	323,838	**	
	R_L^2		26,439		25,754		

Fonte: PNSMIPF- 1986, Questionário Individual
Nível de significância: * 0,1, ** 0,05 e *** 0,01

Nordeste – DHS 1991

Os resultados para o Nordeste 1991 (Tabela 4.3.8) acentuam os achados para o conjunto do país em 1986 e 1996, além de acrescentar informações para a análise da região Nordeste.

Os meninos têm chances 30% menores de circular que as meninas, contrariamente ao que aparece no Brasil 1996, quando os meninos tenderam a circular mais do que as meninas. As crianças com idade entre 7 e 14 anos têm duas vezes mais chance de estarem em circulação que aquelas entre 0 e 6 anos, resultado similar aos encontrados nas bases Brasil 1986 e 1996.

Contrariamente aos resultados observados para o conjunto do país em 1996, observamos que as crianças cujas mães residem na zona rural têm chances superiores de estarem em circulação do que as crianças cujas mães moram na zona urbana. Da mesma forma que para o Brasil em 1991, as crianças filhas de mães não-brancas têm maior chance de estarem em circulação. As crianças cujas mães moram na zona urbana têm chances 20% menores de estarem em circulação do que as que moram na zona rural. Com relação à raça/etnia, os filhos de mães não-brancas têm cerca de 30% mais chances de circular do que aqueles cujas mães são brancas.

Com relação à escolaridade da mãe, observamos que as crianças cujas mães têm menos de um ano de escolaridade têm pelo menos duas vezes mais chances de circular do que aquelas cujas mães têm grau de escolaridade secundário ou superior; também as crianças cujas mães têm apenas o primário apresentam em torno de 40% mais chances de circular do que aquelas cujas mães têm grau de escolaridade secundário ou superior.

Nos modelos, as crianças cujas mães têm de 1 a 3 filhos mortos têm em torno de 70% mais chances de circular que aquelas cujas mães não têm nenhum filho morto. Tais resultados são similares àqueles encontrados para o Brasil e o Nordeste em 1986.

Quanto mais jovem a mãe quando teve o filho em questão, maior a chance de o mesmo circular: para os filhos cujas mães os tiveram com idade entre 10 e 19 anos este risco é pelo menos cinco vezes superior ao daqueles cujas mães os tiveram com 30 anos ou mais. Já para as crianças com mães que os tiveram com idade entre 20 e 29 anos, a chance de estarem em circulação é duas vezes superior.

Com relação ao estado civil/número de uniões da mãe, observamos que os filhos de mães nunca unidas (solteiras), não-unidas, ou unidas pela segunda ou mais vezes apresentam risco sete vezes superior de circular que crianças cuja mãe está na sua primeira união.

Todos os resultados até aqui apurados indicam que tanto a precocidade da maternidade, quanto o fato de a mãe estar “solteira” (viúva ou descasada) ou “recasada” aumentam o risco de a criança circular.

Tabela 4.3.7

Modelos Logísticos Univariados (*odds ratio*) para crianças que moram e não moram com suas mães (n=8.309). Nordeste, 1991 (dados ponderados).

Variáveis		Odds Ratio (Wald)		Variáveis		Odds Ratio (Wald)	
Sexo da criança				Mãe trabalha			
Masculino	0,76	(10,68)	***	Sim	1,00		
Feminino	1,00			Não	0,90	(1,47)	
χ^2 de Pearson		10,76	***	χ^2 de Pearson		1,47	
R_L^2		0,24		R_L^2		0,03	
Idade da criança				Filhos nascidos vivos			
0-6 anos	1,00			1 a 3	1,00		
7-14 anos	2,34	(87,31)	***	4 ou mais	1,33	(9,90)	***
χ^2 de Pearson		94,185	***	χ^2 de Pearson		10,19	***
R_L^2		2,13		R_L^2		0,23	
Residência atual				Filhos mortos			
Rural	1,00			Nenhum	1,00		
Urbano	0,96	(0,19)		1 a 3	1,72	(38,54)	***
χ^2 de Pearson		0,19		4 ou mais	1,42	(2,57)	*
R_L^2		0,00		χ^2 de Pearson		38,00	***
Anos no local				R_L^2			
Sempre morou				Idade ao ter 1º filho			
Menos de 10 anos	0,96	(0,09)		Menos de 20 anos	2,07	(58,59)	***
10 ou mais anos	0,91	(0,83)		20 ou mais	1,00		
χ^2 de Pearson		0,85		Não sabe	2,12	(33,93)	***
R_L^2		0,020,02		χ^2 de Pearson		69,95	***
Cor				R_L^2			
Branca	1,00			Idade ao ter o filho			
Não branca	1,82	(21,27)	***	Menos de 20 anos	4,89	(123,62)	***
χ^2 de Pearson		24,36	***	20 a 29 anos	2,09	(32,73)	***
R_L^2		0,55		30 ou mais	1,00		
Tem religião				χ^2 de Pearson			
Sim	1,00			R_L^2		3,12	
Não	1,94	(34,45)	***				

Continuação da Tabela 4.3.7							
Variáveis	Odds Ratio (Wald)			Variáveis	Odds Ratio (Wald)		
					<i>Estado Civil</i>		
χ^2 de Pearson		30,60	***	Unida 1 vez	1,00		
R_L^2		0,69		Unida + 1 vez	8,81	(399,27)	***
<i>Freqüência culto</i>				Não unida/1 vez	7,87	(300,06)	***
Não freq./sem rel.	1,00			Não unida/+ 1 vez	7,80	(112,57)	***
Freqüenta	1,50	(22,47)	***	Nunca unida	6,62	(99,06)	***
χ^2 de Pearson		22,09	***	χ^2 de Pearson		572,19	***
R_L^2		0,50		R_L^2		12,97	
<i>Escolaridade da mãe</i>				<i>Necessidades básicas</i>			
Sem	2,15	(12,53)	***	Satisfeitas	1,00		
Menos 1 ano	3,63	(39,27)	***	Insatisfeitas	1,11	(1,22)	
Primário	2,11	(14,78)	***	χ^2 de Pearson		1,23	
Secundário ou +	1,00			R_L^2		0,03	
χ^2 de Pearson		51,62	***	<i>ABIPEME</i>			
R_L^2		1,17		ABC	1,00		
				DE	1,26	(6,99)	***
				χ^2 de Pearson		7,11	***
				R_L^2		0,16	

Fonte: PSFNe-1991, Questionário Individual
Nível de significância: * 0,1, ** 0,05 e *** 0,01

Tabela 4.3.8

Modelos Logísticos multivariados para crianças que moram e não moram com suas mães (n=8.309).
nordeste, 1991 (dados ponderados).

		Odds Ratio (Wald Chi-Square)					
Variáveis		Modelo1			Modelo 2		
CRIANÇA	Sexo da criança						
	Masculino	0,72	(12,91)	***	0,72	(12,82)	***
	Feminino	1,00			1,00		
	Idade da criança						
	0-6 anos	1,00			1,00		
	7-14 anos	2,15	(51,54)	***	2,19	(61,28)	***
MÃE	Residência atual						
	Rural	1,00			1,00		
	Urbano	0,74	(8,17)	***	0,78	(6,97)	***
	Anos no local						
	Sempre morou	1,00					
	Menos de 10 anos	1,02	(0,01)				
	10 ou mais anos	1,01	(0,01)				
	Cor						
	Branca	1,00			1,00		
	Não branca	1,37	(5,12)	**	1,34	(4,42)	**
	Tem religião						
	Sim	1,00					
	Não	1,00	(0,00)				
	Freqüência culto						
	Não freq./sem rel.	1,00					
	Freqüenta	1,02	(0,04)				
	Escolaridade da mãe						
	Sem	1,45	(2,20)		1,38	(1,83)	
	Menos 1 ano	2,59	(14,91)	***	2,47	(15,18)	***
	Primário	1,46	(3,01)	*	1,42	(2,83)	*
Secundário ou +	1,00			1,00			
Mãe trabalha							
Sim	1,00						
Não	1,12	(1,40)					
Filhos nascidos vivos							
1 a 3	1,00						
4 ou mais	1,08	(0,38)					

Continuação da Tabela 4.3.8						
	Variáveis	Odds Ratio (Wald Chi-Square)				
MÃE	Filhos mortos					
	Nenhum	1,00			1,00	
	1 a 3	1,71	(19,69)	**	1,71	(22,83) ***
	4 ou mais	1,36	(1,43)		1,31	(1,19)
	Idade ao ter 1º filho					
	Menos de 20 anos	1,03	(0,06)		1,05	(0,18)
	20 ou mais	1,00			1,00	
	Não sabe	0,74	(3,26)	*	0,75	(3,00) *
	Idade ao ter o filho					
	Menos de 20 anos	5,31	(83,86)	**	5,21	(90,52) ***
	20 a 29 anos	2,20	(31,77)	**	2,18	(31,78) ***
	30 ou mais	1,00			1,00	
	Estado civil					
	Unida 1 vez	1,00			1,00	
	Unida + 1 vez	9,24	(366,14)	**	9,31	(376,58) ***
	Não unida/1 vez	7,60	(227,45)	**	7,27	(246,58) ***
	Não unida/+ 1v.	8,43	(100,94)	**	8,25	(103,05) ***
	Nunca unida	9,58	(122,38)	**	9,33	(121,74) ***
DOMI- CÍLIO	Necessidades básicas					
	Satisfeitas	1,00				
	Insatisfeitas	0,89	(0,87)			
	ABIPEME					
	ABC	1,00				
DE	0,94	(0,23)				
	χ^2 de Pearson		875,743	**	872,419	***
	R _L ²		19,85		19,77	

Fonte: PSFNe-1991, Questionário Individual
 Nível de significância: * 0,1, ** 0,05 e *** 0,01

Nordeste – DHS 1996

Os resultados da Tabela 4.3.10, Nordeste 1996, complementam os resultados anteriores para a região Nordeste, além de acrescentarem elementos para a análise do conjunto do país.

Com exceção do Nordeste 1986, as análises de todos os outros casos indicam que crianças mais velhas apresentam maior risco de estarem em circulação que crianças mais jovens; entretanto, devemos lembrar que os dados da PNAD 1985 mostram que as crianças

começam a circular ainda muito jovens. Mas, em geral, crianças com idade entre 7 e 14 anos têm quase duas vezes mais chances de circular que aquelas ente 0 e 6 anos.

Assim como no Brasil 1996 e Nordeste 1986, os dados para o Nordeste 1996 indicam que filhos de migrantes recentes têm maior chance de estarem em circulação do que filhos de não migrantes. Com relação à migração, observamos que as crianças cujas mães residem há menos de 10 anos na localidade atual têm cerca de 30% mais chances circular do que aquelas cujas mães não são migrantes.

Com relação à religião, a variável frequência ao culto não se mostrou significativa, como ocorreu no caso do Brasil em 1996. Entretanto, para o caso do Nordeste 1996, a variável “ter religião” mostrou-se significativa. Observamos que crianças cujas mães não têm religião têm chances pelo menos 80% superiores de circularem do que aquelas cujas mães têm religião.

Com relação à fecundidade/mortalidade, notamos que, no caso do Nordeste 1996, as crianças cujas mães têm 4 ou mais filhos nascidos vivos apresentam quase duas vezes mais chances de circular que aquelas cujas mães têm 3 filhos ou menos nascidos vivos; e que as crianças cujas mães têm de 1 a 3 filhos mortos apresentam em torno de 30% menos chances de circular do que aquelas cujas mães não têm nenhum filho morto.

Nos modelos, observamos que, quanto mais jovem a mãe quando teve o filho em questão, maior a chance de o mesmo circular. Para os filhos com mães que os tiveram com idade entre 10 e 19 anos, este risco é pelo menos cinco vezes superior ao daqueles cujas mães os tiveram com 30 anos ou mais. Já os filhos com mães que os tiveram entre 20 e 29 anos, a chance de circulação é em torno de duas vezes superior.

Com relação ao estado civil/número de uniões da mãe, observamos que os filhos de mães nunca unidas (solteiras), não-unidas, ou unidas pela segunda ou mais vezes, têm um risco pelo menos duas vezes superior de circularem que uma criança cuja mãe está na sua primeira união.

Com exceção do Nordeste em 1991, observamos a associação entre fecundidade alta e circulação de crianças. A fecundidade precoce e a condição da mãe sozinha (solteira, separada, divorciada ou viúva), ou ainda as múltiplas uniões da mãe, são fatores que, em todos os modelos, apareceram associados à circulação de crianças.

Para os domicílios maternos classificados como D e E, as crianças têm um risco 30% superior de circular do que aquelas cujas mães vivem em domicílios classificados como A, B ou C. É interessante observar que, para a região Nordeste, a associação entre fatores socioeconômicos e a circulação de crianças aparece somente em 1996. Podemos especular que, contrariamente ao conjunto do país, as crianças nordestinas tenderiam a circular, antes de 1996, em todas as classes socioeconômicas.

Tabela 4.3.9

Modelos Logísticos Univariados (*odds ratio*) para crianças que moram e não moram com suas mães (n=5.924).
Nordeste, 1996 (dados ponderados).

Variáveis	Odds Ratio (Wald)			Variáveis	Odds Ratio (Wald)		
Sexo da criança				Mãe Trabalha			
Masculino	0,82	(2,94)	*	Sim	1,00		
Feminino	1,00			Não	0,77	(4,64)	**
χ^2 de Pearson		2,95	*	χ^2 de Pearson		4,71	**
R_L^2		0,13		R_L^2		0,21	
Idade da criança				Filhos nascidos vivos			
0-6 anos	1,00			1 a 3	1,00		
7-14 anos	2,27	(41,45)	**	4 ou mais	1,87	(26,31)	**
χ^2 de Pearson		44,60	**	χ^2 de Pearson		27,36	**
R_L^2		1,99		R_L^2		1,22	
Residência atual				Filhos mortos			
Rural	1,00			Nenhum	1,00		
Urbano	1,17	(1,64)		1 a 3	1,10	(0,50)	
χ^2 de Pearson		1,63		4 ou mais	1,64	(1,10)	
R_L^2		0,07		χ^2 de Pearson		1,39	
Anos no local				R_L^2		0,06	
Sempre morou	1,00			Idade ao ter 1º filho			
Menos de 10 anos	1,58	(10,62)	**	Menos de 20 anos	2,75	(59,17)	**
10 ou mais anos	1,03	(0,05)		20 ou mais	1,00		
χ^2 de Pearson		12,24	**	χ^2 de Pearson		65,98	**
R_L^2		0,55		R_L^2		2,95	
Cor				Idade ao ter o filho			
Branca	1,00			Menos de 20 anos	4,44	(52,90)	**
Não branca	1,51	(7,08)	**	20 a 29 anos	1,73	(7,86)	**
χ^2 de Pearson		7,65	**	30 ou mais	1,00		
R_L^2		0,34		χ^2 de Pearson		72,40	**
Tem religião				R_L^2		3,23	
Sim	1,00						
Não	1,79	(8,36)	**				
χ^2 de Pearson		7,39	**				
R_L^2		0,33					

Continuação da Tabela 4.3.9

Variáveis	Odds Ratio (Wald)			Variáveis	Odds Ratio (Wald)		
Freqüência culto				Estado Civil			
Não freq./sem rel.	1,39	(7,71)	***	Unida 1 vez	1,00		
Freqüenta	1,00			Unida + 1 vez	8,33	(227,62)	**
χ^2 de Pearson		7,58	***	Não unida/1 vez	2,91	(23,66)	**
R_L^2		0,34		Não unida/+1v.	7,88	(82,99)	**
Escolaridade da mãe				Nunca unida			
Sem	1,76	(10,48)	***	χ^2 de Pearson		256,82	**
Primário	1,54	(9,62)	***	R_L^2		11,46	
Secundário ou +	1,00			Necessidades Básicas			
χ^2 de Pearson		13,82	***	Satisfeitas	1,00		
R_L^2		89,89		Insatisfeitas	1,52	(7,88)	**
				χ^2 de Pearson		8,47	**
				R_L^2		0,38	
				ABIPEME			
				ABC	1,00		
				DE	2,59	(11,21)	**
				χ^2 de Pearson		15,44	**
				R_L^2		0,69	

Fonte: PNDS-1996, Questionário Individual
 Nível de significância: * 0,1, ** 0,05 e *** 0,01

Tabela 4.3.10

Modelos Logísticos Multivariados para crianças que moram e não moram com suas mães (n=5.924). Nordeste, 1996 (dados ponderados).

	Variáveis	Odds Ratio (Wald Chi-Square)					
		Modelo1			Modelo 2		
MÃE	<i>Sexo da criança</i>						
	Masculino	0,86	(1,51)				
	Feminino	1,00					
	<i>Idade da criança</i>						
	0-6 anos	1,00			1,00		
	7-14 anos	2,00	(22,86)	**	1,90	(20,79)	***
	<i>Residência atual</i>						
	Rural	1,00					
	Urbano	1,20	(1,64)				
	Anos no local						
	Sempre morou	1,00					
	Menos de 10 anos	1,30	(2,77)	*			
	10 ou mais anos	1,04	(0,05)				
	<i>Cor</i>						
	Branca	1,00					
	Não branca	1,11	(0,40)				
	<i>Tem religião</i>						
	Sim	1,00			1,00		
	Não	1,82	(6,15)	**	1,87	(7,91)	**
	<i>Frequência culto</i>						
	Não freq./sem rel.	1,08	(0,29)				
	Frequente	1,00					
	<i>Escolaridade da mãe</i>						
	Sem	0,86	(0,51)				
	Primário	1,02	(0,00)				
	Secundário ou +	1,00					
<i>Mãe trabalha</i>							
Sim	1,00						
Não	0,83	(2,02)					
<i>Filhos nascidos vivos</i>							
1 a 3	1,00	(17,29)		1,00			
4 ou mais	2,00		**	2,19	(25,77)	***	

Continuação da Tabela 4.3.10

	Variáveis	Odds Ratio (Wald Chi-Square)					
CRIANÇA	Filhos mortos						
	Nenhum	1,00			1,00		
	1 a 3	0,72	(4,45)	**	0,73	(4,30)	**
	4 ou mais	0,80			0,84	(0,10)	
	Idade ao ter 1° filho						
	Menos de 20 anos	1,22	(1,40)				
	20 ou mais	1,00					
	Idade ao ter o filho						
	Menos de 20 anos	5,19	(39,25)	**	6,13		***
	20 a 29 anos	1,87	(8,52)	**	1,98		***
	30 ou mais	1,00			1,00		
	Estado civil						
	Unida 1 vez	1,00			1,00		
	Unida + 1 vez	7,52	(174,04)	**	8,15	(206,35)	***
	Não unida/1 vez	3,02	(23,12)	**	2,96	(23,19)	***
	Não unida/+ 1v.	8,57	(76,10)	**	8,96	(84,27)	***
	Nunca unida	5,14	(27,65)	**	4,98	(27,27)	***
DOMI- CÍLIO	Necessidades básicas						
	Satisfeitas	1,00			1,00		
	Insatisfeitas	1,23	(1,53)		1,33	(3,13)	*
	ABIPEME						
	ABC	1,00					
DE	1,55	(1,58)					
	χ^2 de Pearson		422,38	**		409,01	***
	R_L^2		18,85			18,26	

Fonte: PNDS-1996, Questionário Individual

Nível de significância: * 0,1, ** 0,05 e *** 0,01

4.4. COMPARAÇÕES ENTRE OS RESULTADOS

No que diz respeito à proporção de crianças que se encontram em circulação, podemos observar que aquelas obtidas através das Fichas de Domicílio são sempre superiores às resultantes das informações do Questionário Individual. Para o Brasil, em 1996, segundo as mães (Questionário Individual), temos 5,5% das crianças vivendo longe de suas mães. Já a Ficha de Domicílio mostra uma proporção superior, de 9,5% de crianças que não vivem com suas mães no mesmo ano. É importante ressaltar as diferenças entre essas duas estimativas, sujeitas a algumas restrições e à sub ou super enumeração diferentes.

No caso das estimativas obtidas segundo o Questionário Individual, temos as informações de todas as crianças de 0 a 14 anos, filhas de mães entre 0 e 44 anos, e neste caso, estão incluídas também as crianças que não estão em domicílios, por exemplo, as crianças institucionalizadas e as crianças que vivem nas ruas. Já para as estimativas obtidas segundo a Ficha de Domicílio, temos crianças de 0 a 14 anos, filhas de mães com qualquer idade, que moram em domicílios, excluindo, neste caso, crianças institucionalizadas e as crianças que vivem nas ruas.

No que diz respeito à sub e à super enumeração das estimativas, podemos imaginar que algumas mães – e este viés aparecerá nas informações obtidas pelo Questionário Individual – tendem a se “esquecer” dos filhos que não mais moram com elas (principalmente os mais velhos), ou ainda, podemos ter alguma subenumeração quando crianças “adotivas” são declaradas como filhos legítimos, afetando as informações obtidas através da Ficha de Domicílio.

Além disso, como a pesquisa não foi elaborada com o propósito de “medir” a circulação de crianças, uma outra questão diz respeito à representatividade da amostra. No que diz respeito a nosso objeto, esta amostra tende a ser mais representativa na “Ficha de Domicílio” do que no “Questionário Individual”, pois no primeiro caso temos amostras diretas de indivíduos e, no segundo, amostras obtidas de informações de mães.

Por conta de tais restrições, podemos dizer que a proporção de crianças em circulação em 1996 seria algo em torno de 9,5% em todo o Brasil. Podemos afirmar ainda que a proporção de crianças em circulação no período (1986 a 1996) parece ter aumentado. Só para se ter uma idéia do volume de crianças, em 1996, a contagem do IBGE mostrou que o Brasil teria um pouco mais de 49,5 milhões de crianças na faixa de 0 a 14 anos. Assim, teríamos 2,7 milhões de crianças em circulação, segundo declaração das mães, ou 4,7 milhões, segundo informação dos domicílios.

Os dados das PNAD de 1996 a 1999 também indicam um aumento na proporção e no volume das crianças em circulação, passando de um volume de 3,1 milhões (6,5%) em 1996, para 3,3 milhões (7,1 %) em 1999. Lembremos que tais informações têm características similares às das Fichas de Domicílio das DHS e, portanto, estão sujeitas às mesmas restrições. É interessante observar que a estimativa da PNAD para 1996 é um pouco inferior à estimativa da DHS 1996 (Ficha de Domicílio).

Com relação à região, observamos que as crianças em circulação vivem mais nas regiões Norte e Nordeste, segundo informações das PNAD de 1996 a 1999 e a Ficha de Domicílio da DHS 1996. Com relação aos dados das DHS, podemos especular acerca dos resultados obtidos com a Ficha de Domicílio e o Questionário Individual em 1996, apesar de não serem comparáveis. O Estado do Rio de Janeiro e as regiões Sul e Centro-Leste apresentam menores porcentagens de filhos cujas mães declararam não estarem vivendo com elas; entretanto, revelam valores significativos quando observamos as informações do domicílio. Tais valores podem estar indicando, por exemplo, que tais regiões têm um caráter mais “receptor” que “doador” de crianças. Tal consideração pode implicar, por exemplo, que o Rio de Janeiro e as regiões Sul e Centro-Oeste podem receber crianças em circulação de outras regiões.

Com relação aos resultados da aplicação dos modelos logísticos multivariados, podemos fazer algumas observações de caráter geral, comparando o comportamento de cada (co) variável em todos os modelos avaliados.

Tomando a idade da criança, observamos que, para o Brasil 1996, os meninos têm um pouco mais de chance de estarem em circulação que as meninas. Já para o Nordeste 1991, as meninas tendem a circular mais que os meninos. Para os modelos de Brasil 1986, e Nordeste 1986 e 1996, a variável não se mostrou significativa. Não temos maiores indicações sobre a que se deveriam tais diferenças. Seria o trabalho doméstico infantil mais importante relativamente no Nordeste, razão que levaria a uma seletividade por sexo no risco de circular?

No que diz respeito à idade da criança, observamos que as crianças mais velhas têm maior risco de circular que as mais jovens, salvo para o Nordeste em 1986, onde a variável idade não se mostrou significativa. Devemos analisar tal resultado com cuidado, pois os resultados da PNAD 1985 indicam que as crianças começam a circular muito jovens. Assim, pode estar ocorrendo um efeito acumulativo, ou seja, crianças de coortes anteriores que começaram a circular ainda muito jovens continuam circulando e aparecendo nas pesquisas já numa faixa etária superior.

As crianças cujas mães moravam na zona urbana tinham maior chance de estarem em circulação do que aquelas cujas mães residiam na zona rural, para o Brasil em 1996. Já para o Nordeste, em 1991, a relação obtida foi inversa, e para todos os outros modelos, a variável “local de residência atual da mãe” não se mostrou significativa.

A migração da mãe apreendida através da variável “número de anos vividos no local de residência atual” mostrou-se significativa para o Brasil em 1986 e 1996, e para o Nordeste também 1986 e 1996. Para o Brasil 1996, e Nordeste 1986 e 1996, observamos que as crianças cujas mães moravam há menos de 10 anos no local de residência “atual” tinham maior chance de estarem em circulação do que aquelas cujas mães não são migrantes. Para o Brasil 1986 e Nordeste 1986, no entanto a associação não se mantém, alterando o sentido. Os filhos de mães que vivem há mais de 10 anos no local de residência “atual” têm menor risco de circular do que os filhos de mães não migrantes. Ou seja, a circulação de crianças está associada à menor fixação no local de residência e, no caso do Nordeste, claramente relacionada à migração. Entretanto, filhos de migrantes antigos tendem a ter um risco menor de circular do que filhos de não migrantes. A migração é um fator que merece uma

análise mais detalhada, em estudos futuros, até mesmo para conhecer os fluxos desse tipo de migração.

Vale salientar que os resultados contraditórios da variável local de residência atual, com resultados opostos, devem ser analisados com muito cuidado, pois podem estar associados com o local de residência anterior, ou seja, com a migração.

Com relação à cor da pele da mãe das crianças, variável não presente na DHS de 1986, observamos que as crianças de mães não-brancas tinham maior chance de estarem em circulação que as crianças de mães brancas, para o Brasil em 1996 e Nordeste em 1991 (para o Nordeste em 1996 a variável não se mostrou significativa). Essas associações devem ser, como outros, sujeitas a investigações mais detalhadas. Entretanto, devemos lembrar que os modelos levam em conta variáveis socioeconômicas, o que implica em termos um efeito “puro” da variável cor. Ou seja, crianças filhas de mães não-brancas, mesmo considerando a situação socioeconômica da mãe, tendem a circular mais que crianças brancas.

No que diz respeito à religião, para o Brasil 1986 constatou-se que, quanto maior a frequência aos cultos (da mãe), menor a chance de a criança circular. Para o Nordeste 1996, os modelos revelaram que filhos de mães que têm alguma religião apresentam menor risco de circular do que aquelas cujas mães não têm religião nenhuma. Essa é outra associação cujo significado interpretativo é pouco conclusivo. Contudo, a hipótese de que a religião contribua para a maior integração social da família, ensejando outros mecanismos de acomodação que não a circulação das crianças, é consistente com esse achado.

Somente para o Nordeste 1991 a variável escolaridade da mãe mostrou-se significativa. De modo geral, o risco de uma criança circular quando sua mãe tinha no máximo o primário foi sempre superior ao de crianças cujas mães tinham pelo menos o segundo grau. Neste caso, assim como no caso da variável cor, devemos lembrar que temos um efeito “puro”. Assim, filhos de mães mais escolarizadas, mesmo considerando a situação socioeconômica da mãe, tendem a circular menos que filhos de mães com menor escolaridade.

Resultados contraditórios para o conjunto do país e para o Nordeste quanto à associação da circulação com o *status* de trabalho da mãe chamam a atenção para o risco de interpretações simplistas, sem o recurso a dados gerados com a finalidade de entender o fenômeno da circulação infantil. A variável trabalho da mãe mostrou-se significativa para o Brasil 1996, apresentando que filhos de mulheres que não trabalham têm menor risco de circular que os daquelas que trabalham. Já para o Nordeste 1986, o risco era maior para os filhos das que não trabalhavam.

A associação entre a circulação de crianças com a mortalidade é também intrigante, embora seu significado interpretativo seja pouco claro. O número de filhos mortos mostrou-se uma variável significativa para o Brasil e Nordeste em 1986 e 1996. Além disso, observamos que, para o Nordeste em 1986, 1991 e 1996, as crianças com mães que tiveram de 1 a 3 filhos mortos tinham maior chance de estarem em circulação do que aquelas cujas mães não tinham nenhum filho morto. Para o Brasil e Nordeste em 1986, ainda, as crianças com mães que tinham mais de 4 filhos mortos também apresentavam maior chance de estarem em circulação do que aquelas cujas mães não tinham nenhum

filho morto. A associação da mortalidade com a circulação de crianças poderia estar indicando uma mortalidade diferencial entre as crianças que circulam e as que não circulam, ou apenas ser um reflexo da associação entre a alta mortalidade e a alta fecundidade de alguns grupos.

Quanto mais jovem a mãe quando teve o filho em questão, maior a chance de o mesmo circular. Todos os modelos revelaram que quanto maior o número de uniões de suas mães, não importando se no momento estão casadas ou não, maior o risco de a criança circular; sempre comparados com os filhos de mães casadas uma única vez, os filhos de mães solteiras também têm um grande risco de circular.

Apesar da dificuldade interpretativa de algumas variáveis, é inequívoca a associação entre a circulação de crianças e variáveis que dizem respeito a características familiares. Em ambos os contextos e em todos os momentos do tempo, a circulação de crianças mostrou-se associada a taxas elevadas de fecundidade (exceção feita ao Nordeste em 1991), à fecundidade precoce, à condição da mãe sozinha (solteira, separada, divorciada ou viúva) e às múltiplas uniões da mãe. Isso implica que colocar os filhos sob os cuidados de outras pessoas constitui um mecanismo importante na acomodação de proles numerosas, proles precoces ou proles provenientes de outras uniões.

Para o Brasil 1986 e 1996, observamos que as crianças cujos domicílios maternos foram classificados como D e E apresentam maior chance de estarem em circulação que aquelas cujo domicílio materno inseria-se nas classes A, B e C. Para o Nordeste 1996, e Brasil 1986, os filhos de mães com domicílios classificados como tendo “necessidades básicas insatisfeitas” (NBI) têm maior chance de estarem em circulação do que as crianças cujos domicílios maternos foram classificados como dispendo de “necessidades básicas satisfeitas” (NBS). Esses resultados sugerem, principalmente para o Brasil, a relação entre o fenômeno da circulação infantil e as camadas menos favorecidas da população. Os resultados para o Nordeste são bastante intrigantes, uma vez que associações com fatores socioeconômicos só aparecem em 1996. Por isso, podemos postular que a circulação de crianças no Nordeste, até antes de 1996, não era uma prerrogativa restrita às classes menos favorecidas.

Assim, pelo menos antes de 1996, a circulação de crianças parece ser um mecanismo indistintamente utilizado por todas as classes socioeconômicas no Nordeste. Isso cria um precedente para supormos que também em outras regiões a circulação possa ser, ou ter sido, utilizada indistintamente por famílias de todas as classes socioeconômicas.

De maneira geral, podemos afirmar que os modelos apontaram que os fatores preponderantes da circulação de crianças são o tipo de união da mãe e a idade em que ela teve o filho, seguidos pelo índice de fecundidade materna. Entre as outras variáveis, algumas mostraram uma certa estabilidade nos modelos, e outras não, por exemplo, o sexo da criança e o trabalho da mãe: em alguns modelos, meninos têm maior chance de estarem em circulação que meninas, e em outros, são as meninas que circulam mais. Crianças de mães que trabalham têm menor risco de circular do que as crianças daquelas que não trabalham em um caso, mas em outro ocorre o oposto.

CONCLUSÃO

Este é o Brasil das muitas “mães”, pois as crianças circulam pelas casas de suas avós, tias, madrinhas, e de outras mulheres que se propõem a “criá-las”. Muito embora incomodem alguns aspectos perversos da circulação de crianças, como o trabalho infantil (principalmente o de meninas) e a internação em instituições falidas como a FEBEM. Não a considero nociva à criança. Depois de conhecer um pouco sobre circulação, apesar do muito que ainda tenho para aprender, penso no fenômeno como uma estratégia de sobrevivência principalmente das classes menos favorecidas e chego à conclusão que temos muito que estudar para compreendê-lo melhor. Outros estudos devem seguir-se a este o tema não se esgota aqui, e nem mesmo tínhamos a pretensão de que isso ocorresse. Apesar disso, este trabalho confirmou algumas hipóteses levantadas na escassa literatura brasileira e internacional encontrada sobre o tema.

A circulação de crianças em nosso país é um fenômeno bastante antigo, ainda bastante utilizado, mas que, como foi definido neste trabalho, compreende uma tipologia bastante diversa de fenômenos e varia em volume e proporção de região para região. Não acredito numa diminuição do fenômeno, e os dados analisados neste trabalho indicam, na verdade, o seu aumento. Algumas estimativas de proporção de crianças em circulação para o mesmo período apresentam valores diferentes: a DHS indicou, para o Brasil em 1996, uma proporção superior, em dois pontos percentuais, àquela mostrada pela PNAD. Tais diferenças podem ser explicadas, pelo menos parcialmente, pelos erros amostrais, sendo que a amostra da PNAD é mais robusta que a da DHS.

Melhores estimativas da proporção e do volume de crianças em circulação no Brasil poderiam ser obtidas com a utilização de outros bancos de dados, como os Censos Demográficos, uma vez que, a partir deste trabalho, passamos a conhecer melhor, demograficamente, o fenômeno, o que facilitaria as imputações necessárias quanto da utilização desse tipo de banco de dados.

As crianças em circulação parecem, em geral, ser menos escolarizadas que as crianças que não circulam. Não podemos afirmar, entretanto, que a menor escolaridade das crianças em circulação seja um resultado do descaso do lar hospedeiro, ou ainda que as situações que a levaram a esta circulação influenciaram em sua menor escolarização. Ou seja, pode ser que a dificuldade da mãe para criar seu filho – e que pode tê-la levado à decisão de fazê-lo circular – incluía a dificuldade em mantê-lo na escola.

O trabalho indica também, como apontado na literatura revisada, que a circulação pode ser uma maneira de certos grupos manterem uma fecundidade alta. Sugerem que as crianças filhas que migrantes também tenderiam a circular mais, podendo indicar, ainda, que os migrantes tendem a deixar seus filhos com outras pessoas ao migrarem.

As crianças parecem circular principalmente em grupos mais populares. Entretanto, no Nordeste, até 1996, a circulação de crianças parece ter sido um recurso amplamente utilizado por todas as camadas sociais. Alguns fatores associados à raça/etnia e

religião devem ser melhor interpretados, entretanto parecem estar associados à circulação, ou seja, crianças não brancas parecem ter uma tendência maior de estarem em circulação que crianças brancas, assim como os filhos de mães mais religiosas tendem a circular menos que filhos de mães menos praticantes. Talvez a religião talvez seja um tipo de “freio” moral para a circulação.

Os dados analisados não indicaram uma tendência clara de um ou outro sexo circular mais. O trabalho da mulher, também, não teve um comportamento convergente nos modelos, não permitindo que esboçemos uma conclusão de caráter mais geral sobre esse fator. E apesar de começarem a circular precocemente, as crianças mais velhas têm maior risco de estarem em circulação, em dado momento, do que as mais jovens.

Em relação ao motivo pelo qual a criança deixou de morar com sua mãe, observamos que, ao sair pela primeira vez, a criança com menos de um ano de idade tem, como principal motivo relatado, dificuldades financeiras da família. Em idades superiores, o principal motivo relatado é a separação dos pais. Isto não implica, entretanto, que um motivo não ocorra concomitantemente ao outro, pois a separação dos pais pode vir acompanhada de problemas financeiros para a mãe, que, em geral, fica com os filhos em situações de separação ou divórcio.

As crianças, ao saírem de casa, tendem a ficar mais com parentes, principalmente os avós. O pai tende a ficar mais com os filhos mais velhos e do sexo masculino. Acredito que esse fato pode estar associado à maior dificuldade de alguns pais em relação às necessidades de cuidados específicos das crianças menores. Já as meninas mais velhas tendem a ficar mais com não-parentes que os meninos, o que pode ser um indicativo do trabalho doméstico infantil feminino.

Várias questões precisam ainda ser respondidas, como a relação da mortalidade com a circulação, além de outras com um teor não necessariamente demográfico, como o papel do terceiro setor na circulação de crianças e o impacto do trabalho infantil feminino nas famílias de criação.

Um dos aspectos a ser considerado, como lembra Campos (1991), é que uma mesma criança que é encontrada junto à família numa determinada data, pode ser encontrada numa instituição, ou ainda vivendo na rua, na casa de parentes ou de não-parentes em um momento posterior. Ou seja, um dos problemas, ao se estudar essa criança, é que ela pode circular por vários locais (e/ou pessoas) durante toda a sua vida. No Brasil inexistem pesquisas do tipo “panel”, como as realizadas nos EUA, nas quais famílias são entrevistadas em vários momentos distintos ao longo do tempo, o que permite captar as várias circunstâncias em que as crianças deixaram de viver com suas mães. Estudos retrospectivos poderiam, também, ser úteis, pois ao levarem em conta o “ciclo de vida” das crianças, poderiam captar os vários momentos em que a criança “circulou”. A utilização de pesquisas com um único ponto no tempo, como as avaliadas neste trabalho, trazem o inconveniente de captar apenas um dos movimentos dessa criança, ou ainda de excluir crianças que já circularam mas que, no momento da entrevista, estão residindo com suas mães.

As alterações nos padrões familiares em consequência de fatores como o aumento dos divórcios, de uniões consensuais e da precocidade com que alguns grupos

têm filhos, levam a um aumento, cada vez maior, das relações inter-familiares, nas quais temos pais que cuidam e criam netos, e filhos que cuidam de pais na velhice, já que as pessoas estão vivendo cada vez mais. Este estudo revelou que, exatamente, os dois fatores com maior peso na circulação são os relacionados com o tipo de união e com a idade da mãe ao ter o filho. Isto é, o número maior de uniões (ou a não união) e a precocidade com que a mãe teve o filho aumentam as chances de a criança circular. Somadas as indicações dos dados aos novos padrões de uniões e fecundidade encontradas no país, continuo apostando em um aumento da proporção de crianças em circulação para os próximos anos. Possivelmente esta “circulação” assumirá diferentes feições demandando conceitos que melhor expressem essa diferenças.

Ao final deste trabalho acreditamos, pelo menos, ter demonstrado a relevância do tema para a demografia, porque os volumes e proporções aqui encontrados, embora nem sempre convergentes, sugerem valores significativos. Esperamos, também, ter fomentado o interesse para outras pesquisas. Para nós, o tema mostrou-se revelador e instigante para outras aventuras, pois muitas perguntas não foram respondidas e outras, não da forma como gostaríamos. Sugerindo a investigação do fenômeno em outros bancos de dados já existentes, e por que não, sonhando com um levantamento a ser realizado com o objetivo específico de medir a circulação de crianças no Brasil, encerramos este trabalho, com a certeza de que outros o seguirão. A semente está lançada. Que o solo seja fértil!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, R. N. An inquiry into the nature of the family. In: DOLE, G. E. e CARNEIRO, R. L. (ed.). **Essays in the science of culture**. New York, Thomas Y. Crowell, 1960, p. 30-49.

AGUAYO, M. T. Villalobos. **Análise de correspondência e modelos log-lineares: um enfoque integrado para a análise exploratória de dados categóricos**. Dissertação (Mestrado), Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993.

AIDAR, T. **Regressão linear ponderada na seleção de covariáveis em modelos de regressão logística**. Dissertação (Mestrado), Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1992.

ALVIM, M. R. B. & VALLADARES, L. P. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **BIB (ANPOCS)**, n.26, p. 3-37, 1988.

ARANTES, A. A. *et al.* **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1993.

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed., Rio de Janeiro: LTC, 1978.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A criança exposta nos domicílios de Sorocaba, século XVIII e XIX. In: X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais**. Caxambu, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 3, p. 1731-1746, 1996.

BENDER, D. R. A Refinement of the concept of Household: families, co-residence, and domestic function. **American Anthropologist**, v. 5, n. 69, p. 493-504, 1967.

BERQUÓ, E. S; OLIVEIRA, M. C. F.A de, CAMARGO, C. P. F. de. **A fecundidade em São Paulo: características demográficas, biológicas e sócio-econômicas**. São Paulo: CEBRAP, 1977.

BILAC, E. D. (coord.). **Trabalho Infantil no Brasil: o mercado, a família e a criança**. Relatório NEPO/UNICAMP. Campinas, 1998

BLEDSOE, C. H.; EWBANK, D. C.; ISIUGO-ABANIHE, U. C. The effect of child fostering on feeding practices and access to health services in rural Sierra Leone. **Social Science and Medicine**, v. 23, n. 6, p. 627-636, 1988.

BRAVO, J. H. La hipótesis de la difusión de la fecundidad en latinoamérica. In: **Anais Seminar on Fertility Transition in Latin America**. Buenos Aires, 1990.

BRUSCHINI, M. C. Uma abordagem sociológica de família. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 6, n. 1, São Paulo: 1989.

BURCH, T. K. Household and family demography: a bibliography essay. **Population Index**, v. 2, n. 45, p. 173-195, 1979.

CAMPOS, M. M. M. Infância abandonada o piedoso disfarce do trabalho precoce. In: MARTINS, José de Souza (coord.). **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.

CAVENAGHI, S. M. **A spatial-temporal analysis of fertility transition and health care delivery system in Brazil**. Dissertation Doctor of Philosophy – Faculty of the Graduate School of Arts, University of Texas at Austin, 1999.

CAVENAGHI, S. M. **Female sterilization and racial issues in Brazil**. Thesis Master of Arts – Faculty of the Graduate School of Arts, University of Texas at Austin, 1997.

CERVINI, R. e BURGER, F. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (org.). **O Trabalho e a rua - crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo, Cortez, 1996.

CHASTINET, A. Avós assumem o lugar das mães. **Diário de São Paulo**, São Paulo, 30 de março de 2003. Cidades, São Paulo, Caderno A, p. 6.

CHERLIN, A. J.; KIERNAN, K. E. and CHASE-LANSDALE, P. L. Parental divorce in childhood and demographic outcomes in young adulthood. **Demography**, v. 3, n. 32, p. 299-318, 1995.

CORDELLA, M. Distância entre mães e filhos é analisada. **A Tribuna de Santos**, Santos, 6 de abril de 2003. Revista D, Notícias. Disponível em: <http://atribunadigital.globo.com/>. Acesso em: 7 de abril de 2003.

CORDELLA, M. Falta de figura materna abala afetividade. **A Tribuna de Santos**, Santos, 6 de abril de 2003. Revista D, Notícias. Disponível em: <http://atribunadigital.globo.com/>. Acesso em: 7 de abril de 2003.

CORDELLA, M. Menino é criado pela avó na Vila Pantanal. **A Tribuna de Santos**, Santos, 6 de abril de 2003. Revista D, Notícias. Disponível em: <http://atribunadigital.globo.com/>. Acesso em: 7 de abril de 2003.

CREMONESI, M. V. T. Duração das primeiras uniões: uma análise dos riscos proporcionais da separação nas regiões São Paulo, Sul e Nordeste. In: X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais**. Caxambu, Associação Brasileira de Estudos Populacionais. v. 5, p. 307-321, 1994.

DE LEON, J. G.; POTTER, J. E. Modeling the inverse association between breastfeeding and contraceptive use. **Population Studies**, n. 43, p. 69-93, 1989.

DEL PRIORI, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

DEL PRIORI, M. (org.); BASSANEZI, C. (coord.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

DELMANTO, C. **Código Penal Comentado**. São Paulo: Renovar, 1991.

DUARTE, F. S. Crianças de muitas mães. **Correio Brasiliense**, Brasília, 20 de abril de 2003. Revista D. Disponível em: http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20030420/sup_rvd_200403_34.htm Acesso em 21 de abril de 2003

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. In: MADEIRA, F. R. **Quem mandou nascer mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

ELIAS, R. J. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 1994.

FARIA, R. Famílias “sem mãe”, realidade triste e cada vez mais comum. **Correio Popular**, Campinas, 11 de maio de 2003. Cidades, Primeiro Caderno, p. 8.

FARIA, V. E. A montanha e a pedra: os limites da política social brasileira e os problemas da infância e da juventude. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (org.). **O trabalho e a rua - crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1996.

FAUSTO, A.; CERVINI, R. (orgs.). **O trabalho e a rua - crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1996.

FERES, J. C. & MANCERO, X. **El método de las necesidades básicas insatisfechas (NBI) y sus aplicaciones en América Latina**. Estudios Estadísticos y Prospectivos n.7. Santiago de Chile, Nações Unidas(CEPAL/ECLAC), 2001.

FERES, J. C. & MANCERO, X.. Enfoques para la medición de la pobreza: breve revisión de la literatura. **Estudios Estadísticos y Prospectivos**, n. 4. Santiago de Chile: Nações Unidas (CEPAL/ECLAC), 2001.

FONSECA, C. Circulation d'enfants ou adoption – les enjeux internationaux de la filiation adoptive. **Revue Droit et Cultures**, v. 2, n. 38, p. 137-168, 1999.

FONSECA, C. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez , 1995.

FONSECA, C. **Crime, corps et humeur: famille et quotidien dans les couches populaires brésiliennes**. Tese (Doutorado) de Estado, Université de Nanterre, França, 1993.

FONSECA, C. A história social no estudo da família: uma excursão interdisciplinar. **BIB (ANPOCS)**, n. 27, p. 51-73, 1989.

FUNDAÇÃO IBGE & UNICEF. **Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil - sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes 1981 - 1983 - 1986**. Rio de Janeiro, 1988.

FUNDAÇÃO IBGE. **Situação do menor - regiões metropolitanas**. PNAD-85, 9 (Supl.). Rio de Janeiro, 1988.

FURSTENBERG JR., F. F.; CHERLIN, A. J. **Divided families: what happens to children when parents part**. Harvard: University Press, 1991.

FURSTENBERG Jr., F. F.; HOFFMAN, S. D.; SHRESTHA, L. The effect of divorce on intergenerational transfers: new evidence. **Demography**, v. 3, n. 32, p. 319-333, 1995.

GOLDANI ALTMANN, A. M. A demografia “formal” da família: técnica e dados censitários. In: **Anais do Quarto Encontro Nacional Estudos Populacionais**, São Paulo: ABEP, v. 3, p. 1257-1296, 1984.

GOLDSCHIEDER, F. K. Interpolating demography with families and households. **Demography**, v. 3, n. 32, p. 471-480, 1995.

GREGORI, M. F. **Viração: experiências de meninos nas ruas**. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

GUILLAUME, Agnès; VIMARD, Patrice; FASSINI, Raïmi; N’GUESSAN, Koffi. La circulation des enfants en Côte-d’Ivoire: solidarité et redistribution de la main d’oeuvre. In: **Colloque International “Crise, ajustements et recompositions en Côte-d’Ivoire: la remise en cause d’un modèle”**, scéance n. 5, 28 nov-2 déc., p. 11-22 Abidjan, 1997, ORSTOM-GIDIS-CI.

HAKKERT, H. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte: ABEP, 1996.

HOFFERTH, S. L. Recent trends in the living arrangements of children: a cohort life table analysis. In: BONGAARTS, J.; BURCK, T.; WATCHTER, K. W. **Family demography: methods and their application**. Oxford, Clarendon Press, 1986.

HOLDMBERG, I. Household change and housing need: a forecasting model. In: BONGAARTS, J.; BURCK, T.; WATCHTER, K. W. **Family demography: methods and their application**. Oxford: Clarendon Press, 1986.

HOSMER Jr., D. W.; LEMESHOW, S. **Applied logistic regression**. New York: John Wiley & Sons, 1989.

ISIUGO-ABANIHE, C. Parenthood in Sub-Saharan Africa: child fostering and its relationship with fertility. In: LOCOH, T.; HERTRICH, V. (eds.). **The onset of fertility in Sub-Saharan Africa**. Liège: Ordina Editions, 1994.

ISIUGO-ABANIHE, C. Child fosterage in West Africa. **Population and Development Review**, v. 11, n. 1, p. 53-73, 1985.

ISIUGO-ABANIHE, C. **Prevalence and determinants of child fosterage in West Africa: relevance to demography**. African Demography Working Papers, n. 12, 1984.

JUÁREZ, E. Crianças de rua: um estudo das suas características. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (org.). **O trabalho e a rua - crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1996.

KERTZER, D. I. **Sacrificed for honor: Italian infant abandonment and the politics of reproductive control**. Boston: Beacon Press, 1993.

KEYFITZ, N. Form and substance in family demography. In: BONGAARTS, J.; BURCK, T. and WATCHTER, K. W. **Family demography: methods and their application**. Oxford: Clarendon Press, 1986.

KOSMINSKY, E. V. Internados - os filhos do Estado padrasto. In: MARTINS, J. de S. (coord.). **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.

KRAMAROW, E. A. The elderly who live alone in the United States: historical perspectives on household change. **Demography**, v. 3, n. 32, p. 335-352, 1995.

LEIBOWITZ, A.; KLERMAN, J. A. Explaining changes in married mothers' employment over time. **Demography**, v. 3, n. 32, p. 365-378, 1995.

LEWIS, R. E. Application and adaptation of intensive family preservation services to use for the reunification of foster children with their biological parents. **Children and Youth Services Review**, n. 6, p. 339-361, 1994.

LILLARD, L. A.; BRIEN, M. J.; WAITE, L. J. Premarital cohabitation and subsequent marital dissolution: a matter of self-selection? **Demography**, v. 3, n. 32, p. 437-457, 1995.

LOGAN, J. R. and SPITZE, G. D. Self-interest and altruism in intergenerational relations. **Demography**, v. 3, n. 32, p. 353-364, 1995.

LOPES, J. R. B.. **Brasil, 1989: um estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza urbana**. Cadernos de Pesquisa NEPP/UNICAMP, n. 25, 1996.

MADEIRA, F. R. (org.). **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

MADEIRA, F. R.; TORRES, H. G. População e reestruturação produtiva: novos elementos para projeções demográficas. **Revista São Paulo em Perspectiva (SEADE)**, v. 10, n. 2, 1996.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTELELO, L. J. Quando parentes tomam conta das crianças: arranjos de *child care* em domicílios intactos e chefiados por mulheres. In: XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais**. Caxambu, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, p. 2633-2661, 1998

MARTINS, J. de S. (coord.). **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.

McDONALD, P. Convergence or compromise in historical family change? In: BERQUÓ, E. and XENOS P. **Family systems and cultural change**. Oxford: Clarendon Press, 1992.

MERRICK, T. W.; BERQUÓ, E. S. **The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility**. Washington: National Academy, 1983.

MORAES, A. L. Avó: mãe com mel. **Diário do Grande ABC**, São Paulo, 11 de maio de 2003. Revista Dia-a-Dia, p. 8.

MOTTA, M. A. P. **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. São Paulo: Cortez, 2001.

NASCIMENTO, P. C. Falta mães no país das muitas mães. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 24-30 de março de 2003. p. 3. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/marco2003/ju207g03.html. Acesso em: 27 de março de 2003.

NASCIMENTO, P. C. Pesquisa da Unicamp revela: Falta mães no país. **Site oficial: Governo do Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 de março de 2003. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/sis/lenoticia.asp?id=33766>. Acesso em: 28 de março de 2003.

NOBLE, J.; COVER, J.; YANAGISHITA, M. **La juventud del Mundo**. Washington: Population Reference Bureau, 1996.

OLIVEIRA, J. **Código de Menores**. São Paulo: Editora Saraiva, 1989.

OLIVEIRA, M. C. F. A de; MADEIRA, F. R. População e força de trabalho: o caso cafeeiro no oeste paulista. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 3, n. 1, p. 41-62, 1986.

OLIVEIRA, M. C. F. A. de (org.). **Cultura, adolescência e saúde: Argentina, Brasil e México**. Campinas: CEPES/COLMEX/NEPO, 1990.

OLIVEIRA, M. C. F. A. de. Family change and family process: implications for research in developing countries. In: BERQUÓ, E. ; XENOS P. (org.). **Family systems and cultural change**. Oxford: Clarendon Press, 1992.

OLIVEIRA, M. C. F. A. de. Notas acerca da família nos estudos demográficos. **Cadernos CERU-USP**, v. 18, p.121-145, 1983.

PARSONS, T.; BALES, R.F. **Family, socialization and interaction process**. Glencoe: Free Press, 1955.

PASSETTI, E. **O que é menor**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRESTON, S. Family sizes of children and family sizes of women. **Demography**, n. 13, p. 105-114, 1976.

RIBEIRO, R. **A PNAD como instrumento de trabalho para o estudo de situação do menor no Brasil** (versão preliminar). Nova Friburgo, Seminário de Avaliação das PNAD da década de 1980, junho-1988. (Mimeografado)

RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. "Menores" institucionalizados e meninos de rua In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (org.). **O trabalho e a rua - crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1996.

SAAD, M. P.; POTTER, J. E. Uma análise de riscos competitivos sobre o uso de métodos anticoncepcionais no Nordeste. In: X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais**. Caxambu, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 5, p. 281-293, 1994.

SAFFIOTI, H. I. B. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA, F. R. (org.). **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

SERRA, M. M. P. **O Brasil das muitas mães: Aspectos Demográficos da Circulação de Crianças**. Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

SIMMS, M. D.; BOLDEN, B. J. The family reunification project: facilitating regular contact among foster children, biological parents and foster families. **Child Welfare**, n. 70, p. 679-690, 1991.

SOCIEDADE CIVIL DE BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL (BEMFAM). **Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde 1996: Relatório Preliminar**. Rio de Janeiro, setembro de 1996.

SOCIEDADE CIVIL DE BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL (BEMFAM). **Pesquisa Nacional sobre Saúde Familiar no Nordeste do Brasil-1991: Relatório**. Rio de Janeiro, outubro de 1992.

SOCIEDADE CIVIL DE BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL (BEMFAM). **Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar-Brasil-1986: Relatório**. Rio de Janeiro, dezembro de 1987.

THORNE, B.; YALOM, M. (eds.) **Rethink the family: some feminist questions**. Boston: Northeastern University Press, 1991.

VANDERMEERSCH, C. Identité culturelle et comportements procreateurs et en matière de placement des enfants au Senegal. **Communication ou Colloque de l'AIDELF**. Rochelle, sept. 1998.

VENÂNCIO, R.P. **Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador, séculos XVIII e XIX**. Campinas: Papyrus, 1999.

YAZAKI, L. M. Fecundidade e desigualdades sociais: o caso do estado de São Paulo nos anos 80 . In: XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais**. Caxambu, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 3, p. 1473-1496, 1996.

ANEXOS

TABELA 1

POPULAÇÃO TOTAL E TAXAS DE CRESCIMENTO (% AA)
MUNICÍPIOS DA HIDROVIA TIETÊ PARANÁ (PROJETO CALHA E
PLANO DE FOMENTO-CESP)
1970-2000

1. Integração Municipalidade	População Total					Taxas de Crescimento (% AA)		
	1970	1980	1991	1996	2000	1970- 1980	1980- 1991	1991- 2000
Guarani do Oeste	7.973	8.291	6.765	7.465	2.006	(-) 2,01	(-) 1,83	(-) 12,63
Indiaporá	5.842	6.553	4.765	4.431	4.058	(-) 3,14	(-) 2,86	(-) 1,77
Itapura	4.273	3.184	3.735	3.792	3.832	1,61	1,46	0,29
Mesópolis			2.009	2.012	1.930			(-) 0,44
Nova Canaã Paulista			2.733	2.457	282			(-) 22,30
Panorama	6.568	8.073	12.336	12.716	13.644	4,33	3,93	1,13
Paranapuã	9.190	5.795	5.775	3.797	3.632	(-) 0,03	(-) 0,03	(-) 5,02
Castilho	15.329	12.246	14.610	16.265	14.946	1,78	1,62	0,25
Paulicéia	3.385	2.373	4.158	4.282	5.294	5,77	5,23	2,72
Populina	8.066	4.713	4.678	4.441	4.445	(-) 0,07	(-) 0,07	(-) 0,57
Rosana			20.728	21.799	24.226			1,75
Rubinéia	4.849	2.419	2.236	2.486	2.602	(-) 0,78	(-) 0,71	1,70
Santa Albertina	9.734	6.181	5.875	5.572	5.586	(-) 0,51	(-) 0,46	(-) 0,56
Santa Clara D'Oeste	3.913	2.648	2.499	2.354	2.128	(-) 0,58	(-) 0,53	(-) 1,77
Santa Fé do Sul	16.939	20.371	23.104	25.621	26.475	1,27	1,15	1,52
Santa Rita D'Oeste	6.561	4.231	3.487	2.910	2.693	(-) 1,92	(-) 1,74	(-) 2,83
Suzanópolis			2.666	2.785	2.809			0,58
Teodoro Sampaio	26.114	26.334	18.934	19.503	20.001	(-) 3,25	(-) 2,95	0,61
Três Fronteiras	12.039	8.717	5.104	491	5.147	(-) 5,21	(-) 4,75	0,09
Total	140.775	122.129	146.197	145.179	145.736	1,82	1,65	(-) 0,04

2. Dinamização Municipalidade	População Total					Taxas de Crescimento (%aa)		
	1970	1980	1991	1996	2000	1970- 1980	1980- 1991	1991- 2000
Adolfo	3.969	3.611	3.269	3.368	3.678	(-) 0,99	(-) 0,90	1,32
Andradina	51.688	47.658	52.386	53.600	55.161	0,95	0,86	0,58
Araçatuba	108.512	129.304	159.499	162.577	169.240	2,12	1,93	0,66
Avanhandava	5.974	6.407	7.964	8.396	8.825	2,20	2,00	1,15
Barbosa	4.871	5.584	5.381	5.826	5.840	(-) 0,37	(-) 0,34	0,91
Birigüi	34.976	50.889	75.107	85.427	94.325	3,97	3,60	2,56
Brejo Alegre					2.308			
Buritama	10.019	11.582	12.720	13.499	13.840	0,94	0,86	0,94
Coroados	6.592	5.643	6.002	6.386	4.414	0,62	0,56	(-) 3,36
Glicério	5.153	4.920	4.228	4.174	4.431	(-) 1,50	(-) 1,37	0,52
Guaíçara	5.174	5.322	6.353	8.426	9.204	1,79	1,62	4,21
Ilha Solteira			21.713	22.145	23.986			1,11
José Bonifácio	20.738	22.970	26.458	25.752	28.593	1,42	1,29	0,87
Lins	45.555	51.027	59.218	60.788	65.954	1,50	1,36	1,20
Mendonça	4.206	4.003	3.475	3.346	3.753	(-) 1,40	(-) 1,28	0,86
Novo Horizonte	23.098	26.818	30.457	31.237	32.420	1,28	1,16	0,70
Penápolis	34.263	40.322	48.090	51.428	54.574	1,78	1,61	1,42

2. Dinamização Municipalidade	População Total					Taxas de Crescimento (%aa)		
	1970	1980	1991	1996	2000	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Pereira Barreto	52.413	46.366	25.638	25.359	25.027	(-) 5,75	(-) 5,24	(-) 0,27
Planalto	7.250	6.043	5.458	3.226	3.669	(-) 1,01	(-) 0,92	(-) 4,32
Promissão	20.544	20.218	27.962	29.850	31.115	3,30	2,99	1,19
Sabino	5.048	4.832	4.552	4.745	4.948	(-) 0,60	(-) 0,54	0,93
Sales	4.060	4.795	3.757	3.835	4.566	(-) 2,41	(-) 2,19	2,19
Santo Antônio de Aracanguá			7.001	6.732	6.927			(-) 0,12
Sud Menucci	8.766	5.357	7.210	7.817	7.363	3,02	2,74	0,23
Ubarana				3.875	4.213			
Zacarias				1.781	1.947			
Total	462.869	503.671	603.898	633.595	670.321	1,83	1,66	1,17
Por Áreas de Influência								
Bady Bassit	2.684	2.837	5.718	8.162	11.538	7,26	6,58	8,11
Cedral	6.530	6.196	5.699	5.973	6.690	(-) 0,83	(-) 0,76	1,80
Ibirá	7.286	8.261	8.727	9.313	9.444	0,55	0,50	0,88
Jaci	4.000	3.802	3.239	3.272	3.987	(-) 1,59	(-) 1,45	2,34
Mirassol	20.579	28.313	39.271	43.851	48.312	3,33	3,02	2,33
Monte Aprazível	17.005	16.443	17.509	18.099	18.412	0,63	0,57	0,56
Neves Paulista	8.199	7.813	8.317	8.422	8.913	0,63	0,57	0,77
Nipõa	3.058	2.724	2.784	3.205	3.261	0,22	0,20	1,77
Nova Aliança	4.577	4.279	4.197	4.235	4.765	(-) 0,19	(-) 0,18	1,42
Poloni	5.105	4.776	4.498	4.738	4.769	(-) 0,60	(-) 0,54	0,65
Potirendaba	9.880	10.707	11.195	11.736	13.230	0,45	0,41	1,87
São José de Rio Preto	122.134	188.601	283.345	326.315	357.862	4,15	3,77	2,63
União Paulista	1.727	1.238	1.326	1.370	1.359	0,69	0,63	0,27
Uchôa	7.403	7.815	8.292	8.949	9.033	0,59	0,54	0,96
Catanduva	58.251	72.866	93.328	100.942	105.771	2,51	2,28	1,40
Elisiário			2.538	2.569	2.578			0,17
Irapuã	6.081	7.202	6.104	6.393	6.659	(-) 1,64	(-) 1,49	0,97
Itajobi	11.579	14.509	15.016	13.771	14.224	0,34	0,31	(-) 0,60
Marapoama			1.316	1.953	2.233			6,05
Urupês	10.417	12.001	11.012	11.211	11.833	(-) 0,86	(-) 0,78	0,80
Getulina	12.067	11.060	10.114	9.223	10.375	(-) 0,89	(-) 0,81	0,28
Guaimbê	5.037	5.145	5.139	4.903	5.208	(-) 0,01	(-) 0,01	0,15
Guarantã	5.771	5.716	5.538	5.572	6.294	(-) 0,32	(-) 0,29	1,43
Guaraçai	10.239	8.397	8.292	8.887	8.894	(-) 0,13	(-) 0,11	0,78
Lavinia	8.372	6.117	5.439	5.191	5.137	(-) 1,17	(-) 1,06	(-) 0,63
Mirandópolis	23.549	21.530	24.433	25.022	25.928	1,27	1,16	0,66
Murutinga do Sul	5.398	4.555	3.784	3.642	3.963	(-) 1,84	(-) 1,67	0,51
Nova Independência	2.052	1.867	1.994	2.137	2.058	0,66	0,60	0,35
Alto Alegre	7.473	6.088	4.790	4.382	4.262	(-) 2,37	(-) 2,16	(-) 1,29
Auriflama	13.266	12.029	12.761	13.412	13.500	0,59	0,54	0,63
Bento de Abreu	2.529	2.041	2.393	2.320	2.401	1,60	1,46	0,04
Braúna	5.038	4.552	4.265	4.367	4.379	(-) 0,65	(-) 0,59	0,29
Clementina	5.247	4.294	4.884	5.017	5.399	1,30	1,18	1,12
Bilac	5.983	5.333	5.457	5.726	6.087	0,23	0,21	1,22
Gabriel Monteiro	3.344	3.003	2.469	2.414	2.727	(-) 1,94	(-) 1,76	1,11
Gastão Vidigal	4.423	3.756	3.833	3.739	3.582	0,20	0,18	(-) 0,75
General Salgado	16.591	11.497	12.908	11.502	10.771	1,16	1,06	(-) 1,99
Guararapes	23.324	22.515	26.692	27.608	28.823	1,72	1,56	0,86
Guzolândia	7.605	4.311	5.051	4.587	4.296	1,60	1,45	(-) 1,78
Lourdes			1.664	1.987	2.007			2,10
Luiziânia	4.462	3.847	4.157	4.057	4.271	0,78	0,71	0,30
Nova Lusitânia	2.695	1.969	2.648	271	2.755	3,01	2,73	0,44
Rubiácea	3.376	2.203	2.638	2.487	2.336	1,82	1,65	(-) 1,34
Santópolis do Aquapui	3.596	3.468	3.847	3.815	3.814	1,04	0,95	(-) 0,10

2. Dinamização Municipalidade	População Total					Taxas de Crescimento (%aa)		
	1970	1980	1991	1996	2000	1970-1980	1980-1991	1991-2000
São João de Iracema			1.598	1.486	1.671			0,50
Turiúba	4.993	3.999	3.747	1.945	1.894	(-) 0,65	(-) 0,59	(-) 7,30
Valparaíso	14.608	13.298	16.551	17.731	18.574	2,21	2,01	1,29
Piçatu	5.352	4.729	4.540	4.637	4.625	(-) 0,41	(-) 0,37	0,21
Aparecida d'Oeste	7.919	5.154	5.099	4.855	4.930	(-) 0,11	(-) 0,10	(-) 0,37
Aspásia			1.965	1.967	1.861			(-) 0,60
Dirce Reis			1.903	1.667	1.623			(-) 1,75
Dolcinópolis	3.269	2.211	2.093	2.137	2.151	(-) 0,55	(-) 0,50	0,30
Jales	38.436	38.590	42.812	45.313	46.178	1,04	0,95	0,84
Marinópolis	2.710	2.065	2.089	2.213	2.192	0,12	0,11	0,54
Palmeira d'Oeste	15.345	12.669	10.904	10.463	10.322	(-) 1,49	(-) 1,35	(-) 0,61
Pontalinda			3.146	3.281	3.538			1,31
Santana de Ponta Pensa	3.906	2.805	2.358	1.995	1.894	(-) 1,72	(-) 1,57	(-) 2,41
São Francisco	6.595	4.617	2.544	2.684	2.863	(-) 5,79	(-) 5,27	1,32
Urânia	16.829	13.491	10.123	9.977	8.825	(-) 2,83	(-) 2,58	(-) 1,51
Estrela do Oeste	10.873	9.007	8.476	8.009	8.260	(-) 0,61	(-) 0,55	(-) 0,29
Fernandópolis	39.050	46.989	56.125	59.026	61.623	1,79	1,63	1,04
São José de duas Pontes	4.035	2.967	2.791	2.650	2.664	(-) 0,61	(-) 0,55	(-) 0,52
Turmalina	3.714	3.009	2.750	2.528	2.366	(-) 0,90	(-) 0,81	(-) 1,66
Floreal	4.683	3.598	3.543	3.376	3.223	(-) 0,15	(-) 0,14	(-) 1,05
Macaubal	6.996	6.388	7.384	7.241	7.171	1,46	1,33	(-) 0,32
Magda	4.217	3.568	3.678	3.607	3.422	0,30	0,28	(-) 0,80
Monções	2.500	2.398	2.117	2.019	2.055	(-) 1,24	(-) 1,13	(-) 0,33
Nhandeara	10.996	10.213	10.359	9.958	10.181	0,14	0,13	(-) 0,19
Sebastianópolis do Sul	3.002	2.359	2.504	2.527	2.546	0,60	0,54	0,18
Dracena	35.347	35.971	39.576	40.043	40.475	0,96	0,87	0,25
Junqueirópolis	22.638	21.368	17.702	15.962	17.000	(-) 1,86	(-) 1,70	(-) 0,45
Monte Castelo	6.376	6.111	4.723	4.220	4.089	(-) 2,54	(-) 2,32	(-) 1,59
Nova Guataporanga	2.379	2.720	2.133	2.134	2.087	(-) 2,40	(-) 2,19	(-) 0,24
Ouro Verde	7.706	5.857	7.098	6.976	7.146	1,94	1,76	0,07
Santa Mercedes	4.903	4.118	2.981	2.647	2.805	(-) 3,18	(-) 2,89	(-) 0,67
São João de Pau d'Alho	3.733	3.592	2.813	2.315	2.179	(-) 2,41	(-) 2,20	(-) 2,80
Tupi Paulista	15.720	16.351	14.038	13.443	13.289	(-) 1,51	(-) 1,38	(-) 0,61
Total	796.762	845.888	1.000.884	1.057.779	1.119.862	1,70	1,54	1,26
Total Geral	1.259.631	1.349.559	1.604.782	1.691.374	1.790.183	1,75	1,59	1,22

3. Modernização Municipalidade	População Total					Taxas de Crescimento (%aa)		
	1970	1980	1991	1996	2000	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Anhembi	3.517	3.445	3.514	4.176	4.537	0,20	0,18	2,88
Arealva	6.519	6.790	6.866	6.668	7.240	0,11	0,10	0,59
Balbinos	1.116	1.173	1.220	1.388	1.313	0,39	0,36	0,82
Bariri	17.497	19.888	24.520	25.797	28.221	2,12	1,92	1,57
Barra Bonita	17.328	22.596	30.762	32.845	35.364	3,13	2,84	1,56
Bauru	131.936	186.664	260.767	292.566	315.835	3,40	3,09	2,15
Boracéia	2.643	3.554	3.461	3.548	3.712	(-) 0,26	(-) 0,24	0,78
Borborema	9.530	11.640	12.110	12.469	13.175	0,40	0,36	0,94
Botucatu	51.954	64.539	90.620	100.876	108.112	3,45	3,13	1,98
Cafelândia	17.592	17.484	15.376	15.331	15.790	(-) 1,28	(-) 1,16	0,30
Dois Córregos	13.417	15.463	18.783	21.638	22.343	1,96	1,78	1,95
Iacanga	7.171	6.596	7.553	8.110	8.281	1,36	1,24	1,03
Ibitinga	23.968	29.140	38.233	42.359	46.598	2,75	2,50	2,22
Igarapu do Tietê	8.861	12.740	20.912	23.077	22.605	5,08	4,61	0,87
Itaju	3.236	2.498	2.359	2.268	2.639	(-) 0,57	(-) 0,52	1,25
Itapui	6.728	7.622	9.052	9.897	10.284	1,73	1,58	1,43

3. Modernização Municipalidade	População Total					Taxas de Crescimento (%aa)		
	1970	1980	1991	1996	2000	1970- 1980	1980- 1991	1991- 2000
Jaú	56.301	74.011	94.138	103.601	111.783	2,43	2,21	1,93
Macatuba	7.733	10.861	13.458	16.024	15.753	2,17	1,97	1,76
Mineiros do Tietê	5.096	6.701	9.462	11.020	11.411	3,51	3,19	2,10
Pederneiras	18.399	26.105	31.923	33.921	36.593	2,03	1,85	1,53
Pirajuí	20.344	19.422	18.829	18.088	19.982	(-) 0,31	(-) 0,28	0,66
Pongáí	3.283	3.539	3.590	3.544	3.691	0,14	0,13	0,31
Pratânia					3.948			
Reginópolis	4.472	4.619	4.778	4.923	4.730	0,34	0,31	(-) 0,11
São Manuel	27.402	27.546	35.377	38.271	36.442	2,53	2,30	0,33
Uru	1.474	1.586	1.351	1.508	1.401	(-) 1,59	(-) 1,45	0,40
Total	467.517	586.222	759.014	833.913	891.783	2,62	2,38	1,81
Por Areas de Influência								
Arelópolis	5.727	6.749	10.016	10.151	10.295	4,03	3,65	0,31
Pereiras	4.834	3.762	4.433	5.261	6.256	1,65	1,50	3,90
Cesário Lange	5.755	7.859	11.159	12.755	12.840	3,57	3,24	1,57
Boituva	8.976	12.577	23.111	28.560	34.190	6,27	5,69	4,45
Capela do Alto	5.023	7.389	10.770	12.603	13.980	3,84	3,48	2,94
Cerquilha	6.960	12.345	20.082	24.977	29.508	4,99	4,52	4,37
Tatuí	39.760	55.489	76.662	86.867	93.299	3,29	2,98	2,21
Araraquara	100.438	128.109	166.732	172.921	181.989	2,67	2,42	0,98
Boa Esperança do Sul	6.363	8.354	11.860	12.845	12.577	3,57	3,24	0,65
Itápolis	20.711	25.969	33.043	36.253	37.744	2,44	2,21	1,49
Matão	21.593	38.125	63.633	68.506	71.747	5,26	4,77	1,34
Nova Europa	3.822	4.509	5.381	6.781	7.303	1,78	1,62	3,45
Tabatinga	6.875	8.006	10.797	12.266	12.989	3,04	2,76	2,07
Dourado	5.634	6.562	7.745	8.296	8.603	1,67	1,52	1,17
Ribeirão Bonito	6.856	8.359	10.318	10.802	11.228	2,13	1,93	0,94
Bocaina	6.896	6.764	7.246	8.561	9.387	0,69	0,63	2,92
Boracéia	2.643	3.554	3.461	3.548	3.712	(-) 0,26	(-) 0,24	0,78
Itaju	3.236	2.498	2.359	2.268	2.639	(-) 0,57	(-) 0,52	1,25
Total	262.102	346.979	478.808	524.221	560.286	3,27	2,97	1,76
Total Geral	729.619	933.201	1.237.822	1.358.134	1.452.069	2,87	2,60	1,79

4. Reprogramação Municipalidade	População Total					Taxas de Crescimento (%aa)		
	1970	1980	1991	1996	2000	1970- 1980	1980- 1991	1991- 2000
Aguas de São Pedro	830	1.093	1.695	1.720	1.845	4,49	4,07	0,95
Capivari	18.986	25.173	34.177	38.258	41.438	3,11	2,82	2,16
Conchas	10.046	11.039	11.916	13.132	14.905	0,77	0,70	2,52
Elias Fausto	6.151	8.288	11.628	12.485	13.879	3,44	3,13	1,99
Itú	49.091	74.204	107.076	122.528	135.304	3,74	3,39	2,63
Laranjal Paulista	13.107	15.171	19.110	20.718	22.081	2,34	2,12	1,62
Piracicaba	152.505	214.295	283.634	302.886	328.312	2,84	2,58	1,64
Porto Feliz	22.152	27.123	36.876	42.727	45.452	3,12	2,83	2,35
Rafard	5.118	5.929	8.599	8.793	8.361	3,79	3,44	(-) 0,31
Saltinho					5.774			
Salto	21.772	42.376	72.076	86.928	93.160	5,45	4,95	2,89
Santa Maria da Serra	2.147	2.824	4.294	4.491	4.619	4,28	3,88	0,81
São Pedro	10.141	13.175	20.042	23.352	27.866	4,28	3,89	3,73
Tietê	17.283	20.033	26.458	29.675	31.478	2,82	2,56	1,95
Total	329.329	460.723	637.581	707.693	774.474	3,30	3,00	2,18
Por Areas de Influência								
Americana	66.316	122.004	153.840	167.945	182.084	2,35	2,13	1,89
Campinas	375.864	664.559	847.595	908.906	967.921	2,46	2,24	1,49
Cosmópolis	12.110	23.232	35.999	39.880	44.367	4,48	4,06	2,35
Nova Odessa	8.336	21.893	34.063	37.242	42.066	4,52	4,10	2,37
Paulínia	10.708	20.755	36.603	44.431	51.242	5,84	5,29	3,81
Santa Bárbara d'Oeste	31.018	76.621	145.216	161.060	169.735	6,60	5,98	1,75
Sumaré	23.074	100.589	141.011	168.058	196.055	3,44	3,12	3,73
Iracemópolis	6.907	8.278	11.949	14.024	15.524	3,74	3,39	2,95
Limeira	90.963	150.558	207.416	230.348	248.632	3,26	2,96	2,03
Brotas	11.962	11.260	14.394	17.059	18.867	2,49	2,26	3,05
Torrinha	6.501	6.536	7.506	8.183	8.817	1,39	1,27	1,80
Charqueada	7.924	8.899	10.741	12.572	13.001	1,90	1,72	2,14
Mombuca	3.010	2.657	2.596	2.830	3.100	(-) 0,23	(-) 0,21	1,99
Rio das Pedras	8.917	13.468	19.074	22.265	23.441	3,54	3,21	2,32
Iperó	6.439	6.606	10.553	14.283	19.183	4,80	4,35	6,87
Sorocaba	175.677	269.830	378.366	431.561	494.649	3,44	3,12	3,02
Total	845.726	1.507.745	2.056.922	2.280.647	2.498.684	3,15	2,86	2,19